

A large red graphic element consisting of a diagonal line from the top-left corner to the bottom-right corner, creating a triangular shape on the left side of the page.

ctt

Relatório Integrado

1º Semestre 2020

a nossa entrega é total

Índice

1. INTRODUÇÃO AOS CTT	7
1.1 Principais indicadores	7
1.2 Prémios e reconhecimentos externos	10
2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	13
2.1 Enquadramento regulatório.....	13
2.2 Linhas estratégicas	15
2.3 Objetivos de desenvolvimento sustentável.....	16
2.4 Gestão de riscos	17
3. NEGÓCIOS CTT	23
3.1 Correio	23
3.2 Expresso e Encomendas.....	25
3.3 Banco CTT.....	27
3.4 Serviços Financeiros e Retalho	28
3.5 Perspetivas futuras.....	29
4. DESEMPENHO	33
4.1 Capital financeiro.....	33
4.2 Capital humano.....	39
4.3 Capital intelectual.....	41
4.4 Capital social.....	42
4.5 Capital natural.....	43
5. GOVERNO SOCIETÁRIO	49
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS	61
7. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	115
8. RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	123
9. APOIO AO INVESTIDOR	127
CONTACTOS.....	129



01

Introdução
aos CTT

**Vamos
mais longe
na**

Proximidade

Vamos mais longe para estar mais perto.



1. INTRODUÇÃO AOS CTT

1.1 Principais indicadores

1.1.1 Indicadores económico-financeiros

mil euros ou %, exceto indicação adicional

	'1S19	'1S20	Δ 20/19
Rendimentos operacionais	354 995	349 168	-1,6%
Gastos operacionais ⁽¹⁾	308 598	315 775	2,3%
EBITDA ⁽¹⁾	46 397	33 393	-28,0%
EBIT	19 713	4 867	-75,3%
EBT	14 703	-1 031	-107,0%
Resultado antes de interesses não controlados	8 987	-1 928	-121,5%
Resultado líquido do período atribuível a detentores de capital dos CTT	8 988	-1 984	-122,1%
Resultado líquido por ação (euro) ⁽²⁾	0,06	-0,01	-122,1%
Margem EBITDA	13,1%	9,6%	-3,5 p.p.
Margem EBIT	5,6%	1,4%	-4,2 p.p.
Margem líquida	2,5%	-0,6%	-3,1 p.p.
Investimento	14 700	10 903	-25,8%
Cash flow livre ⁽³⁾	-2 085	-556	73,3%

	'31.12.19	'30.06.20	Δ 20/19
	Reexpresso		
Caixa e equivalentes de caixa	363 684	396 590	9,0%
Caixa própria	59 835	114 070	90,6%
Ativo	2 513 441	2 640 263	5,0%
Capital próprio	131 415	129 788	-1,2%
Passivo	2 382 026	2 510 475	5,4%
Capital social	75 000	75 000	-
Número de ações	150 000 000	150 000 000	-

⁽¹⁾ Excluindo imparidades, provisões e depreciações/ amortizações, impacto da IFRS 16 e itens específicos.

⁽²⁾ Considera-se o número de ações em circulação excluindo 1 ação própria.

⁽³⁾ O *cash flow* operacional do 1T19 foi reexpresso para ser comparável com o do 1T20. No 2T19 a metodologia de cálculo do *cash flow* operacional foi alterada, em particular no que se refere à variação do fundo de maneiio, que deixou de incluir um valor não cíclico relacionado com o subsídio social de mobilidade.

1.1.2 Indicadores operacionais

	'1S19	'1S20	Δ 20/19
Correio (tráfego; milhões de objetos)			
Correio endereçado	320,6	263,0	-18,0%
Correio transacional	279,0	228,3	-18,2%
Correio editorial	17,3	15,1	-12,5%
Correio publicitário	24,4	19,6	-19,5%
Correio não endereçado	237,6	183,2	-22,9%
Expresso e Encomendas (tráfego externo; milhões de objetos)			
Portugal	9,8	12,4	26,1%
Espanha	7,8	11,3	43,9%
Serviços Financeiros			
Pagamentos de serviços (nº de transações; milhões)	630,2	763,6	21,2%
Poupança e seguros (subscrições; milhões de euros)	17714	1935,2	9,2%
Banco CTT			
Nº de contas à ordem	408 204	488 931	19,8%
Depósitos de clientes (€m)	1063 597,2	1511891,2	42,1%
Pagamentos (nº de transações; milhões)	25,1	20,4	-18,8%
Stock líquido de crédito à habitação (€m)	312 097,7	472 689,5	51,5%
Produção de crédito pessoal (€m)	21189,5	14 167,4	-33,1%
LTD (incluindo a 321Crédito)	69,3%	65,4%	-3,9 p.p.
Nº de balcões	212	212	0,0%
Pessoal			
Trabalhadores (ETI) ¹	11640	11592	-0,4%
Rede de Vendas, Transportes e Distribuição			
Pontos CTT	2 380	2 354	-1,1%
Rede de lojas	538	547	1,7%
Postos de correio	1842	1807	-1,9%
Agentes Payshop	4 721	4 902	3,8%
Centros de distribuição postal	230	226	-1,7%
Giros de distribuição postal	4 681	4 651	-0,6%
Frota (número de veículos)	3 749	3 996	6,6%

¹ ETI = Equivalente a Tempo Inteiro; alterada a metodologia de cálculo dos ETI's a partir de 1 janeiro de 2020, recalculados os ETI's do 1º Semestre de 2019 para serem comparáveis.

1.1.3 Indicadores de sustentabilidade

	'1S19	'1S20	Δ 20/19
Cientes			
Satisfação dos clientes (%)	78,8	85,2	6,4 p.p.
Trabalhadores			
Sinistralidade (nº ocorrências)	529	407	-23,1%
Volume de formação (horas)	118 646	58 243	-50,9%
Mulheres em cargos de chefia (1ª linha) (%)	20,5	20,4	-0,1 p.p.
Comunidade/Ambiente			
Cadeia de valor - contratos c/ critérios ambientais (%)	94,2	96,1	1,8 p.p.
Emissões CO ₂ totais, scopes 1 e 2 (kton.) ⁽¹⁾⁽²⁾	8,1	7,4	-8,7%
Consumos energéticos (TJ) ⁽¹⁾⁽²⁾	186,4	169,3	-9,1%
Veículos ecológicos	308	321	4,2%
Peso da gama Eco na linha <i>Direct Mail</i> (%)	37,7	48,9	11,2 p.p.
Investimento na comunidade (mil euros)	543	474	-12,7%

(1) Dados provisórios.

(2) Atualização dos dados do 1º Semestre de 2019 - informação deu entrada em data posterior à publicação do R&C do 1º Semestre de 2019.

1.2 Prémios e reconhecimentos externos

No primeiro semestre de 2020 os CTT obtiveram as seguintes distinções e reconhecimentos:

Marca de Confiança

Os CTT foram pela 17.ª vez distinguidos como uma das Marca de Confiança dos portugueses, no estudo realizado pela revista *Seleções Reader's Digest*, tendo ficado em 1.º lugar na categoria "Serviços de Correio e Logística" com 90% dos votos.

Prémio Reputação OnStrategy

Os CTT foram convidados a participar no evento "A Força e o Valor das Marcas", promovido pela consultora OnStrategy, que distinguiu várias marcas pela sua reputação, consistência e sustentabilidade. Os CTT, na pessoa do Presidente Executivo João Bento, foram premiados pela sua consistência reputacional nos últimos três anos.

Nível Liderança A- no Carbon Disclosure Project 2019

Os CTT reafirmam a posição de *Leadership*, na vertente *Climate Change*, com a pontuação A-, naquele que é considerado o principal *rating* de sustentabilidade energética e carbónica a nível mundial, o CDP – *Carbon Disclosure Project*. Ocupam o 1.º lugar a nível das empresas nacionais e o 2.º lugar no setor postal mundial, *ex-aequo* com outras empresas nacionais e do setor.

Grande Prémio APCE 2020

Os CTT foram distinguidos com um prémio da Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa e do júri do Grande Prémio APCE 2020, na categoria "Campanha Interna de Âmbito Nacional - CTT Academy Flight Simulation". Foi ainda reconhecido o seu mérito em 3 categorias.

Parcel & Postal Technology International Awards

A plataforma Dott recebeu a distinção de *Highly Commended* na 12.ª edição dos *Parcel & Postal Technology International Awards*.

Banco CTT Nº 1 na Satisfação dos Clientes

O Banco CTT foi considerado o Banco nº 1 na Satisfação do Cliente, com uma pontuação de 8,1 (numa escala de 1 a 10). O Banco CTT volta a receber o prémio ECSI (*European Customer Satisfaction Index*), que resulta de um estudo conduzido em Portugal pela Universidade Nova e avalia o grau de satisfação dos clientes relativamente a bens e serviços disponibilizados em diferentes setores, com base em 9 dimensões.

Prémio Cinco Estrelas para o Banco CTT

Foi atribuído o Prémio Cinco Estrelas 2020 ao Banco CTT na categoria de Crédito Habitação, de entre os cinco bancos avaliados na mesma categoria, obtendo a classificação global de 74,2%.



02

Enquadramento estratégico

Vamos mais longe na

Liderança

Vamos mais longe para estar mais perto.



2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 Enquadramento regulatório

2.1.1 Setor Postal

No âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal, a 13.03.2020, os CTT invocaram caso de força maior perante o concedente, na sequência da emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 30.01.2020, e subsequente classificação da COVID-19 como uma pandemia, no dia 11 de março. Perante a gravidade e magnitude dos factos, públicos e notórios, e de modo a cumprir as instruções de saúde pública, emanadas das autoridades competentes, os CTT não puderam deixar de tomar as medidas necessárias e adequadas para proteger trabalhadores e utilizadores.

Nos termos do contrato de concessão, os CTT continuaram a assegurar o funcionamento e continuidade dos serviços postais, tendo, aliás, sido considerado um serviço essencial, tomando as medidas necessárias e adequadas à situação de força maior, em termos de planeamento, prevenção de operação e meios humanos, reportando diariamente o estado da situação ao Governo, na qualidade de contraparte no contrato, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do serviço universal.

A proposta de **preços do serviço universal** apresentada pelos CTT em 18.02.2020, e reformulada em 27.03.2020 e 11.05.2020, foi aprovada pela ANACOM, por deliberação de 23.05.2020¹. Os preços subjacentes à referida proposta, que cumpria os princípios e critérios de formação de preços definidos, entraram em vigor em 01.06.2020. Esta atualização correspondeu a uma variação média anual do preço do cabaz de serviços de correspondências, correio editorial e encomendas de 1,41%, não incluindo a oferta do serviço universal a remetentes de envios em quantidade, aos quais se aplica o regime de preços especiais.

Os **preços especiais dos serviços postais que integram a oferta do serviço universal**, aplicável a remetentes de envios em quantidade, foram também atualizados² em 01.06.2020, na sequência de proposta comunicada ao Regulador em 22.05.2020.

Enquadradas na política tarifária da empresa para o ano 2020, as atualizações referidas correspondem a uma variação média anual dos preços de 1,76%, refletindo também o efeito da atualização dos preços dos serviços reservados (serviços de citações e notificações postais) e dos preços especiais do correio em quantidade.

2.1.2 Setor Financeiro

Após as alterações regulamentares que ocorreram a um ritmo muito acelerado nos últimos anos, no que respeita à moldura legal que enquadra a atividade bancária, verificou-se que o primeiro semestre de 2020 foi caracterizado por ser um período em que, por um lado, se verificou a emissão de diplomas contendo alterações de pequena monta às versões originais e por outro, acabou por ser marcado, como não poderia deixar de ser, pela emissão de um conjunto de diplomas e documentos relacionados com as medidas necessárias para fazer face ao contexto da pandemia de COVID-19.

¹ Nos termos dos critérios de formação de preços definidos por deliberação da ANACOM de 12.07.2018, complementada por deliberação de 05.11.2018, ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril (Lei Postal), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro, e pela Lei n.º 16/2014, de 4 de abril.

² Cfr. artigo 14.º-A da Lei postal, com a redação introduzida pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro.

Efetivamente, não se assistiu à emissão de nenhum diploma que se possa chamar estruturante, ao invés do que sucedeu nos últimos anos, e de que foram exemplos, a Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (MiFID II, em inglês), a PSD 2 (*Payment Services Directive 2*), a Diretiva de Distribuição de Seguros e as sucessivas Diretivas de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Ao contrário, o que se verificou foi um movimento de clarificações do enquadramento legal existente, que se consubstanciou na publicação de diversas Orientações, naquilo que se convencionou chamar a *soft law* europeia. São exemplos desta situação as Orientações que alteram as Orientações EBA/GL/2018/05 relativas a requisitos de comunicação de dados sobre fraudes nos termos da Diretiva relativa aos serviços de pagamento (DSP2) e as Recomendações relativas à subcontratação externa a prestadores de serviços de computação em nuvem, emitidas pela EIOPA, a autoridade europeia de supervisão de seguros. De salientar ainda que a partir de 30 de junho passaram a ser aplicáveis as Orientações relativas à gestão dos riscos associados às TIC e à segurança que tinham sido divulgadas ainda em 2019.

Ao nível da Prevenção de Branqueamento de Capitais o destaque vai para a alteração da Instrução n.º5/2019 que veio incluir no Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo informações respeitantes aos procedimentos específicos para dar cumprimento ao Regulamento (UE) 2015/847, no que se refere às transferências de fundos.

A partir de meados de março de 2020 e com a emergência provocada pelo surto de COVID-19, assistiu-se a um proliferar de diplomas que preveem acautelar as situações decorrentes da pandemia, em particular e numa primeira fase, a divulgação de medidas de flexibilização de requisitos regulatórios e de supervisão para alívio da situação de contingência decorrente do surto de COVID-19.

Adicionalmente foram publicadas normas que aprovaram um conjunto de medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pela COVID-19, entre as quais se destacam diversos diplomas relativos aos recém-criados regimes de moratória (contratos públicos e privados) a serem aplicados no contexto da pandemia. Estas normas foram acompanhadas de um conjunto de orientações quanto aos regimes de moratória, quer ao nível nacional quer ao nível europeu.

A respeito do surto de COVID-19, é de salientar também a legislação produzida no que diz respeito aos deveres de prestação de informação aos clientes bancários sobre a moratória pública e sobre moratórias privadas e a obrigatoriedade de comunicação de informação ao Banco de Portugal sobre o mesmo tema.

O setor segurador também foi naturalmente sensível ao tema dos impactos da COVID-19, tendo sido estabelecido um regime excepcional e temporário relativo aos contratos de seguro, no que se refere ao pagamento do prémio de seguro e aos efeitos da diminuição temporária do risco nos contratos de seguro decorrentes de redução significativa ou de suspensão de atividade.

Ao nível dos impactos da pandemia nas instituições de crédito há a destacar a adoção por parte do Banco de Portugal da “*Guidance*” do Banco Central Europeu relativa à utilização de projeções macroeconómicas na estimativa de perdas de crédito esperadas durante o período caracterizado pela pandemia de COVID-19. Este documento estabelece referências sobre a utilização de projeções macroeconómicas com o objetivo de evitar a utilização de pressupostos demasiado pro-cíclicos na determinação de estimativas de perdas de crédito esperadas, atendendo ao contexto atual de maior incerteza e de disponibilidade muito limitada de informação prospetiva razoável e sustentável sobre o impacto da pandemia de COVID-19. Em particular, a referida “*Guidance*” cobre: i) avaliação coletiva do aumento significativo do risco de crédito, ii) utilização de projeções macroeconómicas de longo prazo, e iii) utilização de projeções macroeconómicas para anos específicos.

Ainda a destacar a divulgação de um conjunto de esclarecimentos adicionais pelo Banco de Portugal relativamente às medidas a serem tomadas por forma a mitigar o impacto da COVID-19 ao nível do sector bancário, designadamente com o que se prende com i) a distribuição de dividendos e as políticas de remuneração, com o ii) assegurar de uma maior flexibilidade ao nível dos reportes de supervisão comportamental, bem como iii) enfatizar a necessidade de adoção de medidas que garantam a efetiva prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo neste contexto.

2.2 Linhas estratégicas

Ligamos pessoas e empresas com entrega total!



2.3 Objetivos de desenvolvimento sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas refletem 17 temas prioritários, a nível global, para a preservação do planeta e da dignidade do ser humano.

Os CTT, para além de alinharem a sua estratégia de gestão ambiental com os ODS prioritários para o sector, resultantes de um estudo do IPC – *International Post Corporation*, mapearam e priorizaram os ODS para a sua cadeia de valor, utilizando a metodologia *SDG Compass*, desenvolvida pelo *WBCSD*, *UN Global Compact* e *GRI*.

Os CTT aderiram à iniciativa “*A New Deal for Europe: a Europe with a shared sustainable vision for its future*” da PostEurop, que visa contribuir para uma Europa mais sustentável, atingindo os ODS. Os compromissos dos CTT estão alinhados com estes objetivos globais, com vista a um equilíbrio entre a criação de valor económico e a preservação do planeta e da dignidade humana.

No quadro abaixo apresenta-se o nível de desempenho no 1º semestre de 2020 face aos objetivos definidos pelos CTT para 2020. De referir que alguns objetivos não atingiram os níveis previstos, devido à pandemia de COVID-19.

	<p>Saúde e bem-estar</p> <p>Com foco nas metas da sinistralidade rodoviária</p> <p>Redução de 23,1% da sinistralidade³</p> <p>Acidentes mortais: 0</p> <p>Programa de Prevenção Rodoviária - com mais de 2 700 participações</p>		<p>Educação de qualidade</p> <p>Com foco nas metas de formação</p> <p>Volume de formação de 58,2 mil horas</p> <p>Taxa de formação de 0,6%</p>
	<p>Energia acessível e limpa</p> <p>Com foco nas metas de energia renovável e eficiência energética</p> <p>Lançamento do processo de aquisição de 100% de eletricidade de origem renovável</p>		<p>Trabalho digno e crescimento económico</p> <p>Com foco nas metas das condições de acesso aos serviços financeiros</p> <p>Consolidação do negócio bancário</p> <p>14 novos trabalhadores foram formados em Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo</p>
	<p>Cidades e comunidades sustentáveis</p> <p>Com foco na mobilidade elétrica</p> <p>Entrada em operação de 9 veículos elétricos novos</p> <p>Testes de soluções de frota elétrica</p>		<p>Consumo e produção responsáveis</p> <p>Com foco no portefólio eco</p> <p>Oferta de correio verde e expresso, neutra em carbono</p>
	<p>Ação contra a mudança global do clima</p> <p>Com foco na gestão carbónica, na adesão a normativos internacionais e na educação ambiental</p> <p>Redução de 9,1% das emissões diretas⁴</p> <p>Alinhamento das metas carbónicas CTT (SBT) com a ambição global de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2030</p>		<p>Paz, justiça e instituições eficazes</p> <p>Com foco na anticorrupção e suborno, <i>governance</i> e ética e envolvimento com <i>stakeholders</i></p> <p>Formação de 810 trabalhadores nos Códigos de Conduta CTT, Subsidiárias e Banco; Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho</p> <p>Artigo de comunicação para o <i>stakeholder</i> interno</p>

³ Redução da sinistralidade devido a horários reduzidos e alternados e a menos tráfego rodoviário durante o período da pandemia de COVID-19.

⁴ Consideradas emissões de CO₂ dos *scopes* 1 e 2.

2.4 Gestão de riscos

2.4.1 Descrição do processo de gestão de risco

Os riscos decorrentes da atividade dos CTT e das suas subsidiárias são geridos tendo em conta a forma descrita no **Regulamento do Sistema de Gestão do Risco** aprovado pelo Conselho de Administração. Este documento, além de estabelecer normas, princípios e procedimentos orientadores da gestão do risco, define funções, responsabilidades e modelo de governo, assegurando a implementação de uma *framework* de apoio ao processo de tomada de decisão, levando em consideração os riscos a que os CTT estão expostos.

No âmbito da atividade bancária, o Banco CTT possui um sistema de gestão de riscos autónomo, suportado num conjunto de conceitos, princípios, regras e num modelo organizacional aplicável e ajustado às especificidades e ao enquadramento regulamentar da sua atividade. Contudo, está estabelecido um modelo de articulação entre as áreas responsáveis pela gestão do risco dos CTT e do Banco CTT, de forma a assegurar um alinhamento relativamente aos principais riscos interdependentes.

O **perfil de risco** apresenta-se como o *output* principal do processo, traduzindo a visão num dado momento sobre os eventos que, a ocorrer, poderão afetar de modo adverso a consecução dos objetivos estratégicos, comprometendo a sustentabilidade dos CTT. A revisão e atualização contínua do perfil de risco é, pois, fundamental, e assenta num processo dinâmico constituído por quatro fases sequenciais e inter-relacionadas e alimentado por um conjunto de *inputs* tal como ilustrado na figura seguinte:

Gestão do risco

Sistema integrado de Gestão do Risco



Os riscos identificados durante a Fase I são avaliados na Fase II segundo critérios qualitativos e quantitativos em termos de probabilidade de ocorrência, impacto e velocidade de materialização do efeito, de acordo com as diretrizes previstas no Regulamento do Sistema de Gestão do Risco.

O **nível de exposição ao risco** resulta da combinação da sua probabilidade e do seu impacto. Durante a Fase III, verificando-se que o nível de exposição a um determinado risco é superior ao apetite estipulado, são definidas e implementadas ações corretivas ou de mitigação com o objetivo de reduzir a exposição, através da diminuição da probabilidade e/ou do impacto. O **apetite ao risco** traduz-se, assim, no nível máximo de exposição que os CTT assumem de forma consciente e estão dispostos a aceitar na prossecução da sua estratégia tendo em consideração os seus princípios de negócio, as suas políticas e procedimentos bem como o facto de operarem em mercados fortemente regulados. O apetite ao risco é revisto anualmente e encontra-se definido por tipologia de riscos, de acordo com a taxonomia aprovada.

A evolução dos principais riscos dos CTT (aqueles com maior nível de exposição) é monitorizada na Fase IV através de **Key Risk Indicators (KRI)**. Os KRI funcionam como barómetro do nível de exposição atual dos CTT aos riscos, alertando, tempestivamente, para eventuais alterações da probabilidade de ocorrência e/ou do impacto do evento de risco. Cada KRI tem definido um **objetivo** e um **nível de tolerância**. A ultrapassagem deste nível de tolerância poderá significar que a Empresa incorre em perdas financeiras superiores ao esperado (*value-at-risk*), requerendo, portanto, a adoção de medidas de resposta imediata. Em alguns casos, de forma a maximizar a eficácia do KRI, são definidos *a priori* planos de atuação programada com medidas de mitigação específicas cuja implementação fica condicionada à ultrapassagem dos níveis de tolerância definidos para os KRI.

2.4.2 Riscos enfrentados pelos CTT

Durante o 1º semestre de 2020 a atividade dos CTT foi fortemente condicionada pela pandemia de COVID-19, nomeadamente pelas medidas de restrição impostas à maior parte dos sectores da economia – encerramento de comércio e serviços, indústria, e retração do consumo em alguns sectores devido ao confinamento. Este facto fez aumentar a exposição a alguns riscos já identificados e fez ressurgir outros que por esse motivo passaram também a ser alvo de acompanhamento próximo e aplicação de medidas de mitigação. Pela sua relevância, destacamos a evolução ao longo deste semestre dos seguintes riscos:

Riscos Estratégicos resultam de incertezas decorrentes da estratégia definida pelos CTT e do modo como esta é implementada		Negócios impactados
Desafio CEP (Courier Express and Parcels) Ibérico	Em fevereiro procedeu-se à mudança de marca para CTT Express (em Espanha) promovendo, assim, um maior alinhamento ibérico e um compromisso com o mercado de encomendas urgentes nesta geografia. Em março, o eclodir da pandemia trouxe uma quebra significativa do tráfego B2B nos dois países. Aos poucos, esta quebra foi sendo compensada por um forte crescimento na atividade B2C resultante de alterações nos padrões de consumo que estimularam a evolução do <i>e-commerce</i> .	
Imagem pública	Conscientes do papel crítico que desempenham na manutenção de cadeias de comunicação e logística vitais para a economia e a sociedade portuguesa, os CTT mantiveram sempre a sua atividade enquanto vigorou o estado de emergência. Adicionalmente, associaram-se ao movimento "Fique em casa" nas diversas geografias onde atuam, concretizando várias iniciativas com o objetivo de facilitar o acesso dos clientes aos serviços prestados e reforçando, deste modo, a sua imagem de proximidade às populações.	

Riscos Operacionais resultam de falhas ou deficiências na gestão dos processos de negócio, nas pessoas e nos sistemas de informação		Negócios impactados
Cibersegurança	As medidas de confinamento decretadas no decurso da pandemia obrigaram à implementação do regime de teletrabalho em todos os serviços onde tal se verificou possível. Com mais de 2 mil trabalhadores a aceder remotamente a partir de casa à rede interna dos CTT, aumentou consideravelmente a exposição ao risco, pelo que houve necessidade de reforçar controlos tecnológicos de segurança e apostar na formação sobre boas práticas de teletrabalho e consciencialização para o cibercrime.	
Continuidade do negócio	Em resposta à pandemia, os CTT ativaram os seus planos de contingência para as áreas operativas, a rede de Lojas e os serviços centrais conseguindo assegurar a continuidade de toda a atividade com o menor grau de perturbação possível, tendo em conta as circunstâncias muito adversas. Foi criado um Comité de Gestão da Crise, presidido pelo CEO, que coordenou a implementação de todas as iniciativas visando a proteção de trabalhadores e clientes e a continuidade do negócio.	
Obrigações do Serviço Postal Universal	No âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal, os CTT invocaram caso de força maior perante o concedente, na sequência da classificação da COVID-19 como uma pandemia. Os CTT continuaram a assegurar o funcionamento e continuidade dos serviços postais, tomando as medidas necessárias e adequadas à situação de força maior, em termos de planeamento, prevenção de operação e meios humanos, reportando diariamente o estado da situação ao Governo e à ANACOM.	
Riscos Financeiros resultam de fatores exógenos e internos que afetam de forma significativa e direta o desempenho e a condição financeira dos CTT		Negócios impactados
Liquidez	Devido ao contexto de incerteza provocado pela pandemia, os CTT decidiram em Assembleia-Geral suspender os pagamentos de dividendos e de remuneração variável relativos a 2019. Os CTT implementaram ainda medidas adicionais para fortalecer a sua posição financeira e liquidez e assegurar a efetiva resposta operacional, procurando, simultaneamente, preservar o valor dos negócios tradicionais e apostar em novos negócios, mais ligados às plataformas digitais e e-commerce.	
Riscos Externos resultam de fatores mais ou menos imprevisíveis e que estão para além do poder de intervenção e influência dos CTT		Negócios impactados
Substituição eletrónica	De acordo com a ANACOM, no 1º trimestre o tráfego postal caiu 8,8% face ao período homólogo (-9,6% no correio transacional). Os efeitos da pandemia só começaram a sentir-se de meados de março em diante altura em que foi possível confirmar uma redução muito significativa no volume de correio endereçado. Não obstante esperar-se uma recuperação durante o 2º semestre, é previsível que este agravamento do fenómeno de substituição do correio físico, potenciado pela pandemia, conduza a uma queda de tráfego na ordem dos dois dígitos no final do ano.	
Alterações regulatórias	No final de junho a ANACOM submeteu a consulta pública (até 28 de julho) um conjunto de projetos de decisão relativos à prestação do Serviço Postal Universal (SPU) após o termo da atual concessão. As decisões referem-se, entre outros temas, aos critérios de formação dos preços, aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho, ao conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do SPU e à metodologia de cálculo dos custos líquidos do SPU.	
Epidemias (COVID-19)	Ainda que o negócio Expresso tenha beneficiado do crescimento do e-commerce decorrente do confinamento, a generalidade dos negócios CTT foi negativamente afetada pela pandemia. No entanto, o real impacto no crescimento dos negócios e na sua rentabilidade não pode ainda ser quantificado com fiabilidade uma vez que depende de vários fatores nomeadamente da duração da pandemia, do surgimento de uma nova vaga bem como da severidade dos seus impactos na economia internacional e nacional.	



03

Negócios
CTT

**Vamos
mais longe
na**

Ambição

Vamos mais longe para estar mais perto.



3. NEGÓCIOS CTT

3.1 Correio

A área de negócio de **Correio** foi muito afetada a partir da segunda metade do mês de março e até maio pelo confinamento em consequência da COVID-19. Esta situação implicou o encerramento ou redução do horário de funcionamento das lojas dos CTT que se traduziu numa menor procura de serviços **B2C**, bem como a redução da atividade dos clientes do segmento **B2B**, com particular destaque para os setores da banca e *utilities* e da Administração Pública pelo encerramento/suspensão da atividade de diversos organismos públicos e preparadores de correio.

Os **rendimentos operacionais de Correio** atingiram 202,8 M€ no 1S20, -32,2 M€ (-13,7%) relativamente ao 1S19, devido fundamentalmente à queda dos rendimentos do **correio transacional** (-30,2 M€; -14,9%) e do **correio publicitário** (-2,3 M€; -21,3%), atenuados pelo crescimento dos rendimentos das **soluções empresariais** (+2,8 M€; +49,8%).

Tráfego de correio

	1T19	1T20	Δ	2T19	2T20	Δ	1S19	1S20	Δ
Transacional	142,6	126,2	-11,5%	136,4	102,0	-25,2%	279,0	228,3	-18,2%
Publicitário	13,1	11,1	-15,3%	11,3	8,5	-24,3%	24,4	19,6	-19,5%
Editorial	8,5	7,6	-11,2%	8,7	7,5	-13,8%	17,3	15,1	-12,5%
Total endereçado	164,2	144,9	-11,8%	156,4	118,1	-24,5%	320,6	263,0	-18,0%
Publicitário não endereçado	106,2	115,4	8,6%	131,4	67,8	-48,4%	237,6	183,2	-22,9%

No 1S20 o tráfego do **correio transacional** apresentou um decréscimo (-18,2%) em todos os produtos, à exceção do **correio verde** (+75,6%) que manteve o crescimento que vem registando nos últimos trimestres, sobretudo pela substituição de produtos após descontinuidade da linha de pré-pagos de correio registado e de correio azul. O decréscimo do tráfego de **correio normal nacional** foi de 16,2%, sobretudo no setor contratual como a banca e seguros, as telecomunicações e Estado, a diminuição do **correio azul** foi de 46,8% e a do **correio registado** de 20,9%. De salientar que no mês de junho já se verificou uma recuperação acentuada no correio registado em alguns setores do Estado, nomeadamente na área da justiça e nas contraordenações, bem como um crescimento no tráfego gerado pelos consumidores particulares.

O correio internacional sofreu quebras mais acentuadas devido às medidas bastante restritivas impostas pela pandemia, quer no **correio internacional de saída** (-27,5%) quer no **correio internacional de chegada** (-25,1%).

O negócio do **correio publicitário** sofreu um impacto negativo relevante nos meses de março a maio, com a crise pandémica a levar a um desinvestimento dos clientes, em alguns casos com suspensão integral dos envios e campanhas. No mês de junho houve uma recuperação face aos meses referidos e é expectável a retoma da atividade no 2S20.

O tráfego de **correio publicitário endereçado** no 1S20 apresentou um decréscimo de 19,5%. O tráfego de **correio publicitário não endereçado** no 1S20 registou um decréscimo de 22,9%, decorrente da redução da periodicidade das campanhas dos clientes da área do retalho, anulando a dinâmica de crescimento observada no início do ano (+44,7% nos dois primeiros meses) para a qual contribuiu sobretudo a entrada de novos clientes.

No 1S20 a área de **soluções empresariais** registou uma receita de 8,3 M€, +49,8% face ao 1S19. Este incremento resulta da ambição colocada pela equipa de gestão para prosseguir com alternativas de receita a fim de compensar as perdas de correio, o que tem sido conseguido principalmente pelo desenho e concretização de parcerias e procurou, nesta fase, incidir sobretudo em novas necessidades que resultaram da pandemia de COVID-19, tais como a venda e entrega de produtos de proteção individual ou o fornecimento de equipamentos informáticos em consequência do incremento das necessidades de teletrabalho.

A variação média de preços do Serviço Universal⁵ no 1S20 face ao período homólogo do ano anterior foi de 0,97%, o aumento de preços para o ano de 2020 ocorreu em junho.

Portefólio eco

Os clientes continuam a aderir aos produtos do portefólio ecológico dos CTT. O DM Eco continua a aumentar o seu peso relativo no total da gama *direct mail*, representando atualmente 49% do tráfego total do *direct mail*. O correio verde, que aposta na conveniência e na componente ambiental, garantindo a neutralidade carbónica dos produtos, contabilizou mais de 3,5 milhões de objetos vendidos no primeiro semestre do ano.

Filatelia

No 1S20 os rendimentos de filatelia ascenderam a 2,4 M€, representando -20,2% face ao 1S19 (-0,6 M€). De registar que devido à pandemia não se efetuaram alguns eventos previstos para o 2T20.

Emissões Comemorativas - 1º Semestre 2020	
<ul style="list-style-type: none"> Vultos da História e da Cultura 250 Anos do Nascimento de Ludwig Van Beethoven 500 Anos da Passagem do Estreito de Magalhães Museus Centenários de Portugal Arcebispos de Braga (3ª Série) Dia Mundial da Língua Portuguesa (UNESCO) / 30 Anos AICEP Europa – Rotas do Correio Antigo 75 Anos da TAP Festas e Romarias – Lugares de Fé 300 Anos da Fundação da Academia Real da História 800 Anos das Inquirições Gerais de D. Afonso II 	Acontecimentos Nacionais e Internacionais 2020
<ul style="list-style-type: none"> Raças Autóctones de Portugal (3ª série) 	Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Booklet da Madeira Booklet dos Açores 	Autoadesivos

⁵ Inclui correspondências, correio editorial e encomendas do Serviço Universal, excluindo o correio internacional de chegada.

Livros Temáticos

- Museus Centenários de Portugal (2º volume)
- Festas e Romarias – Lugares de Fé

Poderá descobrir mais sobre os planos de emissões filatélicas dos CTT em:

<https://www.ctt.pt/particulares/filatelias/>

3.2 Expresso e Encomendas

Os **rendimentos operacionais de Expresso e Encomendas** atingiram 85,1 M€ no 1S20, crescendo 12,3 M€ (+16,9%) face ao período homólogo de 2019. No 2T20 atingiram 47,8 M€, subindo 11,7 M€ (+32,5%) face ao trimestre homólogo de 2019, o que evidencia o forte crescimento conseguido neste período, em que a empresa cresceu de forma consistente e significativa nas entregas B2C. A performance obtida neste trimestre evidencia um valor de receita sem precedente e o melhor valor de EBITDA dos últimos 17 trimestres.

Os **rendimentos em Portugal** situaram-se em 51,8 M€ no 1S20, 12,8% acima do período homólogo de 2019, verificando-se uma aceleração no 2T20, em que os rendimentos atingiram 27,4 M€, subindo 4,4 M€ (+19,1%) face ao 2T19. Este crescimento resultou sobretudo do negócio **CEP** (*Courier, Express and Parcels*) cujos rendimentos ascenderam a 41,5 M€ (+20,2%).

O 1S20 foi marcado pelo efeito da pandemia de COVID-19, observando-se que o final do mês de março e o início do mês de abril foram particularmente afetados pelos efeitos das restrições impostas à maior parte dos setores da economia. Essas restrições tiveram um forte impacto no perfil de envios, tendo-se verificado uma redução do tráfego B2B, quer de encomendas quer de carga, e tendo-se, em contraponto, assistido a um forte crescimento da atividade de *e-commerce*.

No 1S20 o tráfego **CEP** em Portugal totalizou 11,2 milhões de objetos, mais 35,0% do que no período homólogo de 2019. No 2T20 o tráfego CEP foi de 6,2 milhões de objetos, 49,3% acima do 2T19, tendo mais do que duplicado o ritmo de crescimento verificado no 1T20 (+20,4%). A contribuir para esta evolução está o forte impulso do *e-commerce*, com um crescimento muito relevante nos setores da saúde e bem-estar, alimentação, desporto e lazer, educação e cultura e eletrónica de consumo.

O crescimento obtido em Portugal resultou de um conjunto de iniciativas lançadas pelos CTT procurando acelerar e alavancar soluções que ajudassem a estimular a recuperação da atividade perdida e criando oportunidades de crescimento, das quais se destacam os seguintes serviços:

- **CTT Comércio Local** é uma plataforma digital que assegura todo o processo de venda e compra a comerciantes e clientes finais. Os comerciantes podem aderir ao serviço junto da respetiva Câmara Municipal, tendo assim disponível um novo meio de venda dos seus produtos, e os consumidores podem efetuar as suas compras em segurança, sem saírem de casa.
- **Criar lojas online CTT**, uma oferta que permite às PME nacionais criarem lojas *online* com grande facilidade para a venda dos seus produtos. Estão registadas 1 020 lojas *online* e operacionais no final de junho de 2020 estavam 297 lojas, de diversos setores de atividade, com ênfase nos produtos alimentares, vestuário e calçado.
- **Entrega de medicamentos ao domicílio** de cada utente, uma parceria com a Associação Nacional de Farmácias (ANF), que permite aos utentes fazerem encomendas de medicamentos diretamente às farmácias, utilizando o email ou o telefone de cada farmácia aderente, com os CTT a garantirem a entrega no dia seguinte.

- **Expresso para Hoje**, serviço *online* alargado para entregas urgentes de encomendas, mercadorias ou documentos, até 2 horas. Os CTT estabeleceram uma parceria com a Uber.

Os rendimentos operacionais do negócio de **carga** ascenderam a 5,4 M€ no 1S20 (-17,2%) e os da **logística** a 1,2 M€ (-17,8%). Estes negócios, que já estavam sob pressão no 1T20, ressentiram-se com o impacto económico da pandemia em setores como o automóvel, têxtil e retalho. Em junho já se verificou uma recuperação da atividade da carga face aos meses anteriores. O negócio **banca** manteve-se estável com receitas de 3,4 M€ (+1,2%).

O *marketplace* Dott⁶, lançado em maio de 2019 em parceria com a Sonae, tinha no final de junho de 2020 1 060 vendedores presentes na plataforma (um aumento de 296 no trimestre) e mais de 2,3 milhões de produtos disponíveis. No final de junho de 2020 havia cerca de 150 mil utilizadores registados (+79% face a março de 2020), evidenciando o forte crescimento e aceleração da digitalização e do *e-commerce* no período de confinamento.

Os **rendimentos em Espanha** situaram-se em 31,9 M€ no 1S20, 23,2% acima do período homólogo de 2019. No 2T20 atingiram 19,8 M€, representando mais 7,2 M€ (+57,2%) do que no 2T19.

O tráfego totalizou 11,3 milhões de objetos, crescendo 43,9% face ao período homólogo de 2019. Contudo, observou-se uma subida dos envios B2C com menor peso e, conseqüentemente, preço unitário mais baixo, ao mesmo tempo que se registou uma queda dos envios B2B decorrente da COVID-19.

O mês de março de 2020 foi fortemente impactado pela COVID-19, tendo sido essa tendência contrariada a partir do mês de abril. Os meses de abril e maio registaram um forte crescimento de tráfego resultante de alterações de padrões de consumo, que estimularam as compras *e-commerce* e captaram a confiança dos novos clientes B2C. Contribuíram para tal também as iniciativas comerciais que resultaram em acordos com grandes *e-tailers* globais que começaram a operar para as encomendas urgentes para toda a Península Ibérica.

A empresa está a preparar-se para assumir este aumento de atividade – compatível com o plano de reestruturação e relançamento apresentado para Espanha –, tendo investido em máquinas de tratamento e triagem para os seus principais centros – Madrid e Barcelona –, adquirido mais de 1 500 dispositivos móveis e um novo software de inteligência artificial para otimizar o dia-a-dia dos distribuidores, a sua carga e rotas, e melhorar a qualidade de serviço reduzindo os custos unitários.

Os **rendimentos em Moçambique** situaram-se em 1,4 M€ no 1S20, 43,2% superiores aos do período homólogo. No 2T20 atingiram 0,7 M€, mais 0,2 M€ (+30,3%) do que no 2T19. Os negócios CEP e da banca contribuíram positivamente para este crescimento, este último suportado na captação de um novo importante negócio na área da saúde (recolha de amostras biológicas), que teve início no segundo semestre de 2019, mas também no continuado crescimento do setor bancário.

Portefólio eco

A oferta expresso é totalmente neutralizada através de projetos de compensação carbónica selecionados por votação do público e que promovem impactos positivos ao nível da biodiversidade e do desenvolvimento das comunidades locais onde os mesmos se inserem.

⁶ O investimento do *marketplace* Dott é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

3.3 Banco CTT

Os **rendimentos do Banco CTT** atingiram 38,4 M€ no 1S20, um crescimento de 14,8 M€ (+63,0%) face a igual período do ano anterior, sendo +11,2 M€ provenientes da 321 Crédito, adquirida em maio de 2019. Excluindo esse efeito inorgânico, os rendimentos ascenderiam a 22,1 M€, mais 3,7 M€ (+19,8%) do que no 1S19.

O crescimento dos rendimentos contou com a performance positiva da **margem financeira** no 1S20, 12,3 M€ (+135,3%) acima do mesmo período de 2019. Excluindo a 321 Crédito, o crescimento da margem financeira no 1S20 teria sido de 3,2 M€ (+63,2%).

A performance comercial do Banco CTT continuou a permitir o crescimento dos **depósitos** de clientes para 1 512 M€ (+42,1% do que no 1S19 e +17,8% do que no final do ano de 2019) e do número de contas para 489 mil contas (mais 81 mil do que no 1S19 e mais 28 mil que no final do ano de 2019).

As **comissões** recebidas do Banco CTT cresceram 2,2 M€ (+62,5%), sobretudo pelo aumento na transacionalidade dos clientes (+20,7%), e das contas e cartões, impulsionadas a partir do início no mês de abril pela introdução de um modelo de comissionamento do cartão de débito. Esta cobrança das anuidades contribuiu para um crescimento das comissões no 2T20 face ao 2T19 de 612,9%.

As comissões recebidas relativas ao **crédito ao consumo** aumentaram 11,9% (+0,1 M€), apesar de afetadas pelo atual contexto económico. Se no 1T20 cresceram 80,3% face a igual período do ano anterior, no 2T20 decresceram 37,7%, com uma redução dos volumes de produção de 64,4% face ao 2T19 e de 59,5% face ao 1T20.

As colocações do produto **PPR** caíram 84,3% face ao 1S19, para 22,2 M€. Não obstante a produção deste produto face ao ano anterior também estar influenciada pela alteração do perfil de risco do produto, que deixou de ter capital garantido, que por si só retraiu a procura, os efeitos do período de confinamento contribuíram para a redução do 1T20 para o 2T20. Em termos de comissões recebidas, o produto continua a crescer, neste caso 0,8 M€ (+285,1%) face ao 1S19. O volume do produto PPR atingiu 378,8 M€ (valor *off-balance sheet*), 127,0% acima do 1S19.

A área de **pagamentos** registou no 1S20 um decréscimo das comissões recebidas de 1,8 M€ (-18,2%) face ao mesmo período do ano anterior, com rendimentos totais de 8,0 M€. As receitas foram fortemente afetadas pela redução da procura de serviços transacionais na área de pagamentos no decurso das medidas de restrição impostas pelo estado de emergência, parcialmente compensada pela aposta no alargamento a todos os agentes do serviço de MBSPOT, que permite pagamentos com referências multibanco e referências Payshop. O pico da quebra ocorreu em abril, sobretudo no pagamento de portagens e faturas, apresentando já os dois últimos meses deste semestre sinais de retoma.

Os rendimentos do **crédito automóvel** mantiveram-se estáveis, com uma média trimestral de 2,7 M€/mês em ambos os trimestres do 1S20, com uma carteira de crédito líquida de imparidades de 506,1 M€ (mais 7,8% face a dezembro de 2019). O volume de produção de crédito automóvel foi fortemente afetado pelo encerramento dos pontos de venda, por força das medidas de confinamento, iniciando em meados do mês de março uma trajetória decrescente das novas propostas angariadas, situação que se prolongou até à segunda semana do mês de maio, a partir da qual se inverteu o ciclo.

A carteira de **crédito habitação** líquida de imparidades situou-se em 472,7 M€ (16,7% superior a dezembro de 2019). A produção de crédito à habitação registou um crescimento de 3,5% (+2,9 M€) no 1S20 face a igual período do ano anterior, não obstante ter-se verificado um decréscimo de 16,4% (-7,6 M€) do 1T20 para o 2T20.

No 2T20 foram registados um total de 5,8 M€ de imparidades, refletindo o efeito da evolução da carteira de crédito durante o trimestre no montante de 2,6 M€ e o efeito da estimativa de perdas potenciais com a contração económica prevista (*efeito forward looking*) na ordem dos 3,2 M€. Em consequência da degradação da situação económica, as imparidades e provisões da 321C atingiram os 7,0 M€ no 1S20, um crescimento de 6,2 M€ face ao período homólogo do ano anterior.

Os pedidos de moratórias (públicas e privadas) formalizados atingiram os 2,9 mil com uma exposição total de 66,6 M€ representando cerca de 7% do total da carteira bruta de crédito.

3.4 Serviços Financeiros e Retalho

Os rendimentos operacionais dos **Serviços Financeiros e Retalho** atingiram 21,5 M€ no 1S20 (16,5 M€ relativos aos Serviços Financeiros e 5,0 M€ ao Retalho), com um crescimento de 0,2 M€ (+1,2%) face ao período homólogo do ano anterior. Se no 1T20 o crescimento foi de 23,0% (+2,4 M€), no 2T20 registou-se um decréscimo de 20,4% (-2,2 M€).

O 2T20 desta área de negócio foi fortemente influenciado (i) pelas medidas restritivas do estado de emergência, designadamente o efeito que gerou na preferência pela liquidez e conseqüentemente nos investimentos financeiros a médio/longo prazo, (ii) pela limitação do acesso à rede de retalho dos CTT e as alterações de horários de atendimento das lojas, (iii) pela suspensão da emissão de novidades pelos fornecedores e o ajuste de fornecimentos, (iv) pela anulação e adiamento de espetáculos e, (v) pelo cancelamento desde 20 de março das ações relativas a cedência de espaço nas lojas.

Os **produtos financeiros** obtiveram rendimentos de 16,5 M€, um crescimento de 1,1 M€ (+7,5%) face ao 1S19, devido à boa performance no 1T20 que permitiu absorver os fortes decréscimos ocorridos após a segunda quinzena de março de 2020. O aumento das subscrições dos títulos da dívida pública (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Crescimento) nos dois primeiros meses de 2020, devido à boa performance na recaptura dos valores dos Títulos da Dívida Pública vencidos em janeiro de 2020 (cerca de 1 500 M€ vencidos em TDP), permitiu atingir 6,6 M€ de rendimentos (+66,4%) e 1 176 M€ de subscrições, +89,7% do que o registado nos primeiros dois meses de 2019.

As subscrições de **títulos da dívida pública** apresentaram no 1S20 rendimentos de 12,0 M€, +1,0 M€ (+8,9%) face ao 1S19, tendo sido efetuadas 1 933,3 M€ de subscrições (+11,1%). No 2T20 as subscrições caíram 31,0% (-260,2 M€) face ao 2T19. A média diária registou no mês de abril o menor valor de subscrições, com 6,1 M€ por dia útil, observando-se presentemente uma recuperação sustentada das subscrições, situando-se em junho de 2020 em 11,5 M€ por dia útil.

Os rendimentos dos **vales** situaram-se em 3,0 M€, +0,2 M€ face ao 1S19 (+7,4%), pela angariação do serviço de emissão de vales para pagamento do subsídio de desemprego e outras prestações sociais, com início no final do ano de 2019. Salienta-se, ainda, o lançamento em maio de um novo corredor de vales eletrónicos Portugal/Senegal, em parceria com a La Poste Sénégal.

Os **serviços de pagamentos dos CTT** atingiram rendimentos de 0,8 M€ no 1S20, com uma performance positiva de 21,0% (+0,1 M€), pelo **pagamento de impostos**, designadamente o IMI, absorvendo o efeito estrutural da substituição eletrónica deste tipo de serviço.

Os **produtos e serviços de retalho** com 5,0 M€ de rendimentos no 1S20, representaram um decréscimo de 12,1% (-0,7 M€), intensificando a inversão da tendência de crescimento que se vinha a verificar nos primeiros dois meses de 2020. Foi nos produtos e serviços de retalho de terceiros, essencialmente na lotaria, nos livros e no subsídio de transporte aéreo (Açores e Madeira), que a redução mais se fez sentir pela diminuição significativa de pessoas nas lojas. Inversamente, o *merchandising* registou um crescimento de 0,5 M€ (+273,0%) face ao período homólogo do ano anterior, pela introdução com sucesso da venda de máscaras de proteção e gel desinfetante.

No retalho assistiu-se a uma gradual recuperação, embora lenta, tendo os CTT vindo a reforçar o seu posicionamento, quer com a venda de novas emissões de livros (novidades com peso no mercado concorrencial), quer pelo estabelecimento de novas parcerias nas telecomunicações e no *merchandising*.

3.5 Perspetivas futuras

No pressuposto de recuperação gradual da economia e melhoria da situação pandémica, os CTT preveem a manutenção da dinâmica positiva das alavancas de crescimento da Empresa.

Embora se preveja que o Correio sofra quebras significativas nas correspondências (extratos) e no correio publicitário, que deverão conduzir a uma queda de dois dígitos do tráfego de correio endereçado no exercício, espera-se um desempenho continuamente positivo do Expresso e Encomendas, do Banco CTT e dos Serviços Financeiros. O Expresso e Encomendas deverá manter-se como o principal motor de crescimento da Empresa, impulsionado pela rápida adoção do comércio eletrónico, aproximando-se da média dos mercados desenvolvidos, e pelo contínuo aumento das quotas de mercado; o Banco CTT está suficientemente provisionado e bem capitalizado para enfrentar potenciais desafios no 2S20 (de acordo com as atuais previsões) tais como a diminuição do PIB e o aumento do desemprego em resultado da pandemia; e os Serviços Financeiros beneficiarão da crescente tendência de poupança da população portuguesa, o que constitui um bom prognóstico para a colocação da dívida pública, pelo que todos, com a exceção do Correio, deverão ver os rendimentos e o EBITDA a aumentar.

No 2S20, serão lançadas várias iniciativas de melhorias operacionais com enfoque nas margens e nos gastos. A notável recuperação que se verificou no final do 2T20 constitui um incentivo para o resto do exercício. Em resultado de medidas ao nível das vendas, de combate à súbita queda do correio, os CTT esperam atingir um crescimento nos rendimentos operacionais impulsionado pelas encomendas, assim como atingir um EBITDA⁷ superior a 90 M€ e um EBIT de mais de 30 M€ no exercício de 2020.

⁷ Excluindo imparidades, provisões e depreciações/amortizações, impacto da IFRS 16 e itens específicos.



04

Desempenho

Vamos mais longe na

Inovação

Vamos mais longe para estar mais perto.



4. DESEMPENHO

4.1 Capital financeiro

Rendimentos operacionais

Os **rendimentos operacionais**⁸ totalizaram 349,2 M€, -5,8 M€ (-1,6%) face ao 1S19, não tendo a performance do Banco CTT (+14,8 M€; +63,0%, dos quais +11,2 M€ da 321 Crédito que iniciou atividade em maio de 2019), da Expresso e Encomendas (+12,3 M€; +16,9%) e dos Serviços Financeiros e Retalho⁹ (+0,2 M€; +1,2%), compensado, na totalidade, o acentuado decréscimo verificado no Correio e Outros (-33,2 M€).

Rendimentos operacionais

	1S19	1S20	Valor	Δ
Rendimentos operacionais	355,0	349,2	-5,8	-1,6%
Correio e outros	237,4	204,2	-33,2	-14,0%
Correio	235,1	202,8	-32,2	-13,7%
Estrutura central	2,3	1,3	-1,0	42,6%
Expresso e Encomendas	72,8	85,1	12,3	-16,9%
Banco CTT	23,6	38,4	14,8	-63,0%
Serviços Financeiros e Retalho	21,2	21,5	0,2	1,2%

Milhões €

Gastos operacionais

Os **gastos operacionais**¹⁰ totalizaram 315,8 M€ no 1S20, um crescimento de 7,2 M€ (+2,3%) face ao 1S19, com um impacto de 6,0 M€ da 321 Crédito. Excluindo a 321 Crédito, os gastos operacionais totalizaram 309,8 M€ (+1,0%).

No 2T20 os gastos operacionais totalizaram 156,1 M€, um crescimento de 3,4 M€ (+2,2%) face ao 2T19, cujo impacto da 321Crédito foi de 3,0 M€. Excluindo a 321 Crédito, os gastos foram de 153,1 M€ no 2T20 (+1,5%).

Gastos operacionais

	1S19	1S20	Valor	Δ
Gastos operacionais	308,6	315,8	7,2	2,3%
Gastos com pessoal	169,2	170,1	0,9	0,5%
FSE	125,9	129,6	3,8	3,0%
Outros gastos	13,5	16,0	2,5	18,5%

Milhões €

Os **gastos com pessoal** aumentaram 0,9 M€ (+0,5%) no 1S20. Excluindo o efeito da 321 Crédito, os gastos diminuiram 0,9 M€ (-0,5%). Este comportamento justifica-se essencialmente pelo facto de os gastos com saúde dos trabalhadores no ativo terem diminuído 1,8 M€ (-55,8%), pelo efeito da pandemia de COVID-19. Este efeito foi parcialmente compensado por ganhos atuariais em 2019, relacionados com responsabilidades com reformados após a redução das tarifas médias de consumos dos telemóveis, com impacto positivo de

⁸ Excluindo itens específicos.

⁹ Em 2020 e no período homólogo (proforma) considera-se a migração dos produtos e serviços de retalho da AN Correio e Outros para a AN Serviços Financeiros e Retalho (anteriormente designada AN Serviços Financeiros).

¹⁰ Excluindo imparidades, provisões e depreciações/amortizações, impacto da IFRS 16 e itens específicos.

+0,9 M€ no 1T19, e pela redução da responsabilidade com trabalhadores em acordos de suspensão no 2T19 devido à antecipação da reforma (+0,3 M€).

Se no 1T20 os gastos com pessoal aumentaram 2,4 M€ (+2,8%), no 2T20 diminuíram 1,5 M€ (-1,8%) especialmente na área do Correio e Outros cuja redução foi de 2,2 M€ (-3,1%) face ao 2T19.

Os **gastos com Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram 3,8 M€ (+3,0%), dos quais 1,5 M€ resultaram da incorporação da 321 Crédito. Excluindo o efeito inorgânico, o crescimento foi de 2,3 M€ (+1,8%) e inclui essencialmente: (i) o aumento dos gastos diretos (+2,7 M€), que resultaram do crescimento dos gastos da área de negócio Expresso e Encomendas (+7,0 M€) parcialmente compensados pela redução dos gastos de Correio e Outros (-4,4 M€), (ii) o aumento dos gastos com trabalho temporário (+2,1 M€) sobretudo na área de Expresso e Encomendas, e (iii) a redução dos gastos comerciais, de recursos físicos e outros (-2,6 M€).

Os **outros gastos** cresceram 2,5 M€ (+18,5%) quando comparados com o 1S19. Retirando o efeito inorgânico da 321 Crédito (+0,8 M€) estes gastos aumentaram 1,7 M€ (+12,8%), essencialmente devido ao lançamento de novos negócios de parcerias (+3,1M€), uma evolução em linha com a receita, que foram parcialmente compensados pela: (i) redução dos restantes gastos das vendas (-0,5 M€), (ii) diminuição do valor de indemnizações (-0,6 M€), e (iii) redução de outros gastos administrativos (-0,3 M€).

EBITDA

No 1S20 a Empresa gerou um EBITDA¹¹ de 33,4 M€, menos 13,0 M€ (-28,0%) do que no 1S19, com uma margem de 9,6% (contra 13,1% no 1S19). Esta performance foi fortemente influenciada pelos impactos ocorridos no semestre com as restrições resultantes da COVID-19, uma vez que o EBITDA nos primeiros dois meses de 2020 estava a crescer 5,9 M€ (+49,7%).

Itens Específicos

No 1S20 a Empresa registou itens específicos no montante de 0,8 M€, discriminados conforme abaixo se apresenta.

Itens específicos

	1S19	1S20	Valor	Δ
Itens específicos	11,7	0,8	-10,9	-93,2%
Reestruturações empresariais e projetos estratégicos	11,6	0,6	-11,0	-94,7%
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	0,1	0,2	0,1	140,6%

A variação de -11,0 M€ nas reestruturações empresariais e projetos estratégicos diz respeito essencialmente a: (i) gastos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo e por acordos de suspensão (-6,8 M€) no âmbito do Programa de Otimização de Recursos Humanos e gastos com serviços de consultoria (-1,6 M€), ambos enquadrados no Plano de Transformação Operacional em curso, (ii) gastos relacionados com a aquisição da 321 Crédito (-1,2 M€), e (iii) gastos relacionados com o *set up* das alterações exigidas pela ANACOM ao sistema de medição dos Indicadores de Qualidade de Serviço (-1,0 M€).

No 1S20 as reestruturações empresariais situaram-se em 0,1 M€, -7,4 M€ face ao período homólogo, e os projetos estratégicos registaram 0,5 M€ (-3,6 M€) essencialmente em estudos de apoio à renegociação do novo contrato de concessão. Os outros rendimentos e gastos registaram 0,2 M€, dos quais se destacam as mais valias com a venda de imóveis +0,6 M€ (+0,4 M€) e outros gastos de 0,4 M€ (+0,3 M€) sobretudo associados à pandemia.

¹¹ Excluindo imparidades, provisões e depreciações/amortizações, impacto da IFRS 16 e itens específicos.

EBIT e Resultado Líquido

O EBIT situou-se em 4,9 M€ no 1S20, -14,8 M€ (-75,3%) do que no 1S19, com uma margem de 1,4% (5,6% no 1S19), fortemente penalizado pelo crescimento de imparidades e provisões (+8,7 M€), principalmente na área de negócio Banco CTT, em particular no crédito automóvel, e amortizações (+3,6 M€) que resultam de investimentos estratégicos que têm vindo a ser realizados com o propósito de aumento de produtividade no Correio e a viabilização do plano estratégico de crescimento ibérico na área de negócio de Expresso e Encomendas. Como atrás se referiu, foram registados 5,8 M€ de imparidades no Banco CTT no 2T20 refletindo o efeito da evolução da carteira de crédito durante o trimestre (2,6 M€) e o efeito da estimativa de perdas potenciais (3,2 M€) com a contração económica prevista (*efeito forward looking*).

Com exceção da área de negócio de Correio e Outros, todas as restantes unidades, apesar do enquadramento adverso, conseguiram mostrar crescimento do resultado.

EBIT por área de negócio

	Milhões €			
	1S19	1S20	Valor	Δ
EBIT	19,7	4,9	-14,8	-75,3%
Correio e outros	22,3	0,02	-22,2	-99,9%
Correio	48,7	29,9	-18,9	-38,8%
Estrutura central	-26,5	-29,8	-3,3	-12,6%
Expresso e Encomendas	-4,3	-3,5	0,8	18,9%
Banco CTT	-7,2	-2,3	5,0	68,9%
Serviços Financeiros e Retalho	9,0	10,6	1,6	17,7%

Os **resultados financeiros** consolidados atingiram -5,9 M€, refletindo um agravamento de 0,9 M€ (-17,7%) face ao período homólogo do ano anterior.

Resultados Financeiros

	Milhões €			
	1S19	1S20	Valor	Δ
Resultados financeiros	-5,0	-5,9	-0,9	-17,7%
Rendimentos financeiros líquidos	-4,8	-4,7	0,1	1,8%
Gastos e perdas financeiros	-4,9	-4,7	0,2	3,9%
Rendimentos financeiros	0,1	0,01	-0,11	-94,5%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos	-0,2	-1,2	-1,0	527,8%

Os gastos e perdas financeiros incorridos ascenderam a 4,7 M€, incorporando maioritariamente os gastos financeiros com benefícios pós-emprego e de longo prazo aos empregados de 2,2 M€, juros suportados dos passivos de locação no âmbito da aplicação da IFRS 16 no valor de 1,6 M€ e juros de financiamentos bancários no montante de 0,8 M€.

Os CTT obtiveram no 1S20 um **resultado líquido** consolidado atribuível a detentores de capital do grupo CTT de -2,0 M€, 11,0 M€ (-122,1%) abaixo do 1S19, fortemente impactado pela evolução negativa do EBIT (-14,8 M€) parcialmente compensada pelo comportamento positivo do imposto sobre o rendimento do período (-4,8 M€).

Investimento

O investimento situou-se em 10,9 M€, ainda assim 25,8% (-3,8 M€) abaixo do realizado no 1S19.

O esforço financeiro realizado, num enquadramento económico fortemente impactado pela pandemia, continuou focado numa das áreas de negócio em expansão, Expresso e Encomendas (+2,6 M€), no sentido de melhorar os sistemas que suportam a atividade. Este montante foi compensado por iniciativas de redução do investimento em sistemas de informação nas restantes áreas de negócio (-2,9 M€) e em equipamentos de tratamento postal na área de Correio e Outros com uma natural redução de 3,4 M€ após um 2019 de forte investimento.

Cash flow

A Empresa gerou no 1S20 um *cash flow* operacional de 3,9 M€, -2,3 M€ face ao 1S19.

Cash flow

	1S19	1S20	Valor
EBITDA	46,4	33,4	-13,0
Itens específicos*	11,7	0,79	-10,9
Investimento	14,7	10,9	-3,8
Δ Fundo de Maneio	-13,8	-17,8	-4,0
Cash Flow operacional¹²	6,2	3,9	-2,3
Benefícios aos empregados	-6,7	-5,1	1,6
Impostos	-1,6	0,62	2,26
Cash Flow livre	-2,1	-0,6	1,5
Dívida (capital + juros)	36,7	-0,7	-37,5
Dividendos	-15,0	0,0	15,0
Investimentos em empresas	-112,9	0,0	112,9
Varição de Caixa Própria orgânica	-93,3	-1,3	92,0
Inorgânico - Caixa 321C	6,8	0,0	-6,8
Varição de Caixa Própria	-86,4	-1,3	85,1
Δ Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. e outros & Banco CTT ¹³	19,4	-34,9	-54,3
Δ Outros saldos de Caixa ¹⁴	8,0	-10,2	-18,2
Varição de Caixa	-59,0	-46,4	12,6

* Itens específicos com impacto no EBITDA.

A evolução negativa da variação do fundo de maneio face ao 1S19 (-4,0 M€) resultou essencialmente do elevado investimento verificado no final de 2019 (27,0 M€ no 4T19), valores que foram pagos essencialmente no 1S20 e que comparam com um investimento inferior no final de 2018 (18,9 M€ no 4T18) tendo implicado uma evolução negativa de 10,5 M€ no fundo de maneio relacionado com o investimento no 1S20 face ao 1S19. Esta variação foi parcialmente compensada por uma evolução positiva do fundo de maneio relacionado com o

¹² O *cash flow* operacional do 1T19 foi reexpresso para ser comparável com o do 1T20. No 2T19 a metodologia de cálculo do *cash flow* operacional foi alterada, em particular no que se refere à variação do fundo de maneio, que deixou de incluir um valor não cíclico relacionado com o subsídio social de mobilidade.

¹³ A variação das responsabilidades líquidas dos Serviços Financeiros & Retalho e Banco CTT reflete a evolução dos saldos credores perante terceiros, depositantes ou outros passivos financeiros bancários, deduzidos dos valores aplicados em crédito ou investimentos em títulos/ativos financeiros bancários, das entidades que prestam serviços financeiros do grupo CTT, designadamente, os serviços financeiros dos CTT, a Payshop, o Banco CTT e a 321 Crédito.

¹⁴ A variação dos outros saldos de caixa reflete a evolução dos saldos de depósitos à ordem no Banco de Portugal do Banco CTT, cheques a cobrar/compensação de cheques do Banco CTT e imparidade de depósitos e aplicações bancárias.

negócio corrente, para a qual contribuiu fortemente uma evolução positiva na gestão das contas a receber com particular destaque para os clientes gerais (+13,8 M€) e para os clientes de serviços financeiros (+3,0 M€).

Posição Financeira Consolidada

Posição financeira consolidada				
	31.12.2019	30.06.2020	Valor	Δ
	Milhões €			
Ativo não corrente	1 734,7	1 864,9	130,2	7,5%
Ativo corrente	778,8	775,4	-3,4	-0,4%
Total do Ativo	2 513,4	2 640,3	126,8	5,0%
Capital próprio	131,4	129,8	-1,6	-1,2%
Total do passivo	2 382,0	2 510,5	128,4	5,4%
Passivo não corrente	512,8	497,3	-15,6	-3,0%
Passivo corrente	1 869,2	2 013,2	144,0	7,7%
Total capital próprio e passivo consolidado	2 513,4	2 640,3	126,8	5,0%

Na comparação da demonstração da posição financeira consolidada em 30.06.2020 com a de 31.12.2019, destaca-se que:

- O **ativo** cresceu 126,8 M€, maioritariamente devido ao crescimento das rubricas de Crédito a clientes bancários (+102,5 M€) com destaque para o crédito à habitação e Títulos de Dívida (+66,9 M€), tendo-se verificado o decréscimo da rubrica de Caixa e equivalentes de caixa (-46,4 M€), em larga medida resultado da diminuição dos valores de terceiros em caixa.
- O **capital próprio** diminuiu em 1,6 M€ na sequência da geração do resultado líquido atribuível a detentores do capital do grupo CTT no 1S20 no valor de -2,0 M€.
- O **passivo** aumentou 128,4 M€, destacando-se o acréscimo dos Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos (+190,5 M€), parcialmente compensados pelo decréscimo das Contas a pagar (-60,5 M€), consequência direta da significativa redução de subscrições de Certificados do Tesouro, e pela diminuição da rubrica de Outros passivos financeiros bancários (-10,9 M€).

A posição financeira do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Posição financeira consolidada excluindo Banco CTT				
	31.12.2019	30.06.2020	Valor	Δ
	Milhões €			
Ativo não corrente	615,8	608,4	-7,5	-1,2%
Ativo corrente	456,9	415,4	-41,6	-9,1%
Total do ativo	1 072,8	1 023,7	-49,0	-4,6%
Capital próprio	131,4	129,9	-1,6	-1,2%
Total do passivo	941,3	893,9	-47,5	-5,0%
Passivo não corrente	432,0	430,7	-1,3	-0,3%
Passivo corrente	509,3	463,1	-46,2	-9,1%
Total capital próprio e passivo consolidado	1 072,8	1 023,7	-49,0	-4,6%

As **responsabilidades com benefícios aos empregados** (benefícios pós-emprego e de longo prazo) decresceram em 30 de junho de 2020 para 285,8 M€, -0,9 M€ do que em dezembro de 2019, discriminadas conforme o quadro seguinte:

Responsabilidades com benefícios aos empregados

	31.12.2019	30.06.2020	Valor	Δ
Total das responsabilidades	286,7	285,8	-0,9	-0,3%
Cuidados de saúde	274,4	274,8	0,4	0,1%
Cuidados de saúde (321 Crédito)	1,3	1,3	0,1	4,5%
Acordos de suspensão	3,1	2,0	-1,2	-37,0%
Outros benefícios de longo prazo aos trabalhadores	7,1	7,0	-0,2	-2,2%
Outros benefícios pós-emprego	0,2	0,2	0,0	3,8%
Plano de pensões	0,4	0,4	0,0	-2,9%
Outros benefícios	0,1	0,2	0,0	17,9%

Dívida Líquida Consolidada

Dívida líquida consolidada

	31.12.2019	30.06.2020	Valor
Dívida líquida	60,0	65,0	5,0
Dívida CP & LP	175,4	179,1	3,6
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	84,0	87,5	3,5
Caixa própria (I+II)	115,4	114,1	-1,3
Caixa e equivalentes de caixa	443,0	396,6	-46,4
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	414,9	378,7	-36,2
Outros saldos de caixa	28,1	17,9	-10,2
Responsabilidade líquidas dos Serv. Financ. (II)	-299,5	-264,6	34,9

Na comparação da dívida líquida consolidada em 30.06.2020 com a de 31.12.2019, destaca-se:

- A **Caixa própria** diminuiu 1,3 M€ em resultado essencialmente da redução do *cash flow* operacional (-2,3 M€).
- A **Dívida de curto e longo prazo** aumentou 3,6 M€ essencialmente devido ao aumento das responsabilidades com locações financeiras no âmbito da IFRS16 (+3,5 M€), decorrentes da expansão da rede de centros logísticos para suportar o crescimento da atividade de Expresso e Encomendas.

A dívida líquida do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Dívida líquida consolidada excluindo Banco CTT

	31.12.2019	30.06.2020	Valor
Dívida líquida c/ BCTT em MEP	144,1	149,7	5,6
Dívida CP & LP	173,2	176,9	3,6
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	81,8	85,3	3,5
Caixa própria (I+II)	29,1	27,2	-1,9
Caixa e equivalentes de caixa	268,2	216,4	-51,7
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	268,2	216,5	-51,7
Outros saldos de caixa	-0,02	-0,03	-0,01
Responsabilidade líquidas dos Serv. Financ. (II)	-239,1	-189,3	49,8

4.2 Capital humano

A gestão de recursos humanos é pautada pelas seguintes prioridades: definição e implementação de políticas de desenvolvimento do capital humano que permitam promover as competências, premiar o desempenho e a agilidade da organização; manutenção de um bom ambiente social; investimento contínuo em formação e qualificação; otimização e adequação do quadro de trabalhadores, tendo presente a necessidade de responder à evolução e aos desafios de mercado.

4.2.1 Caracterização do capital humano

Em 30 de junho de 2020 o número de trabalhadores dos CTT (efetivos do quadro e contratados a termo) foi de 12 015¹⁵, menos 546 (-4,3%) do que em 30 de junho de 2019.

N.º de Trabalhadores¹⁶

	30.06.2019	30.06.2020	Δ 20/19	
Correio e Outros	10 978	10 382	-596	-5,4%
Expresso e Encomendas	1 154	1 175	21	1,8%
Banco CTT	392	420	28	7,1%
Serviços Financeiros e Retalho	37	38	1	2,7%
Total, do qual:	12 561	12 015	-546	-4,3%
Efetivos do quadro	10 889	10 806	-83	-0,8%
Contratados a termo	1 672	1 209	-463	-27,7%
Portugal	12 090	11 487	-603	-5,0%
Outras geografias	471	528	57	12,1%

Verificou-se uma diminuição de 83 efetivos e de 463 contratados a termo. Nesta evolução teve especial impacto a diminuição do número de trabalhadores (efetivos do quadro e contratados a termo) na área de negócio de Correio e Outros (-596) que mais que compensou o acréscimo do número de trabalhadores observado nas áreas de negócio dos Serviços Financeiros e Retalho (+1), Expresso e Encomendas (+21) e do Banco CTT (+28).

No seu conjunto, as áreas de operações e distribuição da rede base (5 972 trabalhadores, dos quais 4 360 carteiros distribuidores) e a rede de retalho (2 281 trabalhadores) representaram cerca de 76% do número de trabalhadores efetivos dos CTT.

A taxa global de ausências aumentou para 8,9% (+2,6 p.p.). Os motivos que mais contribuíram para as ausências foram: doença (4,8%), COVID-19 (1,3%), sinistralidade (0,8%), maternidade/paternidade (0,5%), outros motivos (0,5%) e atividade sindical (0,4%).

De salientar que os números já refletem 5 saídas em 2020, às quais acrescem 531 saídas, divididas em 161, 268 e 102 em 2017, 2018 e 2019, respetivamente, que ocorreram no contexto do Programa de Otimização de Recursos Humanos enquadrado no Plano de Transformação Operacional em curso.

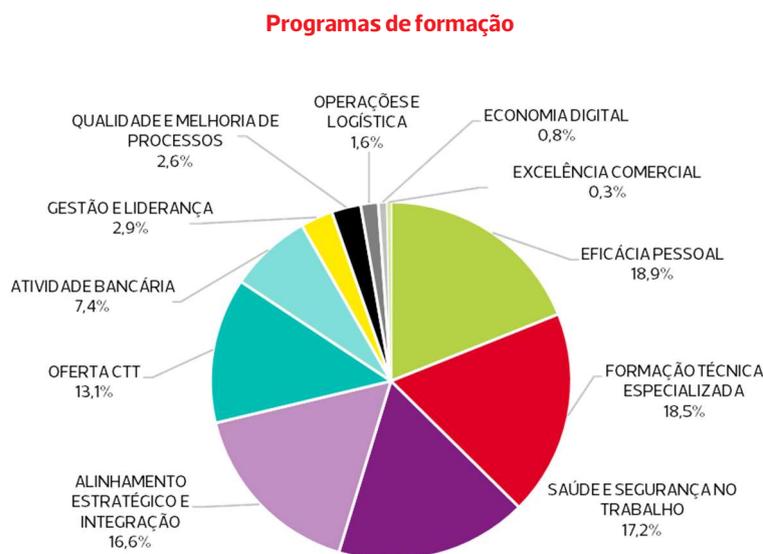
¹⁵ Importa referir que a partir de 2020 foi alterada a metodologia de contagem dos efetivos deixando de ser considerados os efetivos com acordos de suspensão, cujo impacto no período em análise é de -45 trabalhadores. Expurgando este efeito, a diminuição do total dos trabalhadores teria sido de 501.

¹⁶ Em 2020 e no período homólogo (proforma) considera-se a migração dos produtos e serviços de retalho da AN Correio e Outros para a AN Serviços Financeiros e Retalho (anteriormente designada AN Serviços Financeiros). Esta migração teve impacto na movimentação de trabalhadores entre estas áreas de negócio.

4.2.2 Formação

No primeiro semestre de 2020, desde o início da pandemia de COVID-19, a difusão da oferta formativa passou a ser à distância, de forma assíncrona na plataforma de *e-learning* dos CTT – Formare – e também em sessões síncronas via *MS Teams* ou outras plataformas de fornecedores externos.

Neste semestre 68% dos trabalhadores participaram em ações de formação, num total de 58 243 horas com uma realização média de 5 horas por trabalhador e uma taxa de formação de 0,6%. Verificou-se uma redução das horas de formação devido à impossibilidade de realização das ações previstas e da transição de algumas para o formato em *e-learning*, com sessões de curta duração.



De entre os 11 programas de formação realizados, destacam-se: saúde e segurança no trabalho (evidenciando-se a formação ministrada no âmbito das medidas de prevenção relacionadas com a pandemia de COVID-19), eficácia pessoal (neste âmbito salienta-se a formação relativa às novas ferramentas colaborativas para trabalho a distância). Quanto à oferta CTT, evidencia-se a formação de seguro + auto, formação técnica específica, nomeadamente no âmbito das aplicações de gestão – *Orion Service* e *Work Force Management*.

4.2.3 Saúde e segurança no trabalho

Deu-se continuidade às ações de sensibilização sobre segurança no trabalho, prevenção de acidentes e ergonomia, nos centros de distribuição postal e nas lojas. Ocorreram 407 acidentes e incidentes laborais, menos 23,1% do que em igual período de 2019, certamente um efeito da pandemia, uma vez que os serviços continuaram a ser realizados, embora em horários mais reduzidos e/ou desfasados. Em termos globais, os motivos que mais contribuíram para a ocorrência de acidentes foram a sinistralidade rodoviária (31,8%), em que se incluem acidentes de viação e atropelamentos, os escorregamentos/tropeções (14,9%) e o esforço excessivo (9,1%).

4.2.4 Diversidade e igualdade de oportunidades

No âmbito da igualdade de oportunidades e em situação de pandemia, os CTT focaram-se primeiramente em garantir que todos os seus trabalhadores se sentissem seguros. Foi criado um Comité de Gestão de Crise, para assegurar o plano de continuidade e contingência CTT e garantir a informação e apoios adequados, promovendo as medidas mitigantes dos principais riscos, preservando sempre a integridade dos seus

trabalhadores. Uma das medidas foi a implementação do trabalho à distância em todos os serviços em que tal se revelou possível.

Realizaram-se reuniões de trabalho no início do ano com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) mas as atividades tiveram de cessar, estando suspensas todas as ações.

Manteve-se o protocolo com a CERCILISBOA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, que proporciona experiências de integração laboral a jovens com deficiência, no âmbito do qual foram abrangidos 15 jovens adultos. Esta parceria CTT/CERCILISBOA é um caso de sucesso já com 17 anos de experiência.

Os trabalhadores e suas famílias foram incentivados no início do ano a participar em passatempos internos e foram desafiados a escrever as suas histórias vividas na empresa. Ao longo do período de confinamento receberam muita informação sobre prevenção e conselhos para a gestão do trabalho e da família. O programa “Sou CTT” de parcerias com entidades diversas continuou a ser dinamizado, oferecendo preços preferenciais para trabalhadores em diversas áreas, com especial enfoque na saúde, desporto e família.

Em matéria de diversidade, o Conselho de Administração cumpriu o objetivo estabelecido no Plano para a Igualdade CTT e na Lei 62/2017, passando a integrar 33,3% de mulheres nos órgãos do Conselho de Administração e de Fiscalização. Também 20,4% de mulheres ocupam posições de chefia de primeira linha.

4.3 Capital intelectual

Destacam-se as seguintes iniciativas, algumas estimuladas pela necessidade de fazer face à pandemia de COVID-19:

Reforço do negócio de Correio:

- Criação do serviço de “informação de entrega” para o Correio Normal Nacional em Quantidade (Zonas A e B), até 50gr. Tem código de barras com informação sobre entrega conseguida ou não conseguida e indicação dos motivos de não entrega;
- Lançamento de mais uma emissão filatélica inovadora: selos aromáticos, incorporaram no processo de produção um aroma a flor de laranjeira, que se mantém ativo por muito tempo.

Dinamização do comércio eletrónico:

- Disponibilização de *Parcel Lockers* nacionais de marca CTT;
- Parcerias para dinamização do negócio de *e-commerce* com: LIDL (disponibilização do serviço de *Cacifos24h* dos CTT), UBER (viabilização do alargamento do serviço CTT Now/Expresso para Hoje a cidades onde os CTT não atuavam) e OLX (solução “Envios *online*”, numa nova modalidade de serviço de entrega de produtos porta a porta);
- Incentivo ao lançamento dos serviços: *lojas online* (para as PME nacionais criarem facilmente lojas *online* para venda dos seus produtos), CTT Comércio Local (serviço digital, suportado em *app*, para facilitar a presença *online* dos comerciantes locais e pequenos produtores) e comércio de pequenos produtores em articulação com o *marketplace* Dott (ex.: Feiras Digitais do Queijo DOP e Produtos de Viseu Dão Lafões).

Reforço de aspetos operacionais:

- Efetuados *upgrades* nas máquinas de leitura dos endereços (OCR–RMS): melhorias no reconhecimento dos caracteres manuscritos, que visam maior qualidade e fiabilidade nas decisões do sistema, com um aumento médio de 10% na taxa de reconhecimento OCR (*Optical Character Recognition*).

Na área financeira, sobretudo no Banco CTT:

- Desenvolvimentos para o lançamento de uma nova plataforma que permitirá aos clientes investir, suportada numa plataforma de *robot-advisory*, pelos canais digitais.

Iniciativas de alcance corporativo:

- INOV +: nova plataforma para gestão de ideias. Lançamento do 9º ciclo interno de desafios;
- Fomento I&D: preparação das candidaturas CTT e Banco CTT ao programa SIFIDE;
- 1ª edição interna dos Prémios de Inovação CTT para as categorias: soluções, produtos & serviços, transformação interna e impacto ambiental e social;
- 1520 CTT StartuProgram: newsletter que visa comunicar e captar soluções alinhadas com os objetivos e estratégia da empresa e suscitar manifestações de interesse que possam conduzir a parcerias de interesse mútuo (*startups*).

4.4 Capital social

A política de mecenato social e ambiental tem dado prioridade aos temas da pobreza e da exclusão social, cultura, língua, desporto para deficientes, saúde, solidariedade, biodiversidade e inovação. Nesse sentido, apoiou-se uma dezena de iniciativas de solidariedade social e de ajuda a grupos carenciados ou de risco, com um investimento total de 474 mil euros.

Atingido o 15º ano de apoio consecutivo à Fenacerci para a angariação de fundos com a venda de milhares de Pirlâmpos Mágicos nas lojas dos CTT, não foi possível este ano aos CTT efetuarem a respetiva venda, devido a restrições impostas pela pandemia. No entanto, apoiou-se a Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito da luta contra a COVID-19, o Campus Nova School of Business Economics e a Ordem de Malta. A CTT Express Espanha continuou a dar o seu apoio à ONG *Save the Children*.

Para a preservação do **ambiente e da biodiversidade**, continuou-se a apadrinhar o lince ibérico no Jardim Zoológico de Lisboa. No âmbito da campanha anual “Uma Árvore pela Floresta”, as ações de plantação planeadas com os CTT tiveram de ser suspensas e aguarda-se a sua execução, de forma segura, num futuro próximo.

Apesar das restrições, continuaram-se a apoiar jovens com insucesso escolar através de voluntariado de *mentoring* e com explicações aos alunos por meios eletrónicos, no âmbito da parceria com a EPIS. Os CTT ofereceram computadores para alguns dos alunos poderem acompanhar o ensino a distância. A sessão de fecho do programa trienal foi realizada por meio digital com os alunos, os mentores, os explicadores e responsáveis dos CTT e da EPIS.

A continuidade das ações de voluntariado junto da Liga dos Amigos do Hospital de Santa Maria e de outras que exigem presença física tiveram de ser suspensas. Do mesmo modo, não foi possível realizar a recolha habitual de sangue no edifício CTT com o IPST – Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

Satisfação dos clientes

A opinião dos clientes, expressa através de inquéritos de satisfação realizados em base diária, indica que 85,2% dos clientes que responderam percebem a qualidade global dos CTT como boa ou muito boa e consideram os CTT uma empresa de confiança.

Os CTT estiveram atentos às consequências sociais e económicas que a pandemia de COVID-19 provocou na população portuguesa e no mundo e desencadearam diversas iniciativas de proximidade com implementação facilitada devido à sua capilaridade em todo o território nacional.

Nesse sentido, estabeleceram-se parcerias em diversas áreas, tais como com: a Hovione, a Associação Nacional de Farmácias, a Uber, a Cruz Vermelha, a Federação Portuguesa de Futebol, entre outras. Os CTT decidiram antecipar a emissão de vales e alargou-se o prazo de pagamento das pensões, de forma a promover a segurança e o bem-estar dos pensionistas portugueses no contexto de pandemia e Estado de Emergência.

São medidas de responsabilidade social que refletem o envolvimento dos CTT com a comunidade envolvente, a par da sua estratégia de sustentabilidade.

4.5 Capital natural

As medidas de confinamento e de segurança dos trabalhadores adotadas para fazer frente à pandemia de COVID-19 impulsionaram uma redução no consumo energético dos CTT, que se estima de cerca de 9,1% para o primeiro semestre de 2020. Estima-se que o consumo de eletricidade tenha reduzido 9,5% no primeiro semestre de 2020 e os consumos de combustível da frota própria verificaram uma redução de 8,2%.

A estratégia de sustentabilidade dos CTT está alinhada com a ambição global de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2030 e também com os interesses e prioridades das partes interessadas em matérias de responsabilidade social e ambiental, como a preservação ambiental, a proteção da biodiversidade e da floresta nacional, o apoio ao desenvolvimento de populações carenciadas.

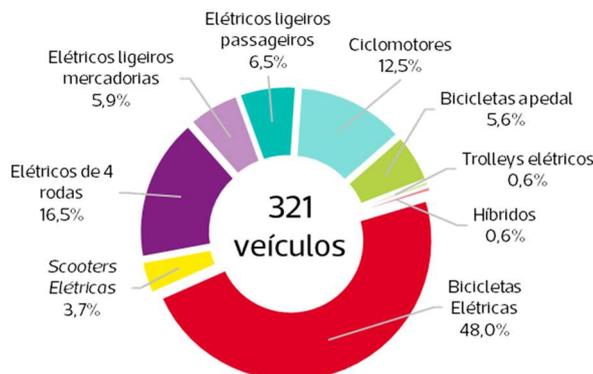
Os CTT procederam à aquisição de 100% de energia verde certificada para a totalidade da sua atividade, pelo sexto ano consecutivo, com vista à minimização da sua pegada carbónica. Foram igualmente implementadas medidas de eficiência energética no parque de edifícios, sobretudo nas lojas e nos centros de distribuição postal, com a instalação de iluminação mais eficiente, a renovação de equipamentos de climatização e modernização de instalações, reforçando o compromisso com a otimização dos consumos energéticos. Foi também dado seguimento a obrigações legais aplicáveis ao parque imobiliário CTT, nas vertentes de certificação energética e de auditoria energética.

Adicionalmente, foi iniciado um projeto de eficiência energética de instalações CTT para o triénio 2020-2022. Este projeto consiste na monitorização dos consumos energéticos de 72 instalações relevantes, identificando os detalhes técnicos de cada uma dessas instalações e respetivas oportunidades de melhoria de eficiência energética e propostas de ação, que apresenta um potencial de poupança de 13,7% do consumo energético destas instalações.

Os CTT têm também investido regularmente na renovação da frota térmica convencional, que apresenta 3,1 anos de idade média, uma das maiores e mais jovens em Portugal.

A atual frota ecológica CTT conta com 321 veículos alternativos, na sua maioria composta por veículos elétricos, e corresponde a 8% da frota global. No período do relato entraram em operação mais 5 ligeiros de passageiros, 2 ligeiros de mercadorias, 1 ciclomotor e 1 scooter, num total de 9 novos veículos elétricos. Os veículos elétricos não emitem partículas e NO_x durante a sua utilização e, como os CTT adquirem 100% da eletricidade de origem renovável, o impacto carbónico destas viaturas elétricas é nulo, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar nas cidades. Destaca-se ainda, durante o período de relato, o lançamento do processo de instalação de mais duas unidades para carregamento de viaturas elétricas.

Frota alternativa dos CTT



Os CTT desenvolveram um teste piloto com a Nissan e-NV200 XL Voltia, uma versão ampliada da variante do comercial e-NV200, mas com motorização elétrica e autonomia para cerca de 200 km. Transformado à medida do setor postal e em particular para a distribuição *last mile*, esta versão XL oferece uma maior capacidade de carga, adaptando-se assim ao contexto atual de crescimento das encomendas e correio urgente, onde o volume disponível de carga representa uma necessidade diária operacional para os CTT. Os resultados obtidos foram muito positivos relativamente à resposta face às necessidades operacionais dos CTT, com benefícios ao nível da emissão de poluentes e da respetiva pegada carbónica.

Sendo uma empresa pioneira na incorporação de viaturas elétricas na sua frota automóvel e na inovação permanente dos seus produtos e serviços, os CTT estão a testar um total de 5 novos modelos de veículos a motorização elétrica em várias cidades do litoral português, com resultados positivos no que respeita a uma maior capacidade de carga, à segurança, à ergonomia na condução e à autonomia, além dos benefícios ambientais associados. À semelhança da Nissan e-NV200, a utilização de alguns destes modelos é pioneira em Portugal e estima-se um potencial de poupança carbónica de 17,5 toneladas de CO₂ com a utilização dos mesmos.

Verificou-se uma redução de 8,7% nas emissões totais de CO₂ (*scopes 1 e 2*), comparativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante maioritariamente da redução nos consumos de combustível, embora se tenha também verificado uma redução acentuada nos consumos energéticos dos edifícios para climatização e aquecimento, fortemente influenciada pelas medidas tomadas face à pandemia de COVID-19.

É também de salientar que o período de isolamento, decretado pelo Governo, teve um impacto direto nas deslocações casa-trabalho-casa dos trabalhadores, estimando-se uma redução associada de 582 toneladas de CO₂, o equivalente a cerca 1% da pegada carbónica global dos CTT.

Sendo a transição energética uma tendência incontornável nos dias de hoje, os CTT pretendem continuar o seu percurso promovendo a eficiência ao nível do consumo de combustíveis fósseis e o consumo de eletricidade a partir de fontes renováveis e apoiando a transição para uma incorporação sustentada e cada vez maior de veículos elétricos e/ou movidos a combustíveis alternativos na frota.

Os CTT foram distinguidos com nível mais elevado de *Leadership*, na vertente *Climate Change 2019*, com a pontuação A- no rating CDP – *Carbon Disclosure Project*, o índice do mercado de capitais que é o principal *rating* de sustentabilidade energética e carbónica a nível mundial.

Após o sucesso do programa setorial EMMS – Sistema de Monitorização e Medição Ambiental do *International Post Corporation* (IPC) iniciado em 2008, que culminou com o atingimento das metas de redução carbónica definidas para 2020 antes do tempo, o grupo de trabalho avançou para um novo programa de sustentabilidade. O novo programa SMMS – Sistema de Monitorização e Medição de Sustentabilidade, encontra-se alinhado com 5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas considerados os mais relevantes para o setor postal, e foca-se agora em 7 áreas de intervenção: a saúde e segurança (ODS 8), a aprendizagem e desenvolvimento (ODS 8), a eficiência de recursos (ODS 9), as alterações climáticas (ODS 13), a qualidade do ar (ODS 11), a economia circular (ODS 11) e as compras sustentáveis (ODS 12).

Os CTT assinaram o Compromisso Lisboa Capital verde Europeia 2020 – Ação Climática Lisboa 2030, a convite da Câmara Municipal de Lisboa, que visa assegurar a contribuição dos vários agentes económicos para o alcance dos objetivos e metas definidas no âmbito do Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima e que promove uma nova visão da cidade de Lisboa com vista à neutralidade carbónica em 2050. Para o efeito, os CTT submeteram 14 medidas nas seguintes categorias, com vista à melhoria do desempenho ambiental da empresa: energia, mobilidade, água, economia circular e cidadania e participação.

A convite do BCSD Portugal, os CTT aderiram ao manifesto “Aproveitar a crise para lançar um novo paradigma de desenvolvimento sustentável”, com o objetivo de contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento baseado em cinco princípios fundamentais: promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, promoção do crescimento, busca da eficiência, reforço da resiliência e reforço da cidadania corporativa.

Foram publicados diversos artigos e conteúdos de cariz ambiental e social na Revista CTT, de difusão interna, com vista à sensibilização dos trabalhadores. Do mesmo modo, foram também transmitidos conteúdos ambientais no canal CTT TV de transmissão interna, no edifício sede. Destaca-se a celebração do Dia Mundial da Terra, do Dia Nacional de Energia e do Dia Internacional da Biodiversidade, que envolveu passatempos para os trabalhadores e seus familiares, e a divulgação de dicas e sugestões sobre pequenos hábitos diários com vista à proteção ambiental. São igualmente divulgadas *e-newsletters* de conteúdos de sustentabilidade direcionadas aos trabalhadores das áreas operacionais.

Os CTT transmitiram ainda informação neste âmbito através nas redes sociais e do canal de TV da rede de lojas a nível nacional, para o público digital e para os clientes. Em acréscimo, os CTT voltaram a patrocinar a iniciativa *Smart Cities*, que irá organizar um conjunto de conferências e *showcases* de algumas das soluções mais avançadas de sustentabilidade urbana e irá dar a conhecer 30 iniciativas que visam tornar as cidades portuguesas mais inteligentes e, portanto, mais sustentáveis.



05

**Governo
Societário**

**Vamos
mais longe
com**

Confiança

Vamos mais longe para estar mais perto.



5. GOVERNO SOCIETÁRIO

5.1 Órgãos sociais e de gestão¹⁷

Conselho de Administração¹⁸

Presidente:	Raul Catarino Galamba de Oliveira
Presidente Executivo:	João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento (CEO)
Vogais:	António Pedro Ferreira Vaz da Silva Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco (CFO) João Carlos Ventura Sousa João Miguel Gaspar da Silva (COO) Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia Steven Duncan Wood Duarte Palma Leal Champalimaud Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz João Eduardo Moura da Silva Freixa Jürgen Schröder Margarida Maria Correia de Barros Couto María del Carmen Gil Marín Susanne Ruoff

Mesa da Assembleia Geral¹⁸

Presidente:	Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Vice-Presidente:	Teresa Sapiro Anselmo Vaz Ferreira Soares

Comissão de Vencimentos¹⁸

Presidente:	Fernando Paulo de Abreu Neves de Almeida
Vogais:	Manuel Carlos de Melo Champalimaud Christopher James Torino

¹⁷ Por referência à data de aprovação do presente Relatório Integrado Intercalar do 1º Semestre de 2020.

¹⁸ Membros eleitos em Assembleia Geral dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT) de 29 de abril de 2020 para o mandato de 2020/2022.

Comissão Executiva¹⁹

Presidente: João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento (CEO)

Vogais: António Pedro Ferreira Vaz da Silva
Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco (CFO)
João Carlos Ventura Sousa
João Miguel Gaspar da Silva (COO)

Comissão de Auditoria¹⁸

Presidente: Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

Vogais: Steven Duncan Wood
María del Carmen Gil Marín

Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações¹⁹

Presidente: Raul Catarino Galamba de Oliveira

Vogais: Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz
Duarte Palma Leal Champalimaud

Revisor Oficial de Contas (ROC)²⁰

ROC Efetivo: KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão

ROC Suplente: Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

¹⁹ Designados por deliberação do Conselho de Administração de 29 de abril de 2020 para o mandato de 2020/2022.

²⁰ Eleito em Assembleia Geral dos CTT de 18 de abril de 2018 para o mandato de 2018/2020. Tendo presente a conclusão do mandato do ROC atualmente em funções, foi eleita na Assembleia Geral dos CTT de 29 de abril de 2020 a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. (EY), como Revisor Oficial de Contas (ROC) para o mandato de 2021/2023, assumindo a EY o mandato para que se encontra designada como ROC dos CTT a partir de 1 de janeiro de 2021.

ORGÂNICA DE GESTÃO – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

	João Bento CEO	Guy Pacheco CFD	António Pedro Silva P&L Retalho e SF Postais Comercial B2C RH	João Sousa P&L Expresso, C. & Log. Comercial B2B	João Gaspar da Silva COO
Gabinetes de apoio à CE	Relações Institucionais	Finanças, Risco e M&A		e-commerce	Programa de Transformação das Operações
Direções	Estratégia e Desenvolvimento de Negócio	Relações com Investidores			
	Auditoria e Qualidade	Compras e Logística	Filatelia	Administração Pública	Apoio ao Cliente e Qualidade das Operações
	Comunicação e Sustentabilidade	Contabilidade e Fiscalidade	Gestão de Canais Externos B2C	Médias Empresas	Controlo de Operações
	Digital, Transformação e Inovação	Digital, Transformação e Inovação	Gestão de Lojas Próprias	Grandes Empresas Sul	Operações de Expresso, Carga e Logística
	Jurídica e Secretaria Geral	Planeamento e Controlo	Gestão de Produtos de Retalho, Poupança e Pagamentos	Grandes Empresas Norte	Operações Internacionais e Regiões Autónomas
	(Desenvolvimento de) Recursos Humanos	Recursos Físicos	Gestão de Produtos de Correio	Pequenas Empresas	Operações de Produção de Correio
	Regulação e Concorrência	Sistemas de Informação	Gestão de Segmento B2C	Comunicação e Sustentabilidade (marketing e publicidade)	Operações de Soluções Empresariais
			(Gestão de) Recursos Humanos	Gestão de Produtos de Expresso, Carga e Logística	Operações de Transportes e Distribuição
			Suporte Comercial B2C	Gestão de Segmento B2B	Planeamento e Desenvolvimento de Operações
				Gestão de Soluções Empresariais e Publicidade	
				Suporte Comercial B2B	
Sociedades participadas com atividade no estrangeiro				CORRE (Correio Expresso de Moçambique)	
				CTT Expresso (Sucursal em Espanha)	

5.2 Negócios com a Sociedade e exercício de outras atividades

De acordo com os procedimentos de controlo internos implementados nos termos do Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas e Prevenção de Situações de Conflito de Interesses (“Regulamento sobre Partes Relacionadas”) que se encontra disponível em www.ctt.pt, compete à Comissão de Auditoria desenvolver internamente, entre outros, os procedimentos de controlo no que se refere a transações com partes relacionadas com vista a reforçar os mecanismos de prevenção, identificação e resolução de situações de conflito de interesses e deste modo aumentar o grau de transparência e objetividade na gestão deste tipo de operações.

Em termos de funcionamento interno compete à Comissão Executiva dos CTT submeter à apreciação da Comissão de Auditoria e posteriormente à autorização do Conselho de Administração, os termos e as condições de transações a contratar pelos CTT com partes relacionadas, considerando-se como tal os Acionistas qualificados, dirigentes e terceiros com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas (joint-ventures).

De acordo com os referidos procedimentos de controlo internos implementados e para efeitos do disposto na alínea e) do nº 5 do artigo 66º e do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, foi autorizada, por deliberação do Conselho de Administração de 28 de abril de 2020, e com parecer favorável da Comissão da Auditoria, a contratação da GLNPLAST, S.A. sociedade dominada totalmente pela GLN - Engineering, Molding and Plastics, S.A., que por sua vez é detida pela Manuel Champalimaud S.G.P.S., S.A., parte relacionada com o Administrador não

executivo dos CTT Duarte Palma Leal Champalimaud, para a prestação de serviços de fornecimento de equipamentos de proteção individual (Viseiras).

Para efeitos de reporte quanto ao previsto no art.º 398º do CSC nenhum dos Administradores dos CTT exerceu, durante o primeiro semestre de 2020, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

A lista apresentada abaixo indica os cargos internos e externos à Sociedade desempenhados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização à data de aprovação do presente Relatório Integrado Intercalar:

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
Raul Catarino Galamba de Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente (não executivo) do Conselho de Administração dos CTT • Presidente da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> • Administrador não executivo do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. • Administrador não executivo da José de Mello Capital, S.A. • Administrador não executivo da José de Mello Saúde, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da Fundação Manuel Violante
João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A. • Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva dos CTT • Membro da Comissão de Seleção e Vencimentos (eleito em Assembleia Geral) do Banco CTT, S.A. • Membro da Comissão de Seleção (eleito em Assembleia Geral) da Payshop (Portugal), S.A. • Membro da Comissão de Seleção (eleito em Assembleia Geral) da 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. • Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Correio Expresso de Moçambique, S.A. (CORRE) 	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Administração da International Post Corporation (IPC) • Administrador da QPDM Consulting, S.A. (desde 2019 exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração) • Membro do Conselho Estratégico de Inovação da VdA – Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados, RL • Membro do Conselho Geral do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance • Membro do Conselho Consultivo da ANI – Agência Nacional de Inovação • Membro Permanente do Conselho Consultivo da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal • Vice-Presidente da Academia de Engenharia • Presidente Honorário da ASECAP – Associação Europeia de Auto-Estradas com Portagens

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
António Pedro Ferreira Vaz da Silva	<ul style="list-style-type: none"> Membro do Conselho de Administração da Payshop (Portugal), S.A. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva dos CTT Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A. Membro não executivo do Conselho de Administração do Banco CTT, S.A. 	
Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração do Banco CTT, S.A. Membro do Conselho de Administração e <i>Chief Financial Officer</i> (CFO) dos CTT Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A. 	<ul style="list-style-type: none"> Membro do Conselho de Administração da New Finerge, S.A. Membro da Direção da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
João Carlos Ventura Sousa	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do Conselho de Administração da CTT Contacto, S.A. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva dos CTT Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A. 	
João Miguel Gaspar da Silva	<ul style="list-style-type: none"> Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva dos CTT Membro do Conselho de Administração da CTT Contacto, S.A. 	
Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT Presidente da Comissão de Auditoria dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar Universitário de S. João, EPE Membro não executivo do Conselho de Administração da SFS – Gestão de Fundos, SGOIC, S.A. (anteriormente denominada Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.) Presidente do Conselho Fiscal da Sogrape, SGPS, S.A. Membro não executivo do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria da Impresa, SGPS, S.A. Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e sua representante na Accountancy Europe

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
		<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho Geral e da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística, em representação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas • Sócia-Gerente da Novais, Anacoreta & Associado, SROC • Membro do Conselho Científico da Associação Fiscal Portuguesa • Árbitro em matérias tributárias do CAAD - Centro de Arbitragem Administrativa • Professora auxiliar na Católica Porto Business School
Steven Duncan Wood	<ul style="list-style-type: none"> • Membro da Comissão de Auditoria dos CTT • Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundador e Sócio-Administrador do Builders Institute, Inc. • Fundador e Sócio-Administrador da GreenWood Investors, LLC • Sócio-Administrador da GreenWood Performance Investors, LLC • Membro do Conselho Consultivo da Cortland Associates, Inc.
Duarte Palma Leal Champalimaud	<ul style="list-style-type: none"> • Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT • Membro da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerente da Sotaque – Assessoria de Comunicação e Traduções, Lda. • Membro do Conselho de Administração da Manuel Champalimaud, SGPS, S.A., sendo Vice-Presidente desde 2019 • Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APIP – Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos
Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz	<ul style="list-style-type: none"> • Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT • Membro da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da Capital Criativo HealthCare Investments II • Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Coimbra S.A. • Presidente do Conselho de Administração do H.M.E. – Gestão Hospitalar, S.A. • Administradora da S. C. H. - Sociedade de Clínica Hospitalar S.A. • Presidente do Conselho de Administração da Hospital da Luz - Guimarães, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da GLSMED Learning Health, S.A.

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
		<ul style="list-style-type: none"> • Presidente do Conselho de Administração da Luz Saúde – Serviços, A.C.E. • Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz – Centro Clínico da Amadora, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. • Presidente do Conselho de Administração das Casas da Cidade – Residências Sénior, S.A. • Presidente do Conselho de Administração do CRB – Clube Residencial da Boavista, S.A. • Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Oeiras, S.A. • Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz, S.A. (LISBOA) • Presidente do Conselho de Administração da Surgicare – Unidades de Saúde, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da Vila Lusitano – Unidades de Saúde, S.A. • Presidente do Conselho de Administração do Hospital Residencial do Mar, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da Hospor – Hospitais Portugueses, S.A. • Presidente do Conselho de Administração das Casas da Cidade – Residências Sénior de Carnaxide, S.A. • Administradora da Genomed-Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da RML – Residência Medicalizada de Loures, SGPS, S.A. • Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Arrábida – Gaia, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da Luz Saúde – Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da Cliria – Hospital Privado de Aveiro, S.A. • Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Luz Saúde, S.A. • Membro do International Advisory Board do The Lisbon MBA da Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa

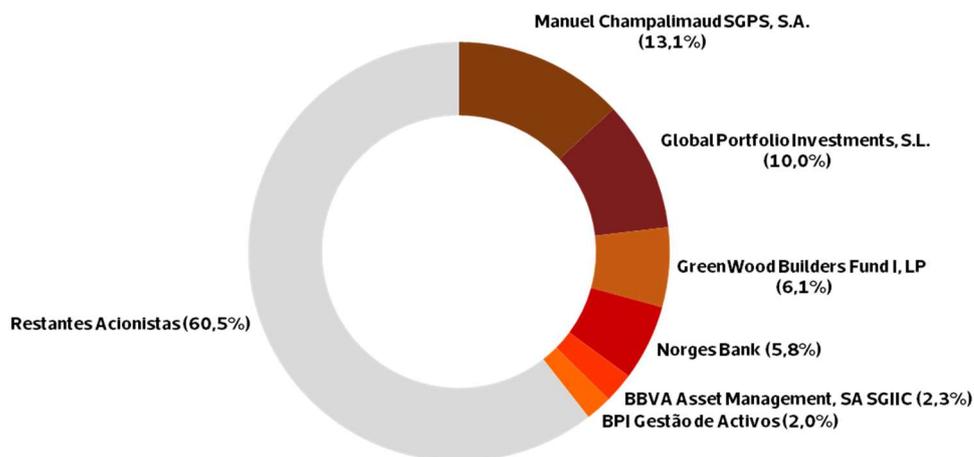
Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
João Eduardo Moura da Silva Freixa	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Sócio-Gerente da F2NG, Consultores de Gestão, Unipessoal, Lda.
Jürgen Schröder	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Sócio Executivo da JS-Rat & Tat GmbH Membro do Conselho de Administração da ISR (<i>International School on the Rhine</i>) (Alemanha) Membro do Conselho de Administração do Marketing Club Düsseldorf (Alemanha)
Margarida Maria Correia de Barros Couto	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial Membro do Conselho de Administração e Diretora Executiva (CEO) da Fundação Vasco Vieira de Almeida Secretária da Mesa da Assembleia Geral do Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar Secretária da Mesa da Assembleia Geral do BCSD Portugal – <i>Business Council for Sustainable Development</i> Presidente da Direção da VdA Academia
María del Carmen Gil Marín	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT Membro da Comissão de Auditoria dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Membro executivo do Conselho de Administração da Novabase, SGPS, S.A. Membro executivo do Conselho de Administração da Novabase IMS2, S.A. Membro executivo do Conselho de Administração da Novabase Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A. Membro do Conselho Geral da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Celfocus – Soluções Informáticas para Telecomunicações, S.A. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Novabase Enterprise Applications – Sistemas de Informação de Gestão Empresarial, S.A. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. Membro da Direção do Fórum de Investor Relations (FIR) – Associação Portuguesa de Responsáveis pelas Relações com Investidores, tendo sido anteriormente membro do Conselho Fiscal (2011–2013)

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
		<ul style="list-style-type: none"> Membro do Comité Consultivo do FCR ISTART I
Susanne Ruoff	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Membro da Direção da Eldora AG (Suíça) Chief Executive Officer (CEO) da Ruoff Advisory GmbH (Suíça) Membro do Conselho Consultivo Estratégico da EPFL - École Polytechnique Fédérale de Lausanne (Suíça)

5.3. Estrutura de capital

No primeiro semestre de 2020 o capital social dos CTT era de 75.000.000 €, integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 150.000.000 de ações ordinárias (não existindo diferentes categorias), nominativas, escriturais, com valor nominal de 0,50 € cada, admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

À data de 30 de junho de 2020, a composição acionista dos CTT, em termos de participações qualificadas, apresentava-se conforme segue:



5.4. Lista dos titulares de participações qualificadas

Estrutura acionista dos CTT à data de 30 de junho de 2020 tendo por referência as comunicações efetuadas à Sociedade:

Acionistas	Nº Ações	% Capital	% Direitos de voto
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	19.330.084	12,887%	12,887%
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	353.185	0,235%	0,235%
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾	Total 19.683.269	13,122%	13,122%
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾	15.057.937	10,039%	10,039%
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾	Total 15.057.937	10,039%	10,039%
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾	9.210.000	6,140%	6,140%
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾	Total 9.210.000	6,140%	6,140%
Norges Bank	Total 8.741.023	5,827%	5,827%
BBVA Asset Management, SA SGIIC ⁽⁴⁾	Total 3.495.499	2,330%	2,330%
BPI Gestão de Activos ⁽⁵⁾	Total 3.044.307	2,030%	2,030%
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁶⁾	Total 1	0,000%	0,000%
Restantes acionistas	Total 90.767.964	60,512%	60,512%
TOTAL	150.000.000	100,000%	100,000%

⁽¹⁾ Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração, de que Duarte Palma Leal Champalimaud, membro não executivo do CA dos CTT, é Vice-Presidente. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.

⁽²⁾ A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L..

⁽³⁾ Greenwood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é *Managing Member*, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do Greenwood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a Greenwood Investors, LLC e a Greenwood Performance Investors, LLC.

⁽⁴⁾ O BBVA ASSET MANAGEMENT, SA, SGIIC exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome dos fundos BBVA BOLSA FI, BBVA BOLSA EURO FI, BBVA BOLSA EUROPA FI e BBVA BOLSA PLUS FI na qualidade de sociedade gestora. A Cidessa Uno SL é a entidade controladora direta do BBVA ASSET MANAGEMENT, SA, SGIIC.

⁽⁵⁾ Participação correspondente ao conjunto de ações dos CTT detidas por fundos de investimento mobiliários portugueses geridos pela BPI Gestão de Activos bem como detidos por carteiras relativamente às quais a BPI Gestão de Activos Fundos tem a respetiva gestão discricionária.

⁽⁶⁾ Na presente data, os CTT são assim detentores de 1 ação própria correspondente a 0,000% do capital social, com o valor nominal de 0,50 €, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

A informação atualizada à data de aprovação do presente relatório sobre as participações qualificadas na Sociedade pode também ser consultada em www.ctt.pt e no site da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), em www.cmvm.pt.

5.5. Ações próprias

À data de 30 de junho de 2020 e na presente data, os CTT são detentores de 1 ação própria, com o valor nominal de 0,50€ correspondente a 0,000% do capital social, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos por força do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais ("CSC").



06

**Demonstrações
financeiras consolidadas
intercalares condensadas**



6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 30 DE JUNHO DE 2020
 Euros

	NOTAS	31.12.2019	Não auditado 30.06.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	263.443.040	265.136.318
Propriedades de investimento	6	7.653.000	7.471.129
Ativos intangíveis	5	62.012.644	56.697.868
Goodwill		70.201.828	70.201.828
Investimentos em associadas		293.434	293.434
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		2.723.803	1.564.799
Outros investimentos		1.379.137	1.379.137
Títulos de dívida	8	424.851.179	467.262.375
Outros ativos não correntes		1.543.308	1.375.750
Crédito a clientes bancários	10	792.469.611	889.771.436
Outros ativos financeiros bancários	9	18.764.049	14.782.937
Ativos por impostos diferidos	25	89.329.806	88.971.392
Total do ativo não corrente		1.734.664.839	1.864.908.402
Ativo corrente			
Inventários		5.860.069	5.931.880
Contas a receber		146.471.712	150.649.003
Crédito a clientes bancários	10	93.350.959	98.577.986
Diferimentos	11	7.305.261	10.444.323
Títulos de dívida	8	31.560.152	56.028.797
Outros ativos correntes		35.766.227	35.152.473
Outros ativos financeiros bancários	9	14.660.286	20.990.381
Caixa e equivalentes de caixa	12	442.995.724	396.589.505
		777.970.390	774.364.348
Ativos não correntes detidos para venda		805.675	990.199
Total do ativo corrente		778.776.065	775.354.547
Total do ativo		2.513.440.904	2.640.262.949
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital	14	75.000.000	75.000.000
Ações próprias	15	(8)	(8)
Reservas	15	65.852.595	66.208.486
Resultados transitados	15	10.867.301	40.014.024
Outras variações no capital próprio	15	(49.744.144)	(49.744.144)
Resultado líquido do período		29.196.933	(1.984.332)
Capital próprio atribuível a acionistas		131.172.677	129.494.026
Interesses não controlados		242.255	294.193
Total do capital próprio		131.414.932	129.788.219
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18	148.597.934	149.366.434
Benefícios aos empregados		267.286.679	266.677.002
Provisões	19	17.635.379	17.187.706
Diferimentos	11	294.490	288.890
Outros passivos financeiros bancários	9	76.060.295	60.881.194
Passivos por impostos diferidos	25	2.958.115	2.881.374
Total do passivo não corrente		512.832.892	497.282.600
Passivo corrente			
Contas a pagar	20	373.790.665	313.295.888
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	21	1.321.418.042	1.511.891.168
Benefícios aos empregados		19.416.212	19.167.857
Imposto a pagar	22	5.958.753	6.962.459
Financiamentos obtidos	18	26.813.567	29.694.789
Diferimentos	11	3.454.477	3.087.122
Outros passivos correntes		100.353.646	106.780.312
Outros passivos financeiros bancários	9	17.987.719	22.312.535
Total do passivo corrente		1.869.193.080	2.013.192.130
Total do passivo		2.382.025.972	2.510.474.730
Total do capital próprio e passivo		2.513.440.904	2.640.262.949

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOUREARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 30 DE JUNHO DE 2020
 Euros

	NOTAS	Seis meses findos em		Três meses findos em	
		Não auditado 30.06.2019	Não auditado 30.06.2020	Não auditado 30.06.2019	Não auditado 30.06.2020
Vendas e serviços prestados	3	337.177.746	316.456.988	167.025.762	153.063.959
Margem Financeira		9.087.750	21.382.995	6.587.380	10.957.420
Outros rendimentos e ganhos operacionais		8.729.937	11.327.549	4.520.799	5.236.706
		354.995.433	349.167.532	178.133.941	169.258.085
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(6.345.536)	(8.710.756)	(3.131.411)	(5.732.342)
Fornecimentos e serviços externos		(116.281.424)	(117.353.082)	(58.551.476)	(58.772.489)
Gastos com o pessoal	23	(176.680.951)	(170.271.336)	(86.744.196)	(81.952.417)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)		(1.989.338)	(3.761.294)	(1.368.007)	(2.559.130)
Imparidade de outros ativos financeiros bancários		(514.570)	(6.403.565)	(547.825)	(5.783.468)
Provisões (aumentos/reversões)	19	196.890	(889.640)	50.091	114.061
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)		(26.440.767)	(30.034.172)	(13.157.365)	(15.567.800)
Outros gastos e perdas operacionais		(7.446.751)	(7.462.797)	(3.845.440)	(3.412.243)
Ganhos/perdas com alienação de ativos		219.520	586.494	193.835	9.510
		(335.282.926)	(344.300.148)	(167.101.794)	(173.656.318)
		19.712.507	4.867.384	11.032.147	(4.398.233)
Gastos e perdas financeiros	24	(4.938.536)	(4.745.106)	(2.554.453)	(2.230.753)
Rendimentos financeiros	24	113.409	6.211	91.240	3.068
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(184.625)	(1.159.003)	(469.586)	(601.043)
		(5.009.752)	(5.897.899)	(2.932.799)	(2.828.729)
Resultado antes de impostos		14.702.755	(1.030.515)	8.099.348	(7.226.962)
Imposto sobre o rendimento do período	25	(5.716.031)	(897.715)	(2.803.016)	1.587.477
Resultado líquido do período		8.986.724	(1.928.230)	5.296.332	(5.639.484)
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores de capital		8.988.445	(1.984.332)	5.290.291	(5.665.874)
Interesses não controlados		(1.720)	56.102	6.041	26.390
Resultado por ação:	17	0,06	(0,01)	0,04	(0,04)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 30 DE JUNHO DE 2020
 Euros

	NOTAS	Seis meses findos em		Três meses findos em	
		Não auditado 30.06.2019	Não auditado 30.06.2020	Não auditado 30.06.2019	Não auditado 30.06.2020
Resultado líquido do período		8.986.724	(1.928.230)	5.296.332	(5.639.484)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	132	(4.164)	(610)	(2.615)
(ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)					
Variações nas reservas de justo valor	15	20.854	355.891	(1.650)	390.392
Outras alterações no capital próprio		(150.260)	(50.211)	(610)	(2.416)
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		(129.275)	301.516	(2.871)	385.361
Rendimento integral do período		8.857.450	(1.626.714)	5.293.461	(5.254.123)
Atribuível a interesses não controlados		(1.589)	51.938	5.431	23.974
Atribuível aos acionistas dos CTT		8.859.038	(1.678.652)	5.288.030	(5.278.097)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 30 DE SETEMBRO DE 2020
 Euros

	NOTAS	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018 reexpresso		75.000.000	(8)	65.836.875	(30.993.430)	4.378.984	21.499.271	165.494	135.887.186
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2018 reexpresso		-	-	-	-	21.499.271	(21.499.271)	-	(15.000.000)
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	6.499.271	(21.499.271)	-	(15.000.000)
Outros movimentos								(11.005)	(11.005)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de impostos diferidos	15	-	-	-	(18.750.714)	-	-	-	(18.750.714)
Variações nas reservas de justo valor	15	-	-	15.720	-	-	-	-	15.720
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	-	-	-	-	(10.954)	-	-	(10.954)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	29.196.933	87.767	29.284.700
Rendimento integral do período		-	-	15.720	(18.750.714)	(10.954)	29.196.933	76.762	10.527.747
Saldo em 31 de dezembro de 2019		75.000.000	(8)	65.852.595	(49.744.144)	10.867.301	29.196.933	242.255	131.414.932
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2019		-	-	-	-	29.196.933	(29.196.933)	-	-
Outros movimentos						(46.047)	-	(4.164)	(50.211)
Variações nas reservas de justo valor	15	-	-	355.891	-	-	-	-	355.891
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	-	-	-	-	(4.164)	-	-	(4.164)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(1.984.332)	56.102	(1.928.230)
Rendimento integral do período		-	-	355.891	-	(50.211)	(1.984.332)	51.938	(1.626.714)
Saldo em 30 de junho de 2020 (não auditado)		75.000.000	(8)	66.208.486	(49.744.144)	40.014.024	(1.984.332)	294.193	129.788.219

As notas nestas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 30 DE JUNHO DE 2020

Euros

	NOTAS	Não auditado 30.06.2019	Não auditado 30.06.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		325.629.220	310.935.758
Pagamentos a fornecedores		(144.013.706)	(149.815.466)
Pagamentos ao pessoal		(159.226.740)	(146.675.063)
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos		179.579.170	228.496.058
Crédito a clientes bancários		(90.969.025)	(105.376.978)
Caixa gerada pelas operações		110.998.920	137.564.308
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.646.660)	615.550
Outros recebimentos/pagamentos		43.010.939	(28.193.253)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		152.363.199	109.986.605
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		148.100	870.185
Propriedades de investimento		420.720	55.000
Títulos de dívida	8	41.708.952	85.432.793
Depósitos no Banco de Portugal		-	11.731.434
Outros ativos financeiros bancários	9	102.455.000	13.565.000
Juros e rendimentos similares		50.824	16.220
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8.510.540)	(16.556.056)
Ativos intangíveis		(9.052.504)	(6.191.062)
Investimentos financeiros		(112.932.247)	-
Títulos de dívida	8	(32.832.813)	(152.334.478)
Depósitos no Banco de Portugal		(5.774.422)	-
Outros ativos financeiros bancários	9	(37.330.000)	(15.550.000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(61.648.930)	(78.960.963)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	45.005.668	11.259.039
Depósitos de outras instituições de crédito		106.009.399	250.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18	(38.221.444)	(11.307.511)
Depósitos de outras instituições de crédito		(43.823.906)	(38.131.082)
Outros passivos financeiros bancários	9	(204.022.327)	(15.168.848)
Juros e gastos similares		(693.920)	(717.067)
Passivos de locação	18	(13.793.455)	(13.399.816)
Dividendos		(15.000.000)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(164.539.984)	(67.215.286)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(73.825.715)	(36.189.644)
Alteração do perímetro de consolidação		6.823.653	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		414.846.614	414.865.569
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	347.844.552	378.675.926
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Depósitos à ordem no Banco de Portugal		11.991.840	14.192.600
Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT		3.876.188	3.747.910
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias		(28.930)	(26.931)
Caixa e seus equivalentes (Balanço)		363.683.650	396.589.505

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOUREARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas
(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	66
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	67
2.1 Bases de apresentação	67
3. RELATO POR SEGMENTOS.....	67
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	71
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	73
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	75
7. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	76
8. TÍTULOS DE DÍVIDA.....	78
9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS.....	81
10. CRÉDITO A CLIENTES BANCÁRIOS.....	84
11. DIFERIMENTOS	89
12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	90
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	91
14. CAPITAL	91
15. AÇÕES PRÓPRIAS, RESERVAS, OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS TRANSITADOS.....	93
16. DIVIDENDOS	95
17. RESULTADOS POR AÇÃO	95
18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	96
19. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS ..	97
20. CONTAS A PAGAR	100
21. DEPÓSITOS DE CLIENTES BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS	101
22. IMPOSTO A RECEBER/PAGAR.....	102
23. GASTOS COM O PESSOAL.....	102
24. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	103
25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	104
26. PARTES RELACIONADAS	107
27. OUTRAS INFORMAÇÕES	108
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	111

1. Introdução

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, nº 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na “Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones” e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013 o Estado Português, através despacho nº 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Párpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei nº129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) nº 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM nº62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM nº 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Párpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014 ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Párpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do **Grupo**.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de agosto de 2020.

2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31 de dezembro de 2019.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS / IFRS”), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2020, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

3. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o **Grupo** apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

Os Produtos de Retalho anteriormente reportados no segmento Correio e respetivos custos operacionais, de forma a refletirem as alterações realizadas na organização dos negócios, foram migrados, a par com o respetivo histórico, para o segmento anteriormente designado de “Serviços Financeiros” e que agora se passou a designar “Serviços Financeiros & Retalho”.

O comparativo de 2019 foi reexpresso de acordo com as alterações introduzidas.

Em face desta alteração o negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- **Correio** – CTT Contacto S.A. e CTT, S.A. excluindo:
 - O negócio relacionado com os serviços financeiros postais e produtos de retalho – Serviços Financeiros e Retalho;
 - O negócio de pagamentos relacionado cobrança de faturas e coimas, transferências Western Union, soluções integradas e as portagens – Banco.
- **Expresso & Encomendas** – inclui a CTT Expresso e a CORRE;
- **Serviços Financeiros & Retalho** – Serviços Financeiros Postais e a venda dos produtos e serviços na rede de retalho dos CTT, S.A.;
- **Banco** – Banco CTT, S.A., Payshop, 321 Crédito e negócio de pagamentos dos CTT, S.A. (mencionado supra).

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. tem atividade em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus rendimentos e gastos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os valores apurados em função de atividades standard valorizadas através de preços de transferência.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) anteriormente não imputados são alocados por natureza ao segmento Correio e outros.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza e segmento do 1º semestre de 2019 e de 2020 são as seguintes:

Milhares de Euros	Reexpresso 30.06.2019				Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	
Rendimentos operacionais	237.414	72.805	21.221	23.556	354.995
Vendas e prestação de serviços	234.187	72.487	20.715	9.788	337.178
Vendas	3.876	389	3.931	-	8.195
Prestação de serviços	230.312	72.098	16.785	9.788	328.982
Margem Financeira	-	-	-	9.088	9.088
Outros rendimentos e ganhos operacionais	3.227	318	506	4.680	8.730
Gastos operacionais excluindo depreciações, amortizações, imparidades e provisões	196.226	73.572	11.895	26.905	308.598
Gastos com pessoal	147.569	11.832	961	8.860	169.222
Fornecimentos e serviços externos	48.975	61.634	1.602	13.664	125.875
Outros gastos	5.762	1.313	3.540	2.886	13.501
Prestações internas de serviços	(6.079)	(1.207)	5.792	1.494	-
EBITDA	41.188	(768)	9.326	(3.349)	46.397
IFRS 16 (impacto em EBITDA)	10.356	2.742	11	621	13.730
EBITDA incluindo IFRS 16	51.544	1.975	9.337	(2.728)	60.128
Imparidades e provisões	(56)	(1.610)	-	(641)	(2.307)
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas / reversões)	(19.619)	(4.023)	(124)	(2.675)	(26.441)
Itens específicos	(9.614)	(607)	(245)	(1.202)	(11.667)
EBIT	22.256	(4.265)	8.968	(7.246)	19.713
Resultados financeiros					(5.010)
Gastos e perdas financeiros					(4.939)
Rendimentos financeiros					113
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(185)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					14.703
Imposto sobre o rendimento					(5.716)
Resultado líquido					8.987
Interesses não controlados					2
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					8.988

Milhares de Euros	30.06.2020				Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	
Rendimentos operacionais	204.182	85.120	21.465	38.400	349.168
Vendas e prestação de serviços	202.398	84.841	21.229	7.989	316.457
Vendas	6.926	394	3.454	-	10.774
Prestação de serviços	195.472	84.447	17.774	7.989	305.683
Margem Financeira	-	-	-	21.383	21.383
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.784	279	237	9.028	11.328
Gastos operacionais excluindo depreciações, amortizações, imparidades e provisões	188.853	84.972	10.788	31.162	315.775
Gastos com pessoal	145.105	12.817	1.062	11.165	170.149
Fornecimentos e serviços externos	40.972	72.212	1.457	14.992	129.633
Outros gastos	8.190	942	3.032	3.829	15.993
Prestações internas de serviços	(5.414)	(999)	5.237	1.176	-
EBITDA	15.329	148	10.677	7.238	33.393
IFRS 16 (impacto em EBITDA)	9.363	2.940	56	992	13.351
EBITDA incluindo IFRS 16	24.692	3.088	10.733	8.230	46.744
Imparidades e provisões	(1.958)	(1.722)	-	(7.374)	(11.054)
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	(22.172)	(4.586)	(176)	(3.100)	(30.034)
Itens específicos	(540)	(238)	-	(9)	(787)
Reestruturações empresariais	(12)	(71)	-	-	(82)
Gastos com estudos e projetos estratégicos	(479)	(54)	-	-	(533)
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	(50)	(113)	-	(9)	(172)
EBIT	21	(3.457)	10.558	(2.254)	4.868
Resultados financeiros					(5.898)
Gastos e perdas financeiros					(4.745)
Rendimentos financeiros					6
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(1.159)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					(1.030)
Imposto sobre o rendimento					(898)
Resultado líquido					(1.928)
Interesses não controlados					(56)
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					(1.984)

O montante registado como itens específicos é de 0,8 M€. De destacar, os gastos relacionados com a pandemia de COVID-19 nomeadamente em equipamentos de proteção individual, nebulizações, medição de temperatura e reforço das limpezas (+0,6 M€), os trabalhos relacionados com estudos e assessoria para projetos estratégicos (+0,5 M€) e outros gastos (+0,3 M€) que foram parcialmente compensados por mais valias relacionadas com a venda de imobilizado (-0,6 M€).

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	Reexpresso	
	30.06.2019	30.06.2020
Correio	237.414	204.182
Correio Transacional	203.340	173.092
Correio Editorial	7.400	6.435
Encomendas (SU)	3.063	2.652
Correio publicitário	10.939	8.606
Filatelia	3.035	2.422
Soluções empresariais	5.548	8.309
Outros	4.090	2.666
Expresso & encomendas	72.805	85.120
Portugal	45.923	51.807
CEP	34.514	41.491
Carga	6.498	5.380
Banca	3.319	3.360
Logística	1.442	1.185
Outros negócios	150	391
Espanha	25.881	31.880
Moçambique	1.001	1.434
Serviços Financeiros & Retalho	21.221	21.465
Poupança e seguros	11.872	12.616
Vales postais	2.798	3.007
Pagamentos	644	780
Produtos e Serviços de Retalho	5.631	4.952
Outros	275	111
Banco	23.556	38.400
Margem Financeira	5.093	8.312
Juros e rendimentos (+)	5.468	8.834
Juros e encargos (-)	(375)	(522)
Comissões Recebidas (+)	3.553	5.773
Produtos próprios	2.318	3.439
Crédito ao consumo e seguros	1.235	2.333
Pagamentos e outros	9.826	8.046
321 crédito	5.084	16.270
	354.995	349.168

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

Ativos (Euros)	Reexpresso 31.12.2019					Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	
Ativos intangíveis	20.426.590	5.514.463	200.198	27.682.577	8.188.816	62.012.644
Ativos fixos tangíveis	222.255.084	33.599.340	42.095	3.204.855	4.341.666	263.443.040
Propriedades de investimento	-	-	-	-	7.653.000	7.653.000
Goodwill	6.161.326	2.955.753	-	61.084.749	-	70.201.828
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	89.329.806	89.329.806
Contas a receber	-	-	-	-	146.471.712	146.471.712
Crédito a clientes bancários	-	-	-	885.820.569	-	885.820.569
Títulos da dívida	-	-	-	456.411.331	-	456.411.331
Outros ativos financeiros bancários	-	-	-	33.424.335	-	33.424.335
Outros ativos	-	-	-	-	54.871.239	54.871.239
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.403.455	-	174.819.282	262.772.987	442.995.724
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	805.675	-	805.675
	248.843.001	47.473.011	242.294	1.643.253.372	573.629.227	2.513.440.904

Ativos (Euros)	30.06.2020					Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	
Ativos intangíveis	23.257.548	4.913.009	211.333	27.032.020	1.283.958	56.697.868
Ativos fixos tangíveis	221.977.002	35.340.229	72.718	3.153.345	4.593.023	265.136.318
Propriedades de investimento	-	-	-	-	7.471.129	7.471.129
Goodwill	6.161.326	2.955.753	-	61.084.749	-	70.201.828
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	88.971.392	88.971.392
Contas a receber	-	-	-	-	150.649.003	150.649.003
Crédito a clientes bancários	-	-	-	988.349.422	-	988.349.422
Títulos da dívida	-	-	-	523.291.172	-	523.291.172
Outros ativos financeiros bancários	-	-	-	35.773.318	-	35.773.318
Outros ativos	-	-	-	-	56.141.796	56.141.796
Caixa e equivalentes de caixa	-	10.497.678	-	180.139.974	205.951.854	396.589.505
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	990.199	-	990.199
	251.395.877	53.706.669	284.051	1.819.814.198	515.062.156	2.640.262.949

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

Outra informação (Euros)	Reexpresso 31.12.2019				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	127.309.217	19.770.671	30.858	1.487.187	148.597.934
Financiamentos bancários	81.702.538	-	-	-	81.702.538
Passivos de locação	45.606.680	19.770.671	30.858	1.487.187	66.895.396
Financiamentos correntes	12.896.744	13.203.570	11.589	701.665	26.813.567
Financiamentos bancários	-	9.749.470	-	-	9.749.470
Passivos de locação	12.896.744	3.454.099	11.589	701.665	17.064.097
	140.205.961	32.974.241	42.447	2.188.852	175.411.501

Outra informação (Euros)	30.06.2020				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	129.100.629	18.561.195	51.869	1.652.741	149.366.434
Financiamentos bancários	81.803.310	-	-	-	81.803.310
Passivos de locação	47.297.319	18.561.195	51.869	1.652.741	67.563.124
Financiamentos correntes	15.218.688	13.882.194	21.638	572.268	29.694.789
Financiamentos bancários	-	9.748.498	-	-	9.748.498
Passivos de locação	15.218.688	4.133.696	21.638	572.268	19.946.291
	144.319.318	32.443.389	73.507	2.225.009	179.061.223

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	30.06.2019	30.06.2020
Rendimentos - Portugal	284.106	260.292
Rendimentos - outros países	53.072	56.165
	337.178	316.457

As demonstrações financeiras estão sujeitas a sazonalidade, no entanto esta não afeta a comparabilidade entre períodos idênticos num determinado ano. Contudo, existem fatores atípicos/não recorrentes que podem afetar a comparabilidade entre iguais períodos dos diversos anos como por exemplo o número de dias úteis (feriados móveis ou ao fim de semana) do período, eventos especiais (eleições, campanhas promocionais de clientes) que podem impactar na receita no sentido de aumentar/diminuir de um período para outro.

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2019 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, relativo ao **Grupo** foi o seguinte:

31.12.2019										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.591.993	334.565.087	143.060.832	3.597.961	63.825.994	26.571.051	2.409.296	174.162	217.781.407	827.577.785
Aquisições	-	289.864	5.397.771	205.223	4.132.769	1.087.015	5.037.328	10.933.074	-	27.083.044
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	6.995.186	6.995.186
Alienações	(11.962)	(302.339)	(1.085.186)	(828)	(10.822)	-	-	-	-	(1.411.137)
Transferências e abates	-	3.990.959	8.798.878	(199.167)	714.914	(14.188)	(3.990.959)	(8.693.236)	(1.023.301)	(416.100)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.988.327)	(47.988.327)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	2.200.608	2.200.608
Regularizações	-	497	12.141	461	875	590	-	-	108.299	122.863
Alterações no perímetro de consolidação	-	420.472	-	-	692.154	175.664	35.907	-	1.549.917	2.838.207
Outros movimentos	-	-	-	-	-	1.826.550	-	-	-	1.826.550
Saldo final	35.580.031	338.964.540	156.184.436	3.603.651	69.355.884	29.646.684	3.491.573	2.414.000	179.623.789	818.864.586
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.739.154	210.562.512	127.971.545	3.428.245	58.772.955	22.311.709	-	-	136.058.784	562.844.906
Depreciações do período	-	9.445.914	9.641.044	56.981	2.342.240	1.803.688	-	-	21.631.653	40.921.520
Alienações	(1.747)	(192.958)	(1.022.632)	(828)	(14.649)	-	-	-	-	(1.232.814)
Transferências e abates	-	-	107.382	(128.381)	640.734	40.895	-	-	(858.850)	(198.220)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.988.327)	(47.988.327)
Regularizações	-	89	7.736	325	759	506	-	-	-	9.415
Alterações no perímetro de consolidação	-	164.081	-	-	666.123	121.676	-	-	89.014	1.040.894
Saldo final	3.737.406	219.979.639	132.705.076	3.356.342	62.408.163	24.278.473	-	-	108.932.275	555.397.374
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	-	-	-	-	-	24.255	-	-	-	24.255
Outras variações	-	-	-	-	-	(83)	-	-	-	(83)
Saldo final	-	-	-	-	-	24.172	-	-	-	24.172
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.842.624	118.984.901	23.479.360	247.308	6.947.721	5.344.038	3.491.573	2.414.000	70.691.514	263.443.040

30.06.2020										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.580.031	338.964.540	156.184.436	3.603.651	69.355.884	29.646.684	3.491.573	2.414.000	179.623.789	818.864.586
Aquisições	-	163.412	3.260.649	6.771	259.543	326.290	3.540.944	19.950	-	7.577.559
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	9.727.798	9.727.798
Alienações	(8.099)	(149.792)	(98.624)	(11.218)	(3.809)	-	-	-	-	(271.543)
Transferências e abates	-	192.835	242.544	(4.359)	1.102	(4.966.900)	(192.835)	(303.347)	-	(5.036.960)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.161.689)	(10.161.689)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	5.449.353	5.449.353
Regularizações	-	(2.701)	(67.406)	(3.587)	(27.319)	(10.450)	-	-	-	(111.463)
Saldo final	35.571.931	339.168.293	159.521.600	3.591.257	69.585.401	24.995.624	6.839.682	2.130.603	184.639.251	826.043.643
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.737.406	219.979.639	132.705.076	3.356.342	62.408.163	24.278.473	-	-	108.932.275	555.397.374
Depreciações do período	-	4.724.581	3.240.985	29.577	1.279.866	618.482	-	-	11.350.910	21.244.402
Alienações	(460)	(95.058)	(92.006)	(11.218)	(3.527)	-	-	-	-	(202.270)
Transferências e abates	-	-	(41.393)	(4.359)	32.314	(5.334.615)	-	-	-	(5.348.053)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.161.689)	(10.161.689)
Regularizações	-	(673)	(36.248)	(1.968)	(4.312)	(3.411)	-	-	-	(46.611)
Saldo final	3.736.946	224.608.489	135.776.414	3.368.374	63.712.504	19.558.929	-	-	110.121.496	560.883.153
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	-	-	-	-	-	24.172	-	-	-	24.172
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	24.172	-	-	-	24.172
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.834.985	114.559.804	23.745.186	222.883	5.872.897	5.412.523	6.839.682	2.130.603	74.517.755	265.136.318

As depreciações contabilizadas no **Grupo** no montante de 21.244.402 Euros (20.188.942 Euros em 30 de junho de 2019), foram registadas na rubrica de “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No **Grupo**, no período findo em 31 dezembro de 2019, a rubrica “alteração do perímetro de consolidação” diz respeito aos saldos da empresa 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. que foi adquirida em maio de 2019.

No **Grupo**, em 30 junho de 2020, os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções”, incluem 538.681 Euros (554.730 Euros em 31 dezembro de 2019) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A..

As depreciações contabilizadas, no **Grupo**, no montante de 11.350.910 Euros (11.057.998 Euros em 30 de junho de 2019), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

Informação sobre os passivos associados a estas locações bem como os gastos de financiamento encontram-se divulgados nas notas dos "Financiamentos obtidos" (Nota 18) e nota dos "Gastos e rendimentos financeiros" (Nota 24), respetivamente.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o **Grupo** realizou um contrato de *sale & lease back* do edifício que detinha em Sintra. Esta operação satisfaz os requisitos da IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda do ativo, tendo originado uma mais valia no montante de 590 mil euros, reconhecida na rubrica "Ganhos/perdas com alienação de ativos", bem como o registo de um direito de uso no montante de 9.629 Euros e um Passivo de locação de 117.353 Euros.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 não foram capitalizados, no **Grupo**, quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 30 de junho de 2020, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os ativos fixos tangíveis do **Grupo** estão registados possa não ser recuperado.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de ativos fixos tangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Tangíveis do **Grupo** são como segue:

	30.06.2020
Máquinas divisoras de correio	1.476.109
Obras em imóveis	737.724
DVE – Detetor de Explosivos	31.882
	2.245.715

5. Ativos intangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis referentes ao **Grupo**, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.2019						
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de investimentos	Total
Ativos intangíveis							
Saldo inicial	4.380.552	98.081.032	14.252.424	444.739	15.139.681	-	132.298.428
Aquisições	-	1.106.752	2.365.069	-	14.817.787	69.072	18.358.681
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	13.595.464	8.579	-	(14.331.297)	(69.072)	(796.326)
Regularizações	-	1.400	9.098	-	-	-	10.498
Alterações no perímetro de consolidação	-	1.092.007	213.269	-	462.568	-	1.767.844
Saldo final	4.380.552	113.876.654	16.848.440	444.739	16.088.740	-	151.639.125
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial	4.375.722	61.288.015	9.419.396	444.739	-	-	75.527.871
Amortizações do período	1.272	12.754.618	782.218	-	-	-	13.538.108
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	(730.878)	3.624	-	-	-	(727.254)
Regularizações	-	1.400	4.087	-	-	-	5.487
Alterações no perímetro de consolidação	-	1.082.878	199.390	-	-	-	1.282.268
Saldo final	4.376.994	74.396.033	10.408.714	444.739	-	-	89.626.480
Ativos intangíveis líquidos	3.558	39.480.622	6.439.725	-	16.088.740	-	62.012.644

	30.06.2020						
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de investimentos	Total
Ativos intangíveis							
Saldo inicial	4.380.552	113.876.654	16.848.440	444.739	16.088.740	-	151.639.125
Aquisições	-	334.696	-	-	2.990.649	-	3.325.345
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	11.915.616	-	-	(11.857.986)	-	57.630
Regularizações	-	-	(49.977)	-	(80.876)	-	(130.854)
Saldo final	4.380.552	126.126.966	16.798.462	444.739	7.140.527	-	154.891.246
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial	4.376.994	74.396.033	10.408.714	444.739	-	-	89.626.480
Amortizações do período	637	7.989.964	597.072	-	-	-	8.587.673
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	3.231	-	-	-	-	3.231
Regularizações	-	-	(24.006)	-	-	-	(24.006)
Saldo final	4.377.631	82.389.228	10.981.780	444.739	-	-	98.193.378
Ativos intangíveis líquidos	2.921	43.737.738	5.816.682	-	7.140.527	-	56.697.868

As amortizações do período findo em 30 de junho de 2020 respeitantes ao **Grupo**, no montante de 8.587.673 Euros (6.112.141 Euros em 30 de junho de 2019) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No **Grupo**, no período findo em 31 dezembro de 2019, a rubrica “alterações no perímetro de consolidação” diz respeito aos saldos da empresa 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. à data da sua aquisição.

Na rubrica “Propriedade Industrial” referente ao **Grupo**, encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” propriedade da CTT Contacto, S.A., no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra a ser amortizada uma vez que tem uma vida útil indeterminada.

As transferências ocorridas no ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer dos períodos referidos.

Foram capitalizados em “programas de computador” ou “ativos intangíveis em curso”, os valores de 474.392 Euros e 481.562 Euros, respetivamente, em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020, que dizem respeito à participação de recursos internos do **Grupo** no desenvolvimento de projetos de informática.

Os ativos intangíveis em curso do **Grupo** em 30 de junho de 2020 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	Grupo
Solução OneBiller	740.505
Nova Plataforma de Pagamentos	651.788
Data Governance - software	538.369
MiddleWare	486.775
EPM & BI & Analytics	451.445
Transaction Monitoring - software	450.140
Zero+ RAID	420.283
CRM - Pilar Service	404.873
Canais digitais	298.547
Ecosistema CTT Expresso	271.870
	4.714.596

O **Grupo** não identificou incertezas relevantes quanto à conclusão dos projetos em curso, nem quanto à sua recuperabilidade. De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 30 de junho de 2020, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os Ativos intangíveis do **Grupo** estão registados possa não ser recuperado.

A maioria dos projetos tem data de conclusão prevista para o ano de 2020.

O valor das despesas de pesquisa e desenvolvimento incorridas pelo **Grupo** no ano de 2019, no montante de 1.063.800 Euros foi divulgado na Nota 25.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 não foram capitalizados, no **Grupo**, quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis do **Grupo** são como segue:

	30.06.2020
CBS - Core Banking System	1.200.000
Processo de abertura de conta	485.000
Data Ignition	365.000
Projeto X	302.000
Sharepoint Sunset	270.000
	2.622.000

6. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, o **Grupo** tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

	31.12.2019		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.508.355	16.538.633	20.046.988
Adições	-	-	-
Alienações	(195.997)	(1.528.862)	(1.724.859)
Saldo final	3.312.358	15.009.771	18.322.129
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	234.974	10.388.531	10.623.505
Depreciações do período	-	261.092	261.092
Alienações	(21.122)	(943.491)	(964.612)
Saldo final	213.853	9.706.133	9.919.985
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	1.243.502	1.243.502
Perdas por imparidade do período	-	(494.358)	(494.358)
Saldo final	-	749.144	749.144
Propriedades de investimento líquidas	3.098.506	4.554.494	7.653.000

	30.06.2020		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.312.358	15.009.771	18.322.129
Adições	-	-	-
Alienações	(14.500)	(43.500)	(58.000)
Saldo final	3.297.858	14.966.271	18.264.129
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	213.853	9.706.133	9.919.985
Depreciações do período	-	128.293	128.293
Alienações	-	(4.423)	(4.423)
Saldo final	213.853	9.830.003	10.043.856
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	749.144	749.144
Perdas por imparidade do período	-	-	-
Saldo final	-	749.144	749.144
Propriedades de investimento líquidas	3.084.006	4.387.123	7.471.129

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do **Grupo**, estando a no mercado disponíveis para arrendamento.

As depreciações do período, no montante de 128.293 Euros (139.812 Euros em 30 de junho de 2019) foram registadas na rubrica "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

O valor de mercado dos ativos fixos dos CTT classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2019 efetuadas por entidades independentes, ascende a 12.261.900 Euros.

No ano findo em 31 de dezembro de 2019 o montante registado na rubrica de alienações diz respeito à venda de três imóveis, tendo sido reconhecido em "Ganhos/perdas em alienação de ativos" o valor de 353 mil Euros a título de mais-valias contabilísticas.

As perdas por imparidade do ano findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de (494.358) Euros, foram registadas na rubrica "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)", sendo explicadas por reduções do valor de mercado de alguns edifícios.

7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias:

Denominação social	País	Sede	31.12.2019			30.06.2020		
			Percentagem do capital detido		Total	Percentagem do capital detido		Total
			Direta	Índireta		Direta	Índireta	
Empresa - mãe								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias								
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	-	100	100	-	100	100
CTT Contacto, S.A. ("CTT Con")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Moçambique	Av. 24 de Julho, Edifício 24, n.º1097, 3.º Piso, Bairro da Polana Maputo - Moçambique	50	-	50	50	-	50
Banco CTT, S.A. ("BancoCTT")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("321 Crédito")	Portugal	Av. Duque d'Ávila, 46, 7.º B 1050-083 Lisboa	-	100	100	-	100	100

Relativamente à empresa "CORRE", em virtude de o **Grupo** ter direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e ter a capacidade de afetar esses retornos, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, o **Grupo** detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2019			30.06.2020		
			Percentagem do capital detido		Total	Percentagem do capital detido		Total
			Direta	Índireta		Direta	Índireta	
NewPost, ACE	Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	-	49	49	-	49
PTP & F, ACE	Portugal	Estrada Casal do Canas Amadora	51	-	51	51	-	51
MKTPlace - Comércio Eletrónico, S.A. ("MKTPlace")	Portugal	Rua Eng.º Ferreira Dias 924 Esc. 5 Porto	50	-	50	50	-	50

Em 2 de abril, 6 de maio e 6 de agosto de 2019 a entidade MKTPlace – Comércio Eletrónico, S.A., foi alvo de aumentos de capital no montante de 3.625.523 Euros efetuado pelos CTT.

Associadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, o **Grupo** detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2019			30.06.2020		
			Percentagem do capital detido		Total	Percentagem do capital detido		Total
			Direta	Indireta		Direta	Indireta	
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ("Multicert")	Portugal	Lagoas Parque, Edifício 3, Piso 3 Oeiras	20	-	20	20	-	20
Mafelosa, SL ^(*)	Espanha	Castellon - Espanha	-	25	25	-	25	25
Urpacsur, SL ^(*)	Espanha	Málaga - Espanha	-	30	30	-	30	30

^(*) Empresa participada pela CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., sucursal em Espanha (em 2018 era detida pela Tourline Mensajería, SLU), que se encontra atualmente sem atividade.

Entidades estruturadas

Adicionalmente, considerando os requisitos da IFRS 10, o perímetro de consolidação do **Grupo** inclui as seguintes entidades estruturadas:

Denominação	Ano de Constituição	Local de emissão	% Interesse Económico	Método de Consolidação
Ulisses Finance No.1 ^(*)	2017	Portugal	12,2%	Integral
Chaves Funding No.8 ^(*)	2019	Portugal	100%	Integral

() Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo, determinadas com base na percentagem detida nos interesses residuais (equity piece) dos respetivos veículos.*

De seguida apresentam-se os principais impactos da consolidação destas entidades estruturadas nas contas do **Grupo**:

	31.12.2019	30.06.2020
Caixa e equivalentes de caixa	7.730.012	8.535.418
Outros passivos financeiros bancários (Títulos de dívida emitidos)	76.077.368	60.891.968

Alterações no perímetro de consolidação

No ano findo em 31 de dezembro de 2019 o perímetro de consolidação foi alterado na sequência da aquisição da 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A..

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 não ocorreram alterações do perímetro de consolidação.

8. Títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, no **Grupo** a rubrica "Títulos de dívida" detalha-se como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	528.420	6.230.918
Obrigações de outros emissores	-	8.375.361
	528.420	14.606.279
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	409.886.034	449.037.515
Obrigações de outros emissores	14.605.943	3.797.936
Imparidade	(169.217)	(179.355)
	424.322.759	452.656.096
	424.851.179	467.262.375
Corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	13.727	537.231
Obrigações de outros emissores	-	4.414
	13.727	541.646
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	31.536.069	28.948.055
Obrigações de outros emissores	14.491	26.556.025
Imparidade	(4.136)	(16.929)
	31.546.424	55.487.151
	31.560.152	56.028.797
	456.411.331	523.291.172

⁽¹⁾ Com referência a 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 225 Euros e de 10.455 Euros, respetivamente.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e dos ativos financeiros ao custo amortizado, por maturidade residual, a 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, apresenta-se como segue:

	31.12.2019						
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	13.727	-	13.727	528.420	-	528.420	542.147
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	-	-	-	-	-	-	-
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
	13.727	-	13.727	528.420	-	528.420	542.147

⁽¹⁾ Com referência a 31 de dezembro de 2019 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 225 Euros.

	31.12.2019						
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	4.538.504	4.717.697	9.256.202	41.143.284	236.717.591	277.860.875	287.117.077
Estrangeiros	752.422	21.527.446	22.279.868	34.645.814	97.379.345	132.025.158	154.305.026
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	14.491	-	14.491	14.605.943	-	14.605.943	14.620.434
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
	5.305.417	26.245.143	31.550.561	90.395.041	334.096.936	424.491.976	456.042.537

	30.06.2020						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	19.711	517.520	537.231	992.118	5.238.800	6.230.918	6.768.149
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	4.414	-	4.414	8.375.361	-	8.375.361	8.379.775
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
	24.126	517.520	541.646	9.367.479	5.238.800	14.606.279	15.147.924

⁽¹⁾ Com referência a 31 de Março de 2020 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 3.501 Euros.

	30.06.2020						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	5.058.374	10.496.603	15.554.977	30.348.114	244.223.063	274.571.177	290.126.154
Estrangeiros	7.884.336	5.508.741	13.393.078	29.089.759	145.376.579	174.466.338	187.859.416
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	21.009.723	5.546.302	26.556.025	3.797.936	-	3.797.936	30.353.961
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
	33.952.434	21.551.646	55.504.080	63.235.809	389.599.642	452.835.451	508.339.531

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, detalham-se como segue:

	31.12.2019					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	504	19	(40.529)	(299)	40.529	225
Ativos financeiros ao custo amortizado	164.379	31.512	(43.292)	-	16.618	169.217
	164.883	31.531	(83.821)	(299)	57.147	169.442
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	127.286	-	-	(86.757)	(40.529)	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	18.447	2.678	(370)	-	(16.618)	4.136
	145.733	2.678	(370)	(86.757)	(57.147)	4.136
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	127.790	19	(40.529)	(87.056)	-	225
Ativos financeiros ao custo amortizado	182.826	34.190	(43.662)	-	-	173.353
	310.616	34.209	(84.191)	(87.056)	-	173.578

	30.06.2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	9.913	(48)	-	(8)	10.081
Ativos financeiros ao custo amortizado	169.217	29.069	(8.116)	-	(10.815)	179.355
	169.442	38.982	(8.165)	-	(10.822)	189.436
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	-	368	(2)	-	8	374
Ativos financeiros ao custo amortizado	4.136	2.744	(766)	-	10.815	16.929
	4.136	3.112	(768)	-	10.822	17.303
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	10.280	(50)	-	-	10.455
Ativos financeiros ao custo amortizado	173.353	31.813	(8.883)	-	-	196.284
	173.578	42.094	(8.932)	-	-	206.739

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, detalham-se como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	127.790	225
Alteração das normas contabilísticas	-	-
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	-	10.281
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	19	(50)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(127.585)	-
Write-offs	-	-
Alterações no modelo e metodologias	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	10.455

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2019	30.06.2020
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	127.790	225
Alteração das normas contabilísticas	-	-
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(40.510)	10.231
Transferências de Stage (líquidas)	-	-
Vendas de Crédito	-	-
Utilizações de Imparidade	(87.056)	-
Write-offs	-	-
Recuperações de <i>write-off</i>	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	10.455

Relativamente às perdas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, os movimentos por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, detalham-se como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	182.825	173.353
Alteração das normas contabilísticas	-	-
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	13.008	16.887
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(4.033)	8.846
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(18.447)	(2.802)
Write-offs	-	-
Alterações no modelo e metodologias	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	173.353	196.284

A reconciliação dos movimentos contábilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2019	30.06.2020
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	182.825	173.353
Alteração das normas contábilísticas	-	-
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(9.473)	22.931
Transferências de Stage (líquidas)	-	-
Vendas de Crédito	-	-
Utilizações de Imparidade	-	-
Write-offs	-	-
Recuperações de <i>write-off</i>	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	173.353	196.284

De acordo com a política contábilística em vigor, o Banco CTT avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade nas suas carteiras de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e ativos financeiros ao custo amortizado, seguindo os critérios de julgamento definidos nas políticas contábilísticas.

9. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, no **Grupo** as rubricas “Outros ativos financeiros bancários” e “Outros passivos financeiros bancários” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2019	30.06.2020
Ativo não corrente		
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Empréstimos a instituições de crédito	18.928.416	14.783.340
Imparidade	(166.249)	(4.803)
Outros	1.882	4.401
	18.764.049	14.782.937
Ativo corrente		
Aplicações em instituições de crédito	1.650.072	10.000.001
Empréstimos a instituições de crédito	11.551.960	9.325.960
Imparidade	(47.303)	(17.947)
Outros	5.688.014	4.931.891
Imparidade	(4.182.457)	(3.249.525)
	14.660.286	20.990.381
	33.424.335	35.773.318
Passivo não corrente		
Títulos de dívida emitidos	76.060.295	60.881.194
	76.060.295	60.881.194
Passivo corrente		
Títulos de dívida emitidos	17.073	10.774
Outros	17.970.646	22.301.761
	17.987.719	22.312.535
	94.048.014	83.193.729

Aplicações em Instituições de crédito e Empréstimos a instituições de crédito

Relativamente a estas rubricas o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Até 3 meses	3.367.931	2.907.688
De 3 a 12 meses	9.834.101	16.418.274
De 1 a 3 anos	13.689.301	11.848.163
Mais de 3 anos	5.239.115	2.935.177
	32.130.448	34.109.301

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, detalham-se como segue:

	31.12.2019						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Alteração do perímetro consolidação	
Ativos não correntes							
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	217.751	91.523	(244.427)	-	101.403	-	166.249
	217.751	91.523	(244.427)	-	101.403	-	166.249
Ativos correntes							
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	197.018	24.916	(73.229)	-	(101.403)	-	47.303
Outros	10.927	224.755	(53.534)	-	(10.927)	4.011.235	4.182.457
	207.945	249.672	(126.763)	-	(112.330)	4.011.235	4.229.760
	425.696	341.194	(371.190)	-	(10.927)	4.011.235	4.396.009

	30.06.2020						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Alteração do perímetro consolidação	
Ativos não correntes							
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	166.249	3.332	(43.616)	-	(121.161)	-	4.803
	166.249	3.332	(43.616)	-	(121.161)	-	4.803
Ativos correntes							
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	47.303	12.449	(162.967)	-	121.161	-	17.947
Outros	4.182.457	17.132	(950.064)	-	-	-	3.249.525
	4.229.760	29.581	(1.113.031)	-	121.161	-	3.267.472
	4.396.009	32.913	(1.156.647)	-	-	-	3.272.275

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de aplicações e empréstimos a instituições de crédito por stages, no ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, detalham-se como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	414.769	213.552
Alteração das normas contabilísticas	-	-
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	52.737	15.781
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(64.377)	(194.660)
Ativos financeiros desconhecidos excluindo write-offs	(189.576)	(11.923)
Write-offs	-	-
Alterações no modelo e metodologias	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade	213.552	22.750

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2019	30.06.2020
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	414.769	213.552
Alteração das normas contabilísticas	-	-
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(201.217)	(190.802)
Transferências de Stage (líquidas)	-	-
Vendas de Crédito	-	-
Utilizações de Imparidade	-	-
Write-offs	-	-
Recuperações de <i>write-off</i>	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade	213.552	22.750

Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Securitizações	76.077.368	60.891.968
	76.077.368	60.891.968

Em 31 de dezembro e 30 de junho de 2020 os títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

31.12.2019					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	61.938.000	61.963.646
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	7.004.497
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.109.225
				76.038.000	76.077.368

30.06.2020					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	46.769.205	46.782.283
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	7.003.124
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.106.561
				60.869.205	60.891.968

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2019 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, verificaram-se os seguintes movimentos nesta rubrica:

31.12.2019						
Denominação	Saldo inicial	Alterações no perímetro de consolidação	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Chaves Funding No.7	-	201.660.418	-	(201.600.000)	(60.418)	-
Ulisses Finance No.1	-	101.060.139	-	(25.007.517)	24.746	76.077.368
	-	302.720.556	-	(226.607.517)	(35.672)	76.077.368

30.06.2020						
Denominação	Saldo inicial	Alterações no perímetro de consolidação	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Chaves Funding No.7	-	-	-	-	-	-
Ulisses Finance No.1	76.077.368	-	-	(14.780.716)	(404.683)	60.891.968
	76.077.368	-	-	(14.780.716)	(404.683)	60.891.968

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

	31.12.2019						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	17.073	-	17.073	-	76.060.295	76.060.295	76.077.368
	17.073	-	17.073	-	76.060.295	76.060.295	76.077.368

	30.06.2020						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	10.774	-	10.774	-	60.881.194	60.881.194	60.891.968
	10.774	-	10.774	-	60.881.194	60.881.194	60.891.968

10. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, no **Grupo** a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2019	30.06.2020
Crédito vivo	884.922.781	993.805.846
Crédito habitação	405.168.238	473.122.107
Crédito automóvel	469.774.742	511.920.272
Locação financeira	8.977.360	7.716.054
Descobertos em depósitos à ordem	1.002.441	1.047.413
Outros créditos	-	-
Crédito vencido	4.875.990	6.302.977
Crédito vencido - menos de 90 dias	740.614	857.863
Crédito vencido - mais de 90 dias	4.135.376	5.445.114
	889.798.770	1.000.108.823
Imparidade para riscos de crédito	(3.978.200)	(11.759.401)
	885.820.571	988.349.422

O escalonamento do crédito a clientes bancários por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, apresenta-se como segue:

	31.12.2019						Total	
	Corrente			Não corrente				
	À vista / Indeterminado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos		Total
Crédito habitação	563	2.963.207	8.424.196	11.387.966	22.801.200	370.979.635	393.780.835	405.168.801
Crédito automóvel	3.120.988	21.508.729	53.448.350	78.078.067	138.181.295	256.636.368	394.817.663	472.895.730
Locação financeira	445.221	671.623	1.843.173	2.960.017	3.962.260	2.500.304	6.462.564	9.422.580
Descobertos em depósitos à ordem	1.682.194	-	-	1.682.194	-	-	-	1.682.194
Outros créditos	629.465	-	-	629.465	-	-	-	629.465
	5.878.431	25.143.559	63.715.719	94.737.709	164.944.755	630.116.307	795.061.062	889.798.770

	30.06.2020						Total	
	Corrente			Não corrente				
	À vista / Indeterminado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos		Total
Crédito habitação	271	3.282.743	9.865.956	13.148.970	26.687.403	433.286.005	459.973.408	473.122.378
Crédito automóvel	4.592.694	21.255.047	58.148.228	83.995.968	149.259.200	283.257.797	432.516.997	516.512.965
Locação financeira	188.057	412.702	1.846.413	2.447.172	3.404.025	2.052.916	5.456.941	7.904.112
Descobertos em depósitos à ordem	1.945.292	-	-	1.945.292	-	-	-	1.945.292
Outros créditos	624.076	-	-	624.076	-	-	-	624.076
	7.350.390	24.950.492	69.860.596	102.161.478	179.350.628	718.596.717	897.947.345	1.000.108.823

A repartição desta rubrica por tipo de taxa apresenta-se como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Taxa fixa	427.176.016	472.482.731
Taxa variável	462.622.754	527.626.092
	889.798.770	1.000.108.823
Imparidade para riscos de crédito	(3.978.200)	(11.759.401)
	885.820.571	988.349.422

A análise desta rubrica, a 31 de dezembro de 2019 e a 30 de junho de 2020, por tipo de colateral é apresentada como segue:

	31.12.2019				
	Crédito Vencendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	414.131.534	733.350	414.864.883	(410.314)	414.454.569
Crédito com outras garantias	463.692.443	1.651.366	465.343.809	(1.938.840)	463.404.969
Crédito sem garantias	7.098.804	2.491.274	9.590.078	(1.629.045)	7.961.033
	884.922.781	4.875.990	889.798.770	(3.978.200)	885.820.570

	30.06.2020				
	Crédito Vencendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	480.875.135	776.688	481.651.823	(1.125.989)	480.525.834
Crédito com outras garantias	483.459.149	2.351.723	485.810.872	(7.050.074)	478.760.798
Crédito sem garantias	29.471.562	3.174.566	32.646.128	(3.583.338)	29.062.790
	993.805.846	6.302.977	1.000.108.823	(11.759.401)	988.349.422

A análise da rubrica, por tipo de crédito, em 31 de dezembro de 2019 e em 30 de junho de 2020, é analisada como segue:

	31.12.2019				
	Crédito Vencendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito habitação	405.168.238	563	405.168.801	(94.675)	405.074.126
Crédito automóvel	469.774.742	3.120.988	472.895.730	(3.339.385)	469.556.345
Locação financeira	8.977.360	445.221	9.422.580	(99.647)	9.322.933
Descobertos em depósitos à ordem	1.002.441	679.753	1.682.194	(434.392)	1.247.802
Outros créditos	-	629.465	629.465	(10.101)	619.364
	884.922.781	4.875.990	889.798.770	(3.978.200)	885.820.571

	30.06.2020				
	Crédito Vencendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito habitação	473.122.107	271	473.122.378	(432.843)	472.689.534
Crédito automóvel	511.920.272	4.592.694	516.512.966	(10.583.658)	505.929.309
Locação financeira	7.716.054	188.057	7.904.111	(28.709)	7.875.403
Descobertos em depósitos à ordem	1.047.413	897.879	1.945.292	(695.671)	1.249.621
Outros créditos	-	624.076	624.076	(18.521)	605.555
	993.805.846	6.302.977	1.000.108.823	(11.759.401)	988.349.422

A análise do crédito a clientes por setores de atividade, a 31 de dezembro de 2019 e a 30 de junho de 2020, apresenta-se como segue:

	31.12.2019				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas					
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	1.111.340	8.581	1.119.921	(19.854)	1.100.067
Indústrias extrativas	22.559	-	22.559	(130)	22.430
Indústrias transformadora	3.414.359	82.939	3.497.297	(53.265)	3.444.032
Água	192.904	5.712	198.615	(5.806)	192.809
Construção	8.289.160	198.054	8.487.214	(46.230)	8.440.985
Comércio por grosso e a retalho	5.370.786	654.597	6.025.382	(41.074)	5.984.309
Transportes e armazenamento	1.459.131	27.086	1.486.217	(35.098)	1.451.119
Restaurantes e hotéis	1.969.233	15.598	1.984.831	(40.979)	1.943.852
Informação e comunicação	347.009	1.459	348.467	(2.804)	345.663
Setor financeiro e segurador	167.845	702	168.547	(2.503)	166.044
Atividades imobiliárias	1.788.935	10.730	1.799.665	(12.427)	1.787.238
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.107.319	7.105	1.114.424	(12.141)	1.102.283
Atividades de serviços administrativos e de suporte	1.611.610	289.475	1.901.084	(19.749)	1.881.336
Educação	648.410	997	649.407	(4.634)	644.773
Serviços de saúde e assistência social	876.026	851	876.878	(14.683)	862.195
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	478.756	2.074	480.830	(9.266)	471.564
Outros serviços	14.038.952	34.985	14.073.937	(106.888)	13.967.049
Particulares					
Habitação	405.168.238	563	405.168.801	(94.675)	405.074.126
Consumo	436.860.210	3.534.481	440.394.691	(3.455.994)	436.938.697
	884.922.781	4.875.989	889.798.770	(3.978.200)	885.820.570

	30.06.2020				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas					
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	1.159.807	11.769	1.171.576	(41.024)	1.130.552
Indústrias extrativas	61.601	0	61.601	(623)	60.979
Indústrias transformadora	3.026.466	90.668	3.117.133	(96.653)	3.020.481
Água	168.350	5.712	174.062	(5.847)	168.215
Construção	6.946.541	333.781	7.280.322	(179.690)	7.100.632
Comércio por grosso e a retalho	4.717.500	419.204	5.136.705	(8.880)	5.127.824
Transportes e armazenamento	1.340.243	19.947	1.360.191	(78.754)	1.281.437
Restaurantes e hotéis	1.697.775	19.975	1.717.750	(71.787)	1.645.963
Informação e comunicação	307.593	1.459	309.052	(3.116)	305.937
Setor financeiro e segurador	129.807	1.463	131.270	(2.842)	128.428
Atividades imobiliárias	1.489.411	11.450	1.500.861	(18.795)	1.482.066
Atividades profissionais, científicas e técnicas	968.598	7.326	975.924	(26.439)	949.485
Atividades de serviços administrativos e de suporte	1.439.418	289.684	1.729.101	(34.228)	1.694.873
Educação	605.208	763	605.971	(11.206)	594.765
Serviços de saúde e assistência social	822.654	3.709	826.362	(31.325)	795.037
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	446.192	6.139	452.331	(30.458)	421.873
Outros serviços	19.135.819	113.536	19.249.355	(420.952)	18.828.403
Particulares					
Habitação	473.122.107	271	473.122.378	(432.843)	472.689.534
Consumo	476.220.757	4.966.121	481.186.877	(10.263.940)	470.922.937
	993.805.846	6.302.977	1.000.108.823	(11.759.401)	988.349.422

A carteira de crédito total detalhada por stage segundo definido na IFRS 9 é apresentada como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Stage 1	834.895.752	925.548.571
Valor Bruto	836.958.434	930.418.542
Imparidade	(2.062.682)	(4.869.971)
Stage 2	39.336.322	47.844.601
Valor Bruto	40.207.967	50.234.134
Imparidade	(871.645)	(2.389.533)
Stage 3	11.588.496	14.956.250
Valor Bruto	12.632.369	19.456.147
Imparidade	(1.043.873)	(4.499.897)
	885.820.571	988.349.422

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, realizadas através de *Special Purpose Entities* (SPE) e sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	31.12.2019	30.06.2020
Valor dos pagamentos mínimos futuros	9.632.194	8.330.454
Juros ainda não devidos	(654.835)	(614.400)
Valor presente	8.977.360	7.716.054

O valor dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação financeira, por prazos de maturidade é analisado como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Até 1 ano	2.532.976	2.281.079
1 ano até 5 anos	5.835.429	4.977.675
Mais de 5 anos	1.263.789	1.071.700
Valor dos pagamentos mínimos futuros	9.632.194	8.330.454

A análise dos contratos de locação financeira por tipo de cliente é apresentada como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Particulares	1.097.230	1.015.855
Habituação	95.072	92.179
Consumo	-	-
Outros	1.002.158	923.676
Empresas	7.880.129	6.700.199
Mobiliário	634.577	570.875
Imobiliário	7.245.552	6.129.325
Valor presente	8.977.360	7.716.054

Perdas por imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o movimento ocorrido no **Grupo** em "Imparidade para riscos de crédito" (Nota 13) foi como segue:

	31.12.2019							Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Movimentos PPA	Alteração do perímetro consolidação	
Ativos não correntes								
Crédito a clientes bancários	225.968	2.298.517	(1.777.703)	(469.677)	611.781	(5.446.614)	7.149.174	2.591.450
	225.968	2.298.517	(1.777.703)	(469.677)	611.781	(5.446.614)	7.149.174	2.591.450
Ativos correntes								
Crédito a clientes bancários	231.556	5.409.498	(2.876.295)	(705.364)	(611.781)	(12.694.345)	12.633.482	1.386.750
	231.556	5.409.498	(2.876.295)	(705.364)	(611.781)	(12.694.345)	12.633.482	1.386.750
	457.525	7.708.015	(4.653.998)	(1.175.041)	-	(18.140.959)	19.782.656	3.978.200

	30.06.2020							Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Alteração do perímetro consolidação	
Ativos não correntes								
Crédito a clientes bancários	2.591.450	5.509.123	(298.704)	(12.540)	174.457	212.124	-	8.175.909
	2.591.450	5.509.123	(298.704)	(12.540)	174.457	212.124	-	8.175.909
Ativos correntes								
Crédito a clientes bancários	1.386.750	2.414.642	(130.922)	(5.496)	(174.457)	92.974	-	3.583.492
	1.386.750	2.414.642	(130.922)	(5.496)	(174.457)	92.974	-	3.583.492
	3.978.200	7.923.765	(429.626)	(18.036)	-	305.098	-	11.759.401

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de crédito a clientes bancários do período findo em 30 de junho de 2020 respeitantes ao **Grupo**, no montante de 7.494.139 Euros (711.871 Euros em 30 de junho de 2019) foram registadas na rubrica de "Imparidade de outros ativos financeiros bancários (perdas/reversões)".

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, detalham-se como segue:

	31.12.2019			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo inicial	184.341	67.195	205.989	457.525
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	2.553.925	305.614	230.886	3.090.425
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(842.651)	1.469.995	(49.602)	577.742
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	-	-	-	-
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(139.146)	(64.702)	(410.302)	(614.150)
Write-offs	-	-	(1.175.041)	(1.175.041)
Alterações no modelo e metodologias	-	-	-	-
Transferências para:				
Stage 1	403.848	(373.530)	(30.318)	-
Stage 2	(82.928)	121.868	(38.940)	-
Stage 3	(14.707)	(717.728)	732.435	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	62.932	1.578.765	1.641.697
Imparidade	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200
<i>Dos quais: POCI</i>	-	-	(1.293.376)	(1.293.376)

	30.06.2020			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo inicial	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1.039.816	285.814	36.714	1.362.344
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	1.600.812	1.791.914	3.086.983	6.479.709
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	-	-	-	-
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(104.629)	(19.950)	(223.334)	(347.914)
Write-offs	-	-	(18.036)	(18.036)
Alterações no modelo e metodologias	-	-	-	-
Transferências para:				
Stage 1	437.564	(337.940)	(99.624)	-
Stage 2	(144.741)	178.071	(33.330)	-
Stage 3	(23.906)	(534.616)	558.523	-
Variações cambiais e outros movimentos	2.373	154.595	148.129	305.098
Imparidade	4.869.971	2.389.533	4.499.897	11.759.401
<i>Dos quais: POCI</i>	-	-	(822.338)	(822.338)

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2019			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo inicial	184.341	67.195	205.989	457.525
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	1.572.128	1.710.907	(229.018)	3.054.017
Transferências de Stage (líquidas)	306.213	(969.390)	663.177	-
Vendas de Crédito	-	-	-	-
Utilizações de Imparidade	-	-	-	-
Write-offs	-	-	(1.175.041)	(1.175.041)
Recuperações de <i>write-off</i>	-	-	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	62.932	1.578.765	1.641.697
Imparidade	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200

	30.06.2020			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo inicial	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	2.535.998	2.057.778	2.900.363	7.494.139
Transferências de Stage (líquidas)	268.916	(694.485)	425.568	-
Vendas de Crédito	-	-	-	-
Utilizações de Imparidade	-	-	-	-
Write-offs	-	-	(18.036)	(18.036)
Recuperações de <i>write-off</i>	-	-	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	2.373	154.595	148.129	305.098
Imparidade	4.869.971	2.389.533	4.499.897	11.759.401

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente do **Grupo** apresentava a seguinte composição:

	31.12.2019	30.06.2020
Diferimentos ativos		
Correntes		
Rendas a pagar	1.391.768	1.537.277
Subsídios de Refeição	1.486.218	1.461.654
Outros	4.427.275	7.445.392
	7.305.261	10.444.323
Diferimentos passivos		
Não correntes		
Subsídios ao investimento	294.490	288.890
	294.490	288.890
Correntes		
Subsídios ao investimento	11.201	11.201
Passivos resultantes de contratos	1.533.212	1.608.135
Outros	1.910.064	1.467.787
	3.454.477	3.087.122
	3.748.967	3.376.012

A variação da rubrica “Outros diferimentos ativos” resulta essencialmente da renovação de contratos de licenciamento de *software* e de contratos de seguros.

A rubrica “Passivos resultantes de contratos” decorre da aplicação da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes e representa o valor já faturado, mas ainda não reconhecido em resultados por ainda não se encontrarem ainda satisfeitas as “*performance obligations*”, tal como preconizado na norma.

Os “Passivos resultantes de contratos” reconhecidos pelo **Grupo** respeitam essencialmente a valores relativos a selos e pré-pagos de correio azul e correio verde no valor de 871.156 euros (1.028.940 euros em 31 de dezembro de 2019) e a objetos faturados e não entregues a 30 de junho de 2020 do segmento expresso, no valor 736.978 euros (504.272 euros em 31 de dezembro de 2019), cujo rédito é reconhecido no momento da entrega no mês seguinte.

O rédito reconhecido pelo **Grupo** no período, incluído no saldo dos passivos resultantes de contratos no início do período ascendeu a 754.504 Euros.

Não foram reconhecidos “Ativos resultantes de contratos” associados à aplicação da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Numerário	59.266.424	61.971.706
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	182.192.757	85.583.790
Disponibilidades em Bancos Centrais	29.497.627	119.449.269
Disponibilidades em outras instituições de crédito	107.376.274	26.863.599
Depósitos a prazo	64.662.643	102.721.141
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	442.995.724	396.589.505
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	(25.924.034)	(14.192.600)
Cheques a cobrar / Compensação de cheques	(2.226.045)	(3.747.910)
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias	19.924	26.931
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	414.865.569	378.675.926

Em conformidade com o disposto no Regulamento (EU) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal correspondem a 1% dos depósitos e outras responsabilidades.

Assim, a Rubrica “Disponibilidades em Bancos Centrais” inclui, a 30 de junho de 2020, um valor total de depósitos à ordem no Banco de Portugal no montante de 119.449.269 Euros, dos quais 14.192.600 Euros se encontravam afetos ao cumprimento das supra mencionadas disponibilidades mínimas obrigatórias no Banco de Portugal.

Imparidade

No âmbito da IFRS 9 – Instrumentos financeiros o Grupo passou a reconhecer imparidade sobre a exposição a títulos, depósitos bancários e outras aplicações financeiras. Assim, no ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas de depósitos e aplicações bancárias” (Nota 13) referente ao **Grupo**, foi como segue:

	31.12.2019				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	21.295	5.351	(6.723)	-	19.924
	21.295	5.351	(6.723)	-	19.924

	30.06.2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	19.924	12.378	(5.371)	-	26.930
	19.924	12.378	(5.371)	-	26.930

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) do período findo em 30 de junho de 2020 respeitantes ao **Grupo**, no montante de 7.007 Euros (7.635 Euros em 30 de junho de 2019) foram registadas na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)”.

13. Perdas por imparidade acumuladas

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2019 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade do **Grupo**:

	31.12.2019							Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Alteração do perímetro de consolidação	Movimentos PPA	
Ativos não correntes								
Ativos fixos tangíveis	24.256	-	(83)	-	-	-	-	24.173
Propriedades de investimento	1.243.502	-	(494.358)	-	-	-	-	749.144
	1.267.758	-	(494.442)	-	-	-	-	773.316
Títulos de dívida	164.883	31.531	(83.821)	(299)	57.147	-	-	169.441
Outros ativos não correntes	1.982.890	-	-	-	116.906	-	-	2.099.796
Crédito a clientes bancários	225.968	2.298.517	(1.777.703)	(469.674)	611.781	7.149.174	(5.446.614)	2.591.449
Outros ativos financeiros bancários	217.751	91.523	(244.428)	-	101.403	-	-	166.249
	2.591.492	2.421.571	(2.105.952)	(469.973)	887.237	7.149.174	(5.446.614)	5.026.935
	3.859.250	2.421.571	(2.600.394)	(469.973)	887.237	7.149.174	(5.446.614)	5.800.251
Ativos correntes								
Contas a receber	33.436.621	7.204.092	(766.236)	(1.892.645)	-	-	-	37.981.832
Crédito a clientes bancários	231.556	5.409.498	(2.876.295)	(705.365)	(611.781)	12.633.482	(12.694.345)	1.386.750
Títulos de dívida	145.733	2.678	(370)	(86.758)	(57.147)	-	-	4.136
Outros ativos correntes	7.516.988	1.585.794	(100.275)	(554.795)	(105.979)	-	-	8.341.734
Outros ativos financeiros bancários	207.945	249.671	(126.763)	-	(112.330)	4.011.236	-	4.229.759
Depósitos e aplicações bancárias	21.295	5.352	(6.723)	-	-	-	-	19.923
	41.560.139	14.457.085	(3.876.662)	(3.239.562)	(887.237)	16.644.718	(12.694.345)	51.964.134
Ativos não correntes detidos para venda	-	9	(3.059)	-	-	187.659	-	184.609
	-	9	(3.059)	-	-	187.659	-	184.609
Mercadorias	1.824.111	313.018	(1.129)	(19.695)	-	-	-	2.116.305
Matérias-primas, sub. e de consumo	633.526	91.662	-	-	-	-	-	725.188
	2.457.637	404.680	(1.129)	(19.695)	-	-	-	2.841.493
	44.017.776	14.861.773	(3.880.850)	(3.259.257)	(887.237)	16.832.377	(12.694.345)	54.990.236
	47.877.025	17.283.344	(6.481.244)	(3.729.231)	-	23.981.551	(18.140.959)	60.790.487

Grupo	30.06.2020							Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Alteração do perímetro de consolidação	Outros movimentos	
Ativos não correntes								
Ativos fixos tangíveis	24.173	-	-	-	-	-	-	24.173
Propriedades de investimento	749.144	-	-	-	-	-	-	749.144
	773.316	-	-	-	-	-	-	773.317
Títulos de dívida	169.441	38.981	(8.165)	-	(10.821)	-	-	189.436
Outros ativos não correntes	2.099.796	-	-	-	364.519	-	-	2.464.315
Crédito a clientes bancários	2.591.449	5.509.123	(298.704)	(12.540)	174.457	-	212.124	8.175.909
Outros ativos financeiros bancários	166.249	3.332	(43.616)	-	(121.161)	-	-	4.804
	5.026.935	5.551.436	(350.485)	(12.540)	406.994	-	212.124	10.834.465
	5.800.251	5.551.436	(350.485)	(12.540)	406.994	-	212.124	11.607.782
Ativos correntes								
Contas a receber	37.981.832	3.122.749	(785.482)	(452.029)	-	-	-	39.867.071
Crédito a clientes bancários	1.386.750	2.414.642	(130.922)	(5.496)	(174.457)	-	92.974	3.583.491
Títulos de dívida	4.136	3.112	(768)	-	10.822	-	-	17.302
Outros ativos correntes	8.341.734	1.427.021	(10.001)	(49.823)	190.435	-	-	9.899.366
Outros ativos financeiros bancários	4.229.759	29.581	(1.113.031)	-	121.161	-	-	3.267.470
Depósitos e aplicações bancárias	19.923	12.378	(5.371)	-	-	-	-	26.930
	51.964.134	7.009.483	(2.045.575)	(507.348)	147.961	-	92.974	56.661.630
Ativos não correntes detidos para venda	184.609	73.804	-	-	-	-	-	258.413
	184.609	73.804	-	-	-	-	-	258.413
Mercadorias	2.116.305	373.003	-	(104.705)	-	-	-	2.384.603
Matérias-primas, sub. e de consumo	725.188	-	(3.510)	(2.255)	-	-	-	709.423
	2.841.493	373.003	(13.510)	(106.960)	-	-	-	3.094.026
	54.990.236	7.456.290	(2.059.085)	(614.308)	147.961	-	92.974	60.014.069
	60.790.487	13.007.726	(2.409.570)	(626.848)	554.955	-	305.098	71.621.851

Com referência a 30 de junho de 2020, o Grupo procedeu à revisão das expected credit losses (“ECL”) a aplicar aos valores a receber e depósitos bancários, tendo procedido à reformulação dos parâmetros de risco de forma a fazer refletir na componente de *forward looking* a deterioração económica decorrente da situação da COVID-19, considerando para o efeito a conjugação das projeções de evolução da taxa de desemprego e do PIB. Esta revisão de parâmetros teve um impacto de cerca de 3,2 M€ nas contas consolidadas do Grupo.

14. Capital

Em 30 de junho de 2020 o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, conforme informação reportada, resumem-se como segue:

31.12.2019			
Acionista	Nº ações	%	Valor nominal
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	19.271.134	12,847%	9.635.567
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	353.185	0,235%	176.593
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾	Total	13,083%	9.812.160
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽²⁾	8.759.082	5,839%	4.379.541
GreenWood Investors LLC ⁽²⁾	Total	5,839%	4.379.541
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽³⁾	8.492.745	5,662%	4.246.373
Indumenta Pueri, S.L. ⁽³⁾	Total	5,662%	4.246.373
Norges Bank	Total	3,890%	2.917.245
BlackRock, Inc. ⁽⁴⁾	Total	2,998%	2.248.432
BBVA Asset Management, SA SGIIC ⁽⁵⁾	Total	2,330%	1.747.750
Wellington Management Group LLP ⁽⁶⁾	Total	2,214%	1.660.610
BPI Gestão de Activos ⁽⁷⁾	Total	2,030%	1.522.154
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁸⁾	Total	0,000%	1
Restantes acionistas	Total	61,954%	46.465.737
Total	150.000.000	100,000%	75.000.000

- (1) Inclui 19.146.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. e 124.319 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração, de que Duarte Palma Leal Champalimaud, membro não executivo do CA dos CTT, é Vice-Presidente. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.
- (2) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC.
- (3) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L..
- (4) A cadeia completa de empresas controladas pelo BlackRock, Inc. através das quais os direitos de voto e/ou os instrumentos financeiros são efetivamente detidos consta do anexo ao comunicado de participação qualificada publicado no site dos CTT (www.ctt.pt) em 14 de novembro de 2019.
- (5) O BBVA Asset Management, SA, SGIIC exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome dos fundos BBVA BOLSA FI, BBVA BOLSA EURO FI, BBVA BOLSA EUROPA FI e BBVA BOLSA PLUS FI na qualidade de sociedade gestora. A Cidessa Uno SL é a entidade controladora direta do BBVA Asset Management, SA, SGIIC.
- (6) A cadeia completa de empresas controladas através da qual os direitos de voto são detidos consta do anexo ao comunicado de participação qualificada publicado no site dos CTT (www.ctt.pt) em 2 de dezembro de 2019.
- (7) Participação correspondente ao conjunto de ações dos CTT detidas por fundos de investimento mobiliários portugueses geridos pela BPI Gestão de Activos bem como detidos por carteiras relativamente às quais a BPI Gestão de Activos Fundos tem a respetiva gestão discricionária.
- (8) Em 31 de janeiro de 2017, e em execução da política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos para o mandato 2014/2016 e do Plano de Atribuição de Ações a Administradores executivos aprovado pela Assembleia Geral em 5 de maio de 2015, procedeu-se à atribuição de um total de 600.530 ações próprias representativas de 0,400% do capital social aos Administradores Executivos da Sociedade, a título de remuneração variável a longo prazo. Na presente data, os CTT são assim detentores de 1 ação própria correspondente a 0,000% do capital social, com o valor nominal de 0,50 €, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

30.06.2020

Acionista	Nº ações	%	Valor nominal
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	19.330.084	12,887%	9.665.042
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	353.185	0,235%	176.593
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾	Total 19.683.269	13,122%	9.841.635
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾	15.057.937	10,039%	7.528.969
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾	Total 15.057.937	10,039%	7.528.969
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾	9.210.000	6,140%	4.605.000
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾	Total 9.210.000	6,140%	4.605.000
Norges Bank	Total 8.741.023	5,827%	4.370.512
BBVA Asset Management, SA SGIIC ⁽⁴⁾	Total 3.495.499	2,330%	1.747.750
BPI Gestão de Activos ⁽⁵⁾	Total 3.044.307	2,030%	1.522.154
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁶⁾	Total 1	0,000%	1
Restantes acionistas	Total 90.767.964	60,512%	45.383.982
Total	150.000.000	100,000%	75.000.000

- (1) Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração, de que Duarte Palma Leal Champalimaud, membro não executivo do CA dos CTT, é Vice-Presidente. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.
- (2) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L..
- (3) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC..
- (4) O BBVA ASSET MANAGEMENT, SA, SGIIC exerce os direitos de voto não em seu nome próprio mas em nome dos fundos BBVA BOLSA FI, BBVA BOLSA EURO FI, BBVA BOLSA EUROPA FI e BBVA BOLSA PLUS FI na qualidade de sociedade gestora. A Cidessa Uno SL é a entidade controladora direta do BBVA ASSET MANAGEMENT, SA, SGIIC.
- (5) Participação correspondente ao conjunto de ações dos CTT detidas por fundos de investimento mobiliários portugueses geridos pela BPI Gestão de Activos bem como detidos por carteiras relativamente às quais a BPI Gestão de Activos Fundos tem a respetiva gestão discricionária.
- (6) Em 31 de janeiro de 2017, e em execução da política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos para o mandato 2014/2016 e do Plano de Atribuição de Ações a Administradores executivos aprovado pela Assembleia Geral em 5 de maio de 2015, procedeu-se à atribuição de um total de 600.530 ações próprias representativas de 0,400% do capital social aos Administradores Executivos da Sociedade, a título de remuneração variável a longo prazo. Na presente data, os CTT são assim detentores de 1 ação própria correspondente a 0,000% do capital social, com o valor nominal de 0,50 €, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados

Ações Próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva não distribuível de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 30 de junho de 2020 os CTT são detentores de 1 ação própria, com o valor nominal de 0,50€, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas ações encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, a rubrica de “Reservas” do Grupo apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2019				Total
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	
Saldo inicial	15.000.000	8	270	50.836.597	65.836.875
Justo valor de ativos	-	-	15.720	-	15.720
Saldo final	15.000.000	8	15.990	50.836.597	65.852.595

	30.06.2020				Total
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	
Saldo inicial	15.000.000	8	15.990	50.836.597	65.852.595
Justo valor de ativos	-	-	355.891	-	355.891
Saldo final	15.000.000	8	371.881	50.836.597	66.208.486

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias (CTT, S.A.)

Em 30 de junho de 2020 esta rubrica inclui o montante de 8 Euros relativos à reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Resultados Transitados

No ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados” do Grupo:

	31.12.2019	30.06.2020
Saldo inicial	4.378.984	10.867.301
Aplicação do resultado líquido do período anterior	21.499.271	29.196.933
Distribuição de dividendos	(15.000.000)	-
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	(10.954)	(4.164)
Outros movimentos	-	(46.047)
Saldo final	10.867.301	40.014.024

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha.

No ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 os movimentos ocorridos nesta rubrica do **Grupo** foram os seguintes:

	31.12.2019	30.06.2020
Saldo inicial	(30.993.430)	(49.744.144)
Ganhos/perdas atuariais (Nota 31)	(25.769.253)	-
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais (Nota 49)	7.018.539	-
Saldo final	(49.744.144)	(49.744.144)

16. Dividendos

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2018, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 23 de abril de 2019, a distribuição de dividendos no montante de 15.000.000 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,10 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, o qual ascendeu a 0,10 Euros.

Na Assembleia Geral que ocorreu no dia 29 de abril de 2020, foi proposto e aprovado, a não distribuição de dividendos, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019. O valor do resultado líquido no montante de 29.196.933 Euros foi transferido para resultados transitados.

17. Resultados por ação

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020, os resultados por ação foram calculados como segue:

	30.06.2019	30.06.2020
Resultado líquido do período	8.988.445	(1.984.332)
Nº médio de ações ordinárias	149.999.999	149.999.999
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,06	(0,01)
Diluído	0,06	(0,01)

O número médio de ações é analisado como segue:

	30.06.2019	30.06.2020
Ações emitidas no início do exercício	150.000.000	150.000.000
Efeito ações próprias	1	1
N.º médio de ações durante o período	149.999.999	149.999.999

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo **Grupo**.

Em 30 de junho de 2020 o número de ações próprias em carteira é de 1, sendo o seu número médio no período findo em 30 de junho de 2020 de 1, refletindo o facto de não terem ocorrido aquisições ou alienações/entregas no referido período.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, a rubrica de “Financiamentos obtidos” do **Grupo** apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2019	30.06.2020
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	81.702.538	81.803.310
Passivos de locação	66.895.396	67.563.124
	148.597.934	149.366.434
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	9.749.470	9.748.498
Passivos de locação	17.064.097	19.946.291
	26.813.567	29.694.789
	175.411.501	179.061.223

A 30 de junho de 2020, as taxas de juro aplicadas aos Empréstimos bancários encontravam-se entre 1,25% e 1,875% (31 de dezembro de 2019: 1,25% e 1,875%).

Empréstimos bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, o detalhe dos empréstimos bancários do **Grupo** era o seguinte:

	31.12.2019			30.06.2020		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Millennium BCP	11.250.000	9.749.470	-	11.250.000	9.748.498	-
BBVA / Bankinter	75.000.000	-	46.891.381	-	-	47.118.398
Novo Banco	35.000.000	-	34.811.157	-	-	34.684.912
Banco Montepio	-	-	-	25.000.000	-	-
BIM - (Moçambique)	44.870	-	-	40.928	-	-
Outros empréstimos						
BIM - (Moçambique)	-	-	-	-	-	-
	121.294.870	9.749.470	81.702.538	36.290.928	9.748.498	81.803.310

Foi assinado no dia 27 setembro de 2017 um contrato de financiamento entre os CTT e os bancos BBVA e Bankinter pelo prazo inicial de 5 anos no montante total de 90 milhões de Euros, com a possibilidade de utilização dos fundos até setembro de 2018. Na sequência da não utilização de qualquer montante até à data mencionada, o contrato foi renegociado em 27 de setembro de 2018, tendo o montante global sido alterado para 75 milhões de Euros mas mantendo-se o prazo de 1 ano para a utilização dos fundos. Com referência a 31 de dezembro de 2018, foi utilizado o montante de 25 milhões de Euros, apresentado no balanço líquido de comissões no valor de 24.276.250 Euros. Em 30 de junho de 2020 aquele montante correspondia a 47.118.398 Euros, o restante valor disponibilizado não foi, por decisão da empresa, alvo de utilização.

Em 22 de abril de 2019 foi assinado um contrato de abertura de crédito simples entre os CTT e o Novo Banco pelo prazo de 60 meses, com 2 anos de carência, podendo ser prorrogado pelo período de 24 meses, pelo montante total de 35 milhões de Euros. Com referência a 30 de junho de 2020, os 35 milhões foram utilizados sendo apresentado no balanço líquido de comissões no valor de 34.684.912 Euros.

Foi assinado no dia 21 de maio de 2020 um Contrato de Colocação de Emissão Parricular de Papel Comercial no montante máximo de 25 milhões de Euros, com o prazo de 3 anos, renovável por igual período. Com referência a 30 de junho de 2020, não foi utilizado qualquer montante.

Os empréstimos bancários obtidos estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de *Cross default*, *Negative Pledge* e limites ao valor de Assets Disposal. Adicionalmente, os empréstimos obtidos exigem ainda o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA e autonomia financeira. O cumprimento dos *covenants* financeiros são monitorizados regularmente pelo Grupo, sendo o seu cumprimento aferido pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro.

Passivos de Locação

O **Grupo** apresenta responsabilidades com locações cujos pagamentos futuros, não descontados e valores descontados apresentados na posição financeira, são detalhados como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Até 1 ano	20.168.630	26.014.237
Entre 1 ano e 5 anos	63.131.546	59.897.514
A mais de 5 anos	14.737.518	19.856.472
Total de passivos de locação não descontados	98.037.694	105.768.224
Corrente	17.064.097	19.946.291
Não corrente	66.895.396	67.563.124
Passivos de locação incluídos na posição financeira	83.959.493	87.509.415

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas detalham-se como segue:

	30.06.2019	Grupo 30.06.2020
Juros dos passivos de locação (nota 24)	1.886.770	1.641.275
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de locação	1.120.343	1.631.095

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa detalham-se como segue:

	30.06.2019	Grupo 30.06.2020
Total de pagamentos de locações	(13.793.455)	(13.399.816)

A movimentação ocorrida nos direitos de uso subjacentes a estes passivos de locação pode ser analisada na nota 4.

19. Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos

Provisões

No ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados o **Grupo** constituíram "Provisões" que apresentaram o seguinte movimento:

	31.12.2019					Alteração no perímetro de consolidação	Movimentos PPA	Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências			
Provisões não correntes								
Processos judiciais em curso	3.149.620	1.975.191	(1.652.175)	(691.483)	67.824	-	-	2.848.977
Reestruturação	1.842.159	100.826	(863.627)	(39.610)	-	-	-	1.039.748
Outras provisões	9.021.484	210.045	(675.510)	(2.942)	(67.824)	1.499.282	397.421	10.381.956
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões"	14.013.263	2.286.062	(3.191.312)	(734.035)	-	1.499.282	397.421	14.270.681
Reestruturação	1.026.902	7.504.481	-	(7.852.242)	-	-	-	679.141
Outras provisões	979.174	1.826.549	-	(120.167)	-	-	-	2.685.556
	16.019.339	11.617.093	(3.191.312)	(8.706.444)	-	1.499.282	397.421	17.635.379

	30.06.2020						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Alteração no perímetro de consolidação	
Provisões não correntes							
Processos judiciais em curso	2.848.977	373.663	(367.208)	(125.931)	13.941	-	2.743.442
Reestruturação	1.039.748	-	-	-	-	-	1.039.748
Outras provisões	10.381.956	1.029.469	(146.284)	(2.400)	(284.532)	-	10.978.209
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões"	14.270.681	1.403.132	(513.492)	(128.331)	(270.591)	-	14.761.399
Reestruturação	679.141	24.728	-	(663.075)	-	-	40.794
Outras provisões	2.685.556	-	-	(671.863)	371.820	-	2.385.513
	17.635.379	1.427.860	(513.492)	(1.463.269)	101.229	-	17.187.706

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de "Provisões (aumentos)/reversões", no montante de 196.890 Euros em 30 de junho de 2019 e 889.640 Euros em 30 de junho de 2020.

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o **Grupo**, estimadas com base em informações dos seus advogados bem como no término dos referidos processos. O valor final e o momento da ocorrência dos exfluxos associados à provisão para processos judiciais está dependente do desfecho dos respetivos processos.

A reversão da provisão constituída para processos judiciais em curso no valor de 1.652.175 Euros em 31 de dezembro de 2019 e 367.208 Euros em 30 de junho de 2020, resulta, essencialmente, de processos cuja decisão, da qual se tomou conhecimento no decurso de 2019 ou 2020, respetivamente, se revelou favorável ao Grupo, ou, não tendo sido favorável, resultou na condenação ao pagamento de valores que se revelaram inferiores aos valores estimados (e refletidos nesta rubrica de provisão).

Reestruturações

Os CTT aprovaram em 19 dezembro de 2017 um Plano de Transformação Operacional, no qual se destacam os objetivos de otimização da rede de lojas e de reforço do programa de otimização de RH. Na sequência da manutenção, em 2018 e 2019, do programa de otimização de RH, a provisão constituída para o efeito ascendia, em 30 de junho de 2020 a 40.794 Euros no **Grupo** tendo sido reconhecida na rubrica Gastos com o pessoal na demonstração dos resultados por natureza. É expectável que esta provisão seja substancialmente utilizada no ano de 2020.

As utilizações reconhecidas no mesmo período referem-se essencialmente ao pagamento das indemnizações previstas aquando da constituição provisão bem como aos gastos incorridos com o encerramento de lojas postais.

Ainda no âmbito do Plano de Transformação Operacional, na vertente de otimização da rede de distribuição e das operações de tratamento do correio, foi constituída pelo **Grupo** no período findo em 31 de dezembro de 2018, uma provisão para reestruturação no montante de 1.397.647 Euros a qual foi reconhecida na rubrica de "Provisões (aumentos) / reversões" na demonstração dos resultados por natureza. Em 31 de dezembro de 2019 na sequência de uma revisão/atualização dos critérios que lhe são subjacentes, o montante desta provisão ascendia, no **Grupo** a 1.039.748 Euros. Em 30 de junho de 2020 o valor não sofreu alterações.

Outras provisões

No período findo em 30 de junho de 2020 o montante provisionado no **Grupo** para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas e prémios de assiduidade que possam ser exigidas pelos trabalhadores, ascende nesta data a 6.775.067 Euros (6.891.248 Euros em 31 de dezembro de 2019). O valor da provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo para o exfluxo, não sendo possível estimar o momento esperado para o exfluxo na medida em que o mesmo depende do momento de instauração de processos pelos colaboradores do Grupo.

Em 30 de junho de 2020 encontra-se reconhecida na CTT Expresso, sucursal em Espanha uma provisão para fazer face à notificação emitida pela *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia*. Esta notificação foi já alvo da apresentação de recurso junto da Audiência Nacional em Espanha. O montante provisionado, que ascende a 1.400.000 Euros, resulta da avaliação efetuada pelos seus consultores legais, estando o Grupo a aguardar o desfecho do processo.

O montante provisionado na 321 Crédito, S.A. que ascende a 2.331.871 Euros a 30 de junho de 2020 (1.499.282 Euros à data da aquisição) resulta, essencialmente, da avaliação de risco associada a processos de natureza fiscal.

A 30 de junho de 2020, para além das situações acima referidas, no **Grupo** esta provisão inclui ainda:

- o montante de 71.228 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local;
- o valor de 550.000 Euros que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais;
- o montante de 309.007 Euros relativos à responsabilidade, reconhecida na empresa CTT Expresso, com um processo do foro laboral;
- o valor de 1.530.050 Euros para cobertura de gastos de acondicionamento de viaturas operacionais.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, o **Grupo** inha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

Descrição	31.12.2019	30.06.2020
Autoridade Tributária e Aduaneira	8.211.715	8.211.715
Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e		
CNMC - Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia - Espanha	3.148.845	3.148.845
PLANINOVA - Soc. Imobiliária, S.A.	2.033.582	2.033.582
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1.792.886	1.792.886
O Feliz - Imobiliária	381.553	381.553
EUROGOLD	288.384	288.384
Tribunais	281.830	281.830
CIVILRIA	-	224.305
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	150.000	150.000
Autarquias	118.658	118.658
INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda	85.056	85.056
Solred	80.000	80.000
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	68.895	68.895
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA	55.000	55.000
ANA - Aeroportos de Portugal	34.000	34.000
EMEL, S.A.	26.984	26.984
Águas do Norte	23.804	23.804
Instituto de Gestão Financeira Segurança Social	21.557	21.557
Serviços Intermunicipalizados Loures e Odivelas	17.000	17.000
Direção Geral do Tesouro e Finanças	16.867	16.867
Portugal Telecom, S.A.	16.658	16.658
Refer	16.460	16.460
Outras Entidades	16.144	16.144
SMAS de Sintra	15.889	15.889
Repsol	15.000	15.000
Administração Regional de Saúde - Lisboa e Vale do Tejo	13.000	13.000
Lagos em Forma - Gestão desportiva, E.M., SA	11.000	11.000
Águas do Porto, E.M	10.720	10.720
ADRA - Águas da Região de Aveiro	10.475	10.475
SMAS Torres Vedras	9.910	9.910
Promodois	6.273	6.273
Consejería Salud	4.116	4.116
Instituto do Emprego e Formação Profissional	3.718	3.718
EMARP - Empresa de Águas e Resíduos de Portimão	3.100	3.100
IFADAP	1.746	1.746
ADAM - Águas do Alto Minho	466	466
	16.991.290	17.215.596

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias bancárias *on first demand*. Estas garantias atingem, em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, no **Grupo**, o montante de 3.826.468 Euros.

Os valores relativos à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) decorrem essencialmente de garantias prestadas no âmbito de processos de execução fiscal, surgidos na sequência do processo inspetivo em sede de IVA aos anos de 2014 e 2015. Os processos em contencioso no tribunal arbitral já foram dados como terminados com decisão favorável aos CTT, no entanto, e devido aos procedimentos administrativos envolvidos as garantias bancárias ainda não foram canceladas.

A CTT Expresso, sucursal em Espanha prestou uma garantia bancária à Sexta Secção do Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e à Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia espanhola no valor de 3.148.845 Euros, enquanto decorre o recurso apresentado pela CTT Expresso, sucursal em Espanha junto da Audiência Nacional em Espanha.

Compromissos

A 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, o **Grupo** subscreveu livranças que totalizaram um valor aproximado de 43,7 mil Euros e 38,5 mil Euros, respetivamente, a favor de diversas entidades de crédito destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de financiamento.

O **Grupo** assumiu ainda compromissos financeiros (cartas de conforto) no montante de 1.170.769 Euros relativamente à sucursal em Espanha da CTT Expresso, os quais se encontram ativos em 30 de junho de 2020.

Adicionalmente, o **Grupo** assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas no âmbito de outros contratos de locação.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis do **Grupo** encontram-se detalhadas, respetivamente nas Notas 4 e 5.

20. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020 a rubrica “Contas a pagar” referente ao **Grupo** apresentava a seguinte composição:

	31.12.2019	30.06.2020
Corrente		
Adiantamento de clientes	2.824.160	2.907.763
Vales CNP	87.890.044	97.295.333
Fornecedores c/c	76.261.148	78.046.856
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	10.560.107	12.726.303
Fornecedores de investimentos	14.189.288	5.357.212
Faturas em receção e conferência (investiment)	9.543.900	3.295.297
Valores cobrados por conta de Terceiros	8.495.311	7.247.763
Serviços financeiros postais	153.139.714	94.252.087
Adiantamentos por conta de alienações	14.108	125.081
Outras contas a pagar	10.872.886	12.042.192
	373.790.665	313.295.888
	373.790.665	313.295.888

Vales CNP

O valor de "Vales CNP" refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro/tesouro e outros vales, cuja data de liquidação deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período. O decréscimo verificado fica a dever-se, essencialmente, à redução significativa observada na subscrição de certificados do tesouro.

21. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, a rubrica "Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos" no **Grupo** apresentava a seguinte composição:

	31.12.2019	30.06.2020
Depósitos à ordem	961.771.839	1.110.558.075
Depósitos a prazo	169.581.292	165.503.361
Depósitos de poupança	152.214.134	235.829.731
Depósitos de clientes bancários	1.283.567.265	1.511.891.168
Depósitos de outras instituições de crédito	37.850.777	-
Depósitos de outras instituições de crédito	37.850.777	-
	1.321.418.042	1.511.891.168

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. Os depósitos de poupança são depósitos associados às contas à ordem e que permitem ao cliente obter uma remuneração acima daquela que é praticada pelos depósitos à ordem, sendo mobilizável a qualquer altura, não tendo limite de subscrição, e sendo possível fazer agendamentos de transferências de e para esta conta. Estes depósitos são distintos dos depósitos a prazo na medida em que estes têm data definida de constituição e maturidade, ao passo que as contas poupança são totalmente mobilizáveis sem penalização na remuneração.

O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020 detalha-se como segue:

	31.12.2019					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	1.113.985.973	-	-	-	-	1.113.985.973
Depósitos a prazo	-	53.164.869	116.416.423	-	-	169.581.292
Depósitos de clientes bancários	1.113.985.973	53.164.869	116.416.423	-	-	1.283.567.265
Depósitos de outras instituições de crédito	-	37.850.777	-	-	-	37.850.777
Depósitos de outras instituições de crédito	-	37.850.777	-	-	-	37.850.777
	1.113.985.973	53.164.869	116.416.423	-	-	1.321.418.042

	30.06.2020					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	1.346.387.807	-	-	-	-	1.346.387.807
Depósitos a prazo	-	83.648.770	81.854.591	-	-	165.503.361
Depósitos de clientes bancários	1.346.387.807	83.648.770	81.854.591	-	-	1.511.891.168
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
	1.346.387.807	83.648.770	81.854.591	-	-	1.511.891.168

A rubrica “Depósitos de outras instituições de crédito” refere-se a operações de venda com acordo de recompra de instituições de crédito no estrangeiro.

22. Imposto a receber/pagar

Em 30 de junho de 2020 esta rubrica reflete o valor da estimativa de imposto referente ao período de 2019 e ainda não pago, bem como a estimativa relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

23. Gastos com o pessoal

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020, a rubrica de “Gastos com o pessoal” relativa ao **Grupo** tinha a seguinte composição:

	30.06.2019	30.06.2020
Remunerações	132.626.124	134.012.853
Benefícios aos empregados	768.020	2.148.088
Indemnizações	7.660.871	470.758
Encargos sobre remunerações	29.364.705	29.440.691
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	2.250.894	2.181.713
Gastos de ação social	3.988.727	1.960.586
Outros gastos com o pessoal	21.610	56.648
	176.680.951	170.271.336

Remunerações

A variação na rubrica de “Remunerações” decorre essencialmente do facto de em 30 de junho de 2020 já se estar a considerar o contributo da 321 Crédito,S.A., aquisição que apenas ocorreu em maio de 2019, afetando apenas dois meses do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais dos CTT, SA, foram as seguintes:

Empresa	30.06.2019				
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	Total
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	1.340.715	94.286	27.900	14.000	1.476.901
Remuneração variável anual	-	-	-	-	-
	1.340.715	94.286	27.900	14.000	1.476.901
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	111.667	-	-	-	111.667
Remun variável Longo prazo	25.440	-	-	-	25.440
	137.107	-	-	-	137.107
	1.477.822	94.286	27.900	14.000	1.614.008
Empresa	30.06.2020				
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	Total
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	1.138.053	80.596	22.010	14.000	1.254.659
Remuneração variável anual	-	-	-	-	-
	1.138.053	80.596	22.010	14.000	1.254.659
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	150.467	-	-	-	150.467
Remun variável Longo prazo	-	-	-	-	-
	150.467	-	-	-	150.467
	1.288.520	80.596	22.010	14.000	1.405.126

No ano findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido o montante de 801.968 Euros a título de Remuneração variável anual para os membros dos Órgãos Sociais a qual foi determinada pela Comissão de Vencimentos suportada em estudo realizado por entidade independente. Devido à pandemia de COVID-19, e por deliberação da Assembleia Geral, foi aprovado o não pagamento de gratificações de balanço, estando a Remuneração variável anual suspensa.

Benefícios aos empregados

A variação registada na rubrica de “Benefícios aos empregados” reflete essencialmente a redução das responsabilidades associadas aos benefícios “Taxa de assinatura telefónica” e “Acordos suspensão de contratos de trabalho” reconhecidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Indemnizações

No período findo em 30 de junho de 2020 a rubrica “Indemnizações” inclui essencialmente indemnizações relativas a caducidade de contratos de trabalho.

Gastos de ação social

Os gastos de ação social dizem respeito, na sua quase totalidade, aos gastos de saúde suportados pelo **Grupo** com os trabalhadores que se encontram no ativo e também a gastos relacionados com a Higiene e Segurança no trabalho.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal” do **Grupo**, os montantes de 338.703 Euros e 260.596 Euros relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

No período findo em 30 de junho de 2020, o nº médio de pessoal ao serviço do **Grupo** era de 12.031 (12.247 colaboradores no período findo em 30 de junho de 2019).

24. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020, a rubrica referente a “Gastos e perdas financeiros” do **Grupo** tinha o seguinte detalhe:

	30.06.2019	30.06.2020
Juros suportados		
Financiamentos bancários	365.021	827.127
Passivos de locação	1.886.770	1.641.275
Outros juros	48	2
Gastos financeiros - Benefícios de empregados (Nota 31)	2.680.715	2.230.292
Outros gastos de financiamento	5.981	46.411
	4.938.536	4.745.106

O montante de 345.126 Euros anteriormente reportado como “Outros juros” com referência a 30 de junho de 2019 foi reclassificado para a rubrica “Financiamentos bancários”.

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020, a rubrica “Rendimentos financeiros” do **Grupo** encontrava-se detalhada como se segue:

	30.06.2019	30.06.2020
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	26.664	6.211
Outros rendimentos similares	86.745	-
	113.409	6.211

25. Impostos sobre o rendimento

As empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21%, sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 9% no montante que exceda os 35.000.000 Euros. A CTT – Expresso, S.A., sucursal em Espanha encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades ("IS") à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRPC") à taxa de 32%.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., Payshop Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A. e Banco CTT, S.A. pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto do **Grupo**, foi efetuada como segue:

	Grupo	
	30.06.2019	30.06.2020
Resultado antes de impostos (a)	14.702.756	(1.030.515)
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	3.087.579	(216.408)
Benefícios fiscais	(255.999)	(194.979)
Mais/(menos)-valias contabilísticas	(40.914)	(125.794)
Mais/(menos)-valias fiscais	9.107	71.591
Equivalência patrimonial	38.771	243.391
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	27.223	374.604
Perdas e reversões por imparidade	39.101	315.749
Indemnizações por eventos seguráveis	84.562	21.613
Depreciações e encargos com aluguer de viaturas	66.037	20.876
Créditos incobráveis	17.120	7.258
Diferença entre taxas de imposto corrente e diferido	(1.648)	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos	5.561	23.227
Outras situações, líquidas	858.776	(469.697)
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	259.955	280.463
Ajustamentos à coleta - Remuneração Variável não distribuída	253.145	898.639
Prejuízos fiscais sem imposto diferido ativo	1.035.476	-
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(830.610)	(821.163)
Subtotal (b)	4.653.242	429.370
(b)/(a)	31,65%	-41,67%
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	297.977	141.302
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	764.812	327.043
Imposto sobre o rendimento do período	5.716.031	897.715
Taxa efectiva de imposto	38,88%	-87,11%
Imposto sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	1.644.932	1.521.731
Imposto diferido	4.901.708	197.147
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(830.610)	(821.163)
	5.716.031	897.715

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, os saldos do **Grupo** referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	31.12.2019	30.06.2020
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	76.839.990	76.981.826
Benefícios aos empregados - plano pensões	84.668	82.251
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	2.868.626	2.504.279
Perdas por imparidade e provisões	5.032.656	5.034.506
Prejuízos fiscais reportáveis	1.289.985	1.289.985
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	385.810	429.714
Terrenos e edifícios	356.809	356.809
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	1.924.292	1.763.934
Outros	546.970	528.087
	89.329.806	88.971.391
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	2.137.282	2.036.976
Mais-valias suspensas	718.036	704.366
Ativos não correntes detidos para venda	83.010	83.010
Outros	19.787	57.022
	2.958.115	2.881.374

O ativo por imposto diferido relativo ao regime de reavaliação fiscal de ativos fixos tangíveis foi reconhecido na sequência da adesão da Empresa ao regime previsto Decreto-Lei nº 66/2016 de 3 de novembro. No período findo em 30 de junho de 2020 o montante ascende a 1.763.934 Euros.

A 30 de junho de 2020 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no prazo de 12 meses sejam de 2,5 milhões de Euros e 0,2 milhões de Euros, respetivamente, no que diz respeito ao **Grupo**.

No ano findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos do **Grupo** foi o seguinte:

	31.12.2019	30.06.2020
Ativos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	81.734.114	89.329.806
Alteração no perímetro de consolidação	1.679.394	-
Movimentos do período - efeitos em resultados		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(664.362)	141.835
Benefícios aos empregados - plano pensões	(10.581)	(2.417)
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	223.382	(364.347)
Perdas por imparidade e provisões	(287.039)	(92.766)
Prejuízos fiscais reportáveis	(2.904)	-
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	102.337	43.904
Terrenos e edifícios	(95.203)	-
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	(320.715)	(160.358)
Outros	(47.157)	75.734
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	7.000.770	-
Benefícios aos empregados - plano pensões	17.769	-
Outros	-	-
Saldo final	89.329.806	88.971.391

	31.12.2019	30.06.2020
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	3.108.662	2.958.115
Alteração no perímetro de consolidação	83.010	-
Movimentos do período - efeito em resultados		
Excedentes de revalorização antes IFRS	(200.606)	(100.306)
Mais-valias suspensas	(27.341)	(13.670)
Outros	(5.610)	37.235
Saldo final	2.958.115	2.881.374

Os prejuízos fiscais estão relacionados com as perdas apuradas pelas anteriores subsidiárias Tourline e Transporta (atualmente CTT Expresso, sucursal em Espanha e CTT Expresso, respetivamente), que foram objeto de fusão por incorporação na CTT – Expresso, S.A., e detalham-se como segue:

Empresa	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos
CTT Expresso, SA, Sucursal em Espanha	47.586.402	-
CTT Expresso/Transporta	6.142.786	1.289.985
Total	53.729.188	1.289.985

No caso da CTT Expresso, sucursal em Espanha (anterior Tourline) referem-se aos anos de 2008, 2009 e 2011 que podem ser reportados nos próximos 15 anos, aos prejuízos fiscais de 2012, 2013 e 2014 que podem ser reportados nos próximos 18 anos e aos prejuízos fiscais de 2015, 2016, 2017 e 2018, sem limite temporal para o seu reporte. No que respeita à CTT Expresso referem-se às perdas dos anos de 2017 e 2018 da Transporta uma vez que em 2019 esta empresa foi incorporada na CTT Expresso, as quais podem ser reportadas nos próximos 5 anos.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,2 milhões de Euros, no **Grupo**.

SIFIDE

O **Grupo** adota como política de reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE a efetiva receção da declaração da comissão certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

No que se refere às despesas incorridas com I&D pelo **Grupo** no exercício económico de 2018, no montante aproximado de 737.089 Euros, o **Grupo** terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 248.131 Euros. De acordo com a notificação da Comissão Certificadora, para despesas elegíveis incorridas com I&D no montante de 682.312 Euros foi atribuído um crédito fiscal de 230.328 Euros.

No que se refere às despesas incorridas com I&D pelo **Grupo** no exercício económico de 2019, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante aproximado de 1.422.552 Euros, tendo o **Grupo** a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) estimada em 753.235 Euros.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2017 e seguintes podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2020.

26. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente ou terceiro com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) dos CTT. Considera-se existir um “interesse comercial ou pessoal relevante” em relação (i) aos familiares próximos dos dirigentes e de acionista(s) qualificado(s) que, em cada momento, detenha(m) influência significativa (como definida supra) sobre os CTT, bem como (ii) a entidades controladas (individual ou conjuntamente) seja pelos dirigentes, seja pelos acionistas qualificados seja pelas pessoas referidas em (i). Para este efeito, considera-se existir “controlo” quando a pessoa em causa tiver, direta ou indiretamente, o poder de orientar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Por sua vez, são “familiares próximos”: (i) o cônjuge ou parceiro doméstico e (ii) os filhos e dependentes do próprio e das pessoas referida em (i).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas têm de ser aprovadas previamente pela Comissão de Auditoria dos CTT assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias.

As demais “Transações com partes relacionadas” são comunicadas à Comissão de Auditoria para efeitos da sua apreciação posterior.

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020 com referência ao **Grupo**, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	30.06.2019				
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	15.000.000
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	2.435	-	5.454	-	-
Conjuntamente controladas	1.070.835	-	173.124	34.477	-
Membros do (Nota 23)					
Conselho de Administração	-	-	-	1.340.715	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	94.286	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	27.900	-
Assembleia Geral	-	-	-	14.000	-
	1.073.270	-	178.578	1.511.378	15.000.000
	30.06.2020				
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	-
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	2.489	-	5.507	47.677	-
Conjuntamente controladas	614.767	-	621.040	-	-
Membros do					
Conselho de Administração	-	9.287	-	1.144.681	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	80.596	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	22.010	-
Assembleia Geral	-	-	-	14.000	-
	617.255	9.287	626.546	1.308.964	-

No âmbito de transações realizadas com partes relacionadas não foram assumidos compromissos, ou dadas ou recebidas quaisquer garantias para além das cartas conforto em favor da CTT Expresso, sucursal em Espanha, mencionada na Nota 19.

Não foram reconhecidas provisões para dívidas duvidosas ou gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral, são eliminadas no processo de consolidação, não sendo objeto de divulgação na presente nota.

27. Outras informações

No âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal, a 13.03.2020, os CTT invocaram caso de força maior perante o concedente, na sequência da situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 30.01.2020, e subsequente classificação da COVID-19 como uma pandemia, no dia 11 de março. Perante a gravidade e magnitude dos factos, públicos e notórios, e de modo a cumprir as instruções de saúde pública, emanadas das autoridades competentes, os CTT não puderam deixar de tomar as medidas necessárias e adequadas para proteger trabalhadores e utilizadores.

Nos termos do contrato de concessão, os CTT continuam a assegurar o funcionamento e continuidade dos serviços postais, tomando as medidas necessárias e adequadas à situação de força maior, em termos de planeamento, prevenção de operação e meios humanos, reportando diariamente o estado da situação ao Governo, na qualidade de contraparte, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do serviço universal.

Os processos judiciais relativos à Decisão da ANACOM referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do serviço postal universal, de julho de 2018, correm os seus termos. A ação arbitral intentada contra o Estado Português, na qualidade de concedente, encontra-se na fase de produção de prova. Nas ações administrativas intentadas contra a ANACOM, a primeira relativa à mesma decisão e a segunda relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos indicadores, não se registam desenvolvimentos relevantes. Recorde-se que estes processos foram motivados pelo facto de os CTT considerarem que a bateria de novos indicadores, imposta pela ANACOM em julho de 2018, sem precedente e sem paralelo ao nível europeu, seria impossível de cumprir.

Na sequência do incumprimento dos indicadores de qualidade de serviço, anunciado pelos CTT em março do corrente ano, a ANACOM emitiu no dia 27 de agosto um sentido provável de decisão que, a confirmar-se, poderá determinar a penalização de -1% à variação média anual dos cabaz dos preços do serviço postal universal, composto pelos serviços de correspondências, jornais e encomendas, sujeitos a aprovação prévia, e de -0,31% para os preços especiais (correio em quantidade).

O processo relativo à proposta de aplicação de onze multas contratuais, iniciado em 2018 pela ANACOM, no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal, com fundamento em alegados incumprimentos de obrigações resultantes do contrato, ocorridos durante os anos de 2015, 2016 e 2017, após produção adicional de prova por determinação do Concedente, aguarda ainda decisão.

Os processos de contraordenações por alegada violação da obrigação de possuir o livro de reclamações físico nos estabelecimentos a que respeita a sua atividade e pela alegada violação da obrigação de facultar imediata e gratuitamente o livro de reclamações aos utentes que o solicitaram, não tiveram desenvolvimentos significativos.

Na sequência da decisão da ANACOM sobre os resultados do sistema de contabilidade analítica de 2016, que definiu novos critérios para a repartição de gastos entre a atividade postal e a atividade bancária da Empresa, determinando a reformulação da contabilidade analítica relativa aos exercícios de 2016 e 2017 neste aspeto, os CTT entregaram os resultados reformulados relativamente àqueles anos, bem como os resultados de 2018, de acordo com os novos critérios, tal como determinado. Estão em curso as auditorias relativas aos três exercícios.

Em 30.06.2020 a ANACOM deu início a uma consulta pública relativa à prestação do serviço postal universal após o termo da atual concessão, a ocorrer em 31.12.2020, nomeadamente sobre os termos e condições que devem estar associados à prestação do serviço universal (SU) e os termos em que o SU será prestado pelo(s)

prestador(es) de serviço universal que for(em) designado(s) ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril (Lei Postal).

Para o efeito, na mesma data, a ANACOM publicou seis sentidos prováveis de decisão (SPD) sobre:

- critérios a que obedece a formação dos preços do serviço postal universal;
- parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho associados à prestação do serviço postal universal.
- distribuição de envios postais em instalações distintas do domicílio;
- conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do serviço postal universal;
- metodologia de cálculo dos custos líquidos do serviço postal universal; e
- informação a prestar pelo(s) prestador(es) de serviço postal universal aos utilizadores.

Os referidos SPD estiveram em consulta pública até 18.08.2020, tendo os CTT apresentado os seus contributos sobre cada um dos temas em apreciação. O procedimento aguarda o relatório da consulta pública e a decisão final da ANACOM.

Impacto da COVID-19

A Organização Mundial de Saúde qualificou no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia. Esta situação tem evoluído muito rapidamente, pelo que têm sido adotadas internacionalmente medidas de forte restrição dos direitos de circulação e às liberdades económicas, procurando assim prevenir a transmissão do vírus. Diversos governos, autoridades e agentes económicos estão a implementar um conjunto de iniciativas com impacto muito relevante nas populações e na atividade económica global e nacional. A pandemia de COVID-19 afetou consumidores e empresas e, apesar de o Grupo ter mantido a sua atividade e de se ter associado desde o início ao movimento “fique em casa” nas diversas geografias onde atua, concretizando várias iniciativas que tiveram o objetivo de facilitar o acesso de todos aos serviços prestados, os negócios foram em geral negativamente influenciados.

Devido ao contexto de incerteza, os CTT decidiram na Assembleia-Geral do dia 29 de abril suspender o pagamento dos dividendos de 2019 e transferir os resultados de 2019 para a rubrica de Resultados Transitados.

Neste enquadramento o Grupo tem vindo a implementar medidas adicionais para fortalecer a sua posição financeira e liquidez e assegurar a sua resposta operacional, procurando simultaneamente preservar o valor dos serviços tradicionais e apostar em novos negócios, mais ligados às plataformas digitais e *e-commerce*. A este título dá-se como exemplo os seguintes serviços criados:

- **CTT Comércio Local** é uma plataforma digital que assegura todo o processo de venda e compra a comerciantes e clientes finais. Os comerciantes podem aderir ao serviço junto da respetiva Câmara Municipal, tendo assim disponível um novo meio de venda dos seus produtos e os consumidores podem efetuar as suas compras em segurança, sem saírem de casa.
- **Lojas Online**, uma oferta que permite às PME nacionais criarem lojas online com grande facilidade para a venda dos seus produtos. Estão registadas 1 020 lojas online e no final de junho de 2020 estavam operacionais 297 lojas de diversos sectores de atividade, com ênfase nos produtos alimentares, vestuário e calçado.
- **Entrega de medicamentos ao domicílio** de cada utente, uma parceria com a Associação Nacional de Farmácias (ANF), que permite aos utentes fazerem encomendas de medicamentos diretamente às farmácias, utilizando o email ou o telefone de cada farmácia aderente, com os CTT a garantirem a entrega no dia seguinte.

- **Expresso para Hoje**, serviço online alargado para entregas urgentes de encomendas, mercadorias ou documentos, até 2 horas. Os CTT estabeleceram uma parceria com a Uber.

A área de negócio de E&E também se ressentiu do efeito da pandemia de COVID-19 sendo que o final do mês de março e o início do mês de abril foram particularmente afetados pelos efeitos das restrições impostas à maior parte dos sectores da economia. Essas restrições tiveram um forte impacto no perfil de envios, tendo-se verificado uma redução do tráfego B2B, quer de encomendas quer de carga, e tendo-se assistido a um forte crescimento da atividade de *e-commerce*. O crescimento do *e-commerce* tem desde então suportado o crescimento desta área de negócio.

A área de negócio de Serviços Financeiros & Retalho sofreu o maior impacto, observando uma redução significativa nas subscrições dos Títulos da Dívida Pública, situação a que já se assiste uma sustentada tendência de recuperação.

Na área de negócio do Banco CTT os impactos foram mais visíveis ao nível do crédito ao consumo e crédito automóvel. O volume de produção de crédito automóvel foi fortemente afetado pelo encerramento dos agentes comerciais, por força das medidas de confinamento, iniciando em meados do mês de março uma trajetória decrescente das novas propostas angariadas que se prolongou até à segunda semana do mês maio, a partir da qual se inverteu o ciclo.

No contexto da pandemia o Grupo efetuou as seguintes análises adicionais:

- Reviu as *expected credit losses* ("ECL") a aplicar aos valores a receber e depósitos bancários a 30 de junho de 2020 tendo procedido à reformulação dos parâmetros de risco de forma a fazer refletir na componente de *forward looking* a deterioração económica decorrente da situação da COVID-19, considerando para o efeito a conjugação das projeções de evolução da taxa de desemprego e do PIB. Esta revisão de parâmetros teve um impacto de cerca de 3,2 M€ nas contas consolidadas do Grupo;
- No âmbito das moratórias públicas (Decreto-Lei 10-J/2020 e Decreto-Lei 26/2020) e das moratórias setoriais (no âmbito da APB e ASFAC), o Grupo Banco CTT já aprovou 2.900 moratórias que correspondem a 66,6 M€ e que representam 7% da carteira de crédito a clientes;
- Devido à grande incerteza quanto à evolução da pandemia e aos seus reais efeitos na economia nacional e internacional, o Grupo está a atualizar os planos de negócios de 2020;
- O Grupo analisou se existem indícios adicionais de imparidade decorrentes dos impactos da COVID-19 nos resultados dos vários negócios do Grupo, de acordo com as atuais previsões, que poderiam indiciar a existência de imparidade do *goodwill* e de outros ativos não correntes, nomeadamente ativos tangíveis e ativos intangíveis, não tendo sido identificadas imparidades adicionais a reconhecer;
- Reviu a existência de contratos onerosos devido à situação atual, não tendo sido identificados contratos que devessem ser considerados como contratos onerosos;
- Monitorizou a evolução do cumprimento dos *covenants* dos financiamentos, não tendo identificado situações de incumprimento;
- Com o objetivo de fortalecer a sua posição financeira e gerir o risco de liquidez, o Grupo contratou um novo financiamento no valor de 25 M€, do qual não tinha ainda sido utilizado qualquer montante em 30 de junho de 2020;
- Reconheceu gastos incrementais associados à COVID-19, nomeadamente relativos a equipamentos de proteção individual e medidas de segurança e higienização adicionais no valor de cerca de 0,6 milhões de euros.

A 30 de junho de 2020 o Grupo recebeu cerca de 0,2 M€ relativos ao apoio às famílias no âmbito do encerramento das escolas.

Apesar da elevada incerteza quanto à evolução da pandemia e aos seus efeitos sobre os negócios do Grupo, é entendimento do Conselho de Administração que face à sua situação financeira e liquidez, o Grupo ultrapassará os impactos negativos desta crise, sem estar em causa a continuidade do negócio. A gestão irá continuar a

monitorizar a evolução desta ameaça e as suas implicações no negócio e facultar toda a informação necessária para os seus *stakeholders*.

28. Eventos subsequentes

Após 30 de junho de 2020 e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante, considerado material, para a atividade do Grupo que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



07

**Declaração
de conformidade**





Conselho de Administração

Declaração de Conformidade

Para efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”), abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas relativas ao primeiro semestre de 2020 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados dos CTT e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no primeiro semestre de 2020 e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas, bem como os principais riscos e incertezas para o segundo semestre deste exercício.

Lisboa, 31 de agosto de 2020

O Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo) do Conselho de Administração

Raul Catarino Galamba de Oliveira

Presidente Executivo (CEO)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

António Pedro Ferreira Vaz da Silva



Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (CFO)

Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

João Carlos Ventura Sousa

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (COO)

João Miguel Gaspar da Silva

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

Steven Duncan Wood

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Duarte Palma Leal Champalimaud

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz



Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Jürgen Schröder

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Margarida Maria Correia de Barros Couto

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

María del Carmen Gil Marín

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Susanne Ruoff



08

Relatório de auditoria





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração condensada da posição financeira consolidada em 30 de junho de 2020 (que evidencia um total de 2.640.262.949 euros e um total de capital próprio de 129.788.219 euros, incluindo interesses que não controlam de 294.193 euros e um resultado líquido negativo consolidado atribuível aos acionistas de 1.984.332 euros), as demonstrações condensadas consolidadas dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras condensadas consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras condensadas consolidadas de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras condensadas consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras condensadas consolidadas, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras condensadas consolidadas é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras condensadas consolidadas.



Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.**, em 30 de junho de 2020, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Ênfase

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota 27, a qual descreve as medidas tomadas no contexto da pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus (“COVID-19”) para fortalecer a sua posição financeira e de liquidez e assegurar a sua resposta operacional, bem como os impactos por áreas de negócio e análises efetuadas na preparação das contas. Na mesma nota, é referido que apesar da elevada incerteza quanto à evolução da pandemia e aos seus efeitos sobre os negócios do Grupo, é entendimento do Conselho de Administração que face à sua situação financeira e liquidez, o Grupo ultrapassará os impactos negativos desta crise, sem estar em causa a continuidade do negócio.

31 de agosto de 2020

KPMG & Associados -

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(inscrita na CMVM sob o n.º 20161489 e na OROC sob o n.º 189)

representada por

Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC n.º 1427)



09

Apoio ao investidor



9. APOIO AO INVESTIDOR

O apoio aos investidores dos CTT é assegurado pelo **Gabinete de Relações com Investidores** cuja equipa é composta por 3 pessoas e dirigida por Peter Tsvetkov.

9.1 Contactos

E-mail: investors@ctt.pt

Telefone: +351 210 471 087

Fax: +351 210 471 996

9.2 Comunicados e divulgação de informação financeira

No 1º semestre de 2020, no âmbito da divulgação ao mercado de informação relevante sobre a empresa, os CTT publicaram:

- O Relatório Integrado de 2019, bem como *press releases* e apresentações de resultados consolidados referentes ao ano de 2019 e ao 1º trimestre de 2020; e
- 9 comunicados de informação privilegiada (incluindo a convocatória da Assembleia Geral anual de 2020 e os comunicados e apresentações de resultados anuais e trimestrais), 18 comunicados de participações qualificadas nos CTT e 17 referentes a transações de dirigentes. No total, foram feitas 44 comunicações ao mercado.

9.3 Eventos

Durante o semestre, os CTT participaram em vários eventos, incluindo a partir de março e devido à pandemia de COVID-19, eventos virtuais, conforme segue:

- 4 conferências – duas presenciais, realizadas em Lyon e Madrid pela corretora ODDO BHF e o Banco Santander, respetivamente, e duas virtuais, organizadas pela Ahorro Corporación Financiera e pela Goldman Sachs;
- 2 *roadshows* – ambos virtuais, organizados pela CM-CIC com investidores de Nova Iorque e Boston e pelo CaixaBank BPI para investidores europeus;
- 3 reuniões virtuais – organizadas pelo CaixaBank BPI, pela CaixaBI e pela JB Capital Markets; estas reuniões, designadas por *E-Talks* ou *Virtual Breakfasts*, tiveram a participação de investidores institucionais do Reino Unido, Espanha e Portugal;
- 1 *Webinar* – organizado pelo Banco BIG, que contou com a presença de mais de 90 investidores de retalho portugueses;
- 1 visita – os CTT receberam também a visita de um investidor em Lisboa.

De referir ainda o grande número de *conference calls* realizadas com investidores e analistas, o que juntamente com os eventos referidos acima, permitiu aos CTT contactar com mais de 100 participantes do mercado de capitais ao longo do semestre.

9.4 Calendário Financeiro

O calendário financeiro dos CTT previsto para o 2º semestre de 2020 inclui os seguintes eventos societários:

Evento	Data
Resultados do 1º Semestre de 2020	5 de agosto de 2020*
Relatório Integrado Intercalar - 1º Semestre de 2020	31 de agosto de 2020*
Resultados do 3º Trimestre de 2020	4 de novembro de 2020*

*Após fecho do mercado.

CONTACTOS

SEDE

Avenida D. João II, n.º 13
1999-001 Lisboa
PORTUGAL
Telefone: +351 210 471 836
Fax: +351 210 471 994

Clientes

Email: informacao@ctt.pt
Linha CTT +351 210 471 616
Dias úteis das 8h30 às 19h30

Representante para as Relações com o Mercado

Guy Pacheco

Gabinete de Relações com Investidores

Peter Tsvetkov
Email: investors@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 087
Fax: +351 210 471 996

Órgãos de Comunicação Social

Direção de Comunicação e Sustentabilidade
Assessoria de Imprensa
Cátia Cruz Simões
Email: gabinete.imprensa@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 800

Endereço do website

www.ctt.pt

attt